

COTAÇÃO ELETRÔNICA Nº 1519/2023
PROCESSO SES 132155/2023

Site: www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br/
www.portaldecompras.sc.gov.br/
Email: compradireta@saude.sc.gov.br
Telefone: (48) 3664-8739 / 3664-8740

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES) solicita, por meio do presente, que as pessoas físicas ou jurídicas interessadas cadastrem suas propostas de preços, conforme as condições estabelecidas nesta Cotação Eletrônica para aquisição na modalidade dispensa de licitação pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL** por **LOTE**.

Objeto: SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE INSPEÇÃO DE SEGURANÇA (RECUPERAÇÃO, TESTES, CALIBRAÇÃO DA INSTRUMENTAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS) E PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO (MANUTENÇÃO PREVENTIVA MENSAL, MANUTENÇÃO DETECTIVA, E CORRETIVA COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, INCLUSIVE AS COM DESGASTE TEMPORAL), PARA OS GERADORES DE VAPOR SATURADO E TODAS AS LINHAS DE DISTRIBUIÇÃO LIGADOS AOS GERADORES QUE FORMAM O VASOS DE PRESSÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM SUBSTITUIÇÃO TOTAL DAS PEÇAS/COMPONENTES (INCLUSIVE AS DE DESGASTE TEMPORAL) VISANDO O PERFEITO FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE AQUECIMENTO DE ÁGUA, ASSIM COMO, SUA ASSISTÊNCIA TÉCNICA, COM ATENDIMENTO 24 HORAS POR DIA, com prestação de serviços de operacionalização dos equipamentos (operador de caldeira), para as Unidades da SES, conforme especificações constantes do anexo I.

ENTREGA DAS PROPOSTAS E REGISTRO DE LANCES: ATÉ AS 10 HORAS DO DIA 14/11/2023.

1 – PARTICIPAÇÃO:

1.1 – Cadastro simplificado:

1.1.1 – A empresa interessada em participar, realizará um cadastro simplificado no portal <https://cotacao.licitacao.sc.gov.br>. Clicando na opção “Não tenho cadastro”.

1.1.2 – A interessada em se cadastrar poderá seguir as instruções no tutorial desenvolvido pela Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos da Secretaria de Estado da Administração, por meio do link: <https://youtu.be/MtILX39_ryg>

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

2 – PROPOSTA ELETRÔNICA

2.1 - A PROPOSTA deverá ser **cadastrada exclusivamente em sistema**, até o prazo estipulado no portal eletrônico. Link para acesso e cadastro da proposta: <https://cotacao.licitacao.sc.gov.br>.

2.1.1 – As empresas interessadas em cadastrar propostas, poderão seguir o tutorial desenvolvido pela Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos da Secretaria de Estado da Administração, por meio do link: <<https://youtu.be/8JL8qgAR0Rs>>

2.1.2 – Na data limite de cadastro de propostas, todos participantes deverão permanecer online para a negociação.

2.1.3 – Proposta readequada:

2.1.3.1 – Quando solicitado pelo agente de contratação direta, **todos os participantes deverão anexar suas propostas readequadas** de acordo com o último lance registrado, em campo específico do sistema e no prazo estipulado.

2.2 – Critérios de Aceitabilidade da Proposta:

2.2.1 – A PROPOSTA não poderá ter emendas, rasuras ou entrelinhas; deve estar datada, conter nome ou razão social, CNPJ ou CPF, endereço completo, telefone e e-mail e **deve estar assinada pelo representante legal da empresa**;

2.2.2 – A PROPOSTA deverá ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias;

2.2.3 – A PROPOSTA deverá conter o descritivo completo do item cotado, apresentando para este:

2.2.3.1 – Descrição do objeto, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente, endereço físico, endereço eletrônico e telefone de contato, data de emissão e validade, nome completo e identificação do responsável;

2.2.4 – Da amostra (art. 41, II, da Lei n.º 14.133/2021):

2.2.4.1 – Não será exigido a apresentação de amostras para o presente certame.

2.2.5 – Da garantia dos itens: Quando for o caso, o prazo de garantia dos itens do presente contrato, é de 90 (noventa) dias ininterruptos a partir da data de finalização da execução dos serviços.

2.2.6 – Da garantia de proposta (art. 58, da Lei n.º 14.133/2021):

2.2.6.1 – A Contratada deverá, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação, conforme previsto no Art. 58, § 4º e Art. 96, § 1º da Lei n.º 14.133/2021, na qual a mesma poderá:

I – caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II – seguro-garantia;

III – fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

2.3 – Documentos de qualificação técnica (art. 18, inc. IX, da Lei 14.133/2021):

2.3.1 – Comprovação de aptidão para o fornecimento de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente: Será necessário.

2.3.1.1 – Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características, quantidades e prazos do objeto licitado por meio da apresentação de prova de experiência anterior, por meio de Atestado(s), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem ter a licitante executado com bom desempenho em serviços similares e compatíveis com o objeto desta licitação, conforme parâmetros mínimos abaixo indicados (parcelas de maior relevância).

2.3.1.2 – Para fins de comprovação de serviços similares, os quantitativos da natureza do serviço devem estar de acordo com Art. 67, §2º, da Lei 14.133, devendo ser observado que o somatório de atestados devem ser comprovados com quantitativos mínimos de 50% da quantidade que se pretende efetivamente contratar, devendo ser levado em conta o somatório de quantitativos de lotes vencidos no processo licitatório. Uma vez que se trata de um serviço contínuo é aplicado, o Art. 67, §5º, da Lei 14.133, sendo solicitado a certidão e/ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos por um prazo mínimo de 1(um) ano.

2.3.1.3 – Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas, possuir o timbre e assinatura da entidade competente que emitiu, quando se tratar de serviço que exija acompanhamento e conselho classe responsável pela atividade.

2.3.1.4 – Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

2.3.1.5 – Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

2.3.1.6 – O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

2.3.2 – Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional:

2.3.2.1 – Apresentar obrigatoriamente junto a suas propostas Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, emitida pelo Conselho de Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e seu devido e Plano de Manutenção, relativos à prestação de serviços, através de contrato com vigência mínima de 12 meses, de manutenção preventiva e corretiva em sistemas de geração de vapor que comprove que a empresa executou serviços e está apta para o desempenho de atividades pertinentes e comparáveis em características e quantitativos com o objeto; 01 (um) atestado (ou declarações) de capacidade técnica, no mínimo, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a aptidão de atividade anterior, compatível com o objeto da presente licitação – Atestado de Capacidade Técnica Operacional;

2.3.2.2 – Certidão de registro de Empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA (original ou cópia autenticada em cartório), em plena validade, observando-se:

A) O ramo de atuação descrito na certidão deverá ser compatível com o objeto desta licitação;

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

B) Na certidão de registro deverá constar o nome do responsável técnico pela execução do contrato a ser firmado com o SES/SC (superior pleno);

C) No caso de sagrar-se vencedora Empresa inscrita no CREA de outra jurisdição, será necessário o “Registro” ou o “visto para execução” no CREA/SC, à época da contratação;

2.3.2.3 – O profissional responsável pela ART deverá possuir vínculo profissional com a empresa proponente. A comprovação de vínculo profissional dar-se-á pela apresentação de:

2.3.2.3.1 – Empregado: Carteira profissional (dados de identificação e período de registro) ou ficha de registro;

2.3.2.3.2 – Sócio: Contrato social e alterações ou ata(s) de assembleia(s).

2.3.2.3.3 – As empresas participantes do certame deverão encaminhar cópia da Certidão de Registro e Quitação da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, bem como de seus Responsáveis Técnicos.

2.3.2.3.4 – A CONTRATADA deverá dispor em seu quadro permanente um responsável técnico (Engenheiro Mecânico) para cancelar laudos e procedimentos técnicos inerentes a sua profissão, devidamente habilitado e cadastrado no conselho regional competente, para o exercício das funções relativas aos serviços contratados. A comprovação do vínculo empregatício do profissional com a CONTRATADA poderá ser efetuada por intermédio de carteira profissional, contrato individual (desde que conste registro no CREA como responsável técnico pela empresa) e por fim, em se tratando de diretor ou sócio, Contrato Social devidamente registrado na Junta Comercial;

2.3.2.3.5 – A empresa a ser contratada para realizar o serviço de manutenção preventiva, detectiva e corretiva deve comprovar sua aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características solicitadas nesta solicitação, a fim de evitar fatos inesperados e imprevisíveis, importando em prejuízos ou comprometendo a segurança de pessoas ou equipamentos, por falta de experiência profissional e capacidade técnica da empresa.

2.3.2.3.6 – Declaração emitida pela Empresa atestando seguir as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, previstos pela portaria 3.214 de 08/06/78;

2.3.4 – Licença de Funcionamento:

2.3.4.1 – Apresentar Licença/Autorização para exercício da atividade desta Contratação, no caso o Alvará Estadual ou Municipal do domicílio da empresa, ou o documento que comprove a isenção da necessidade de Licença/Autorização.

2.3.5 – Outras exigências de qualificação técnica:

2.3.5.1 – Declaração de que a licitante tem conhecimento do grau de dificuldade dos serviços e dos locais onde serão realizados os serviços. Devendo apresentar atestado de vistorias (**ANEXO II do termo de referência**) ou uma declaração da empresa dispensando a necessidade de vistoria (**ANEXO IV do termo de referência**).

2.3.5.2 – Declaração de que a licitante disponibilizará instalações e equipamentos adequados para a realização do objeto deste edital (**ANEXO V do termo de referência**). Devendo no momento de entrega da proposta a empresa que irá fornecer o serviço, apresentar junto ao **ANEXO V do termo de referência**, um demonstrativo que especifique e demonstre qual as instalações e equipamentos considera adequado para atendimento do(s) lote(s) que está se sagrar vencedora.

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

2.3.5.3 – Declaração de que a licitante possui em seu quadro de pessoal equipe técnica adequada e disponível para a realização do objeto do presente Edital (**ANEXO VI do termo de referência**). Devendo no momento de entrega da proposta a empresa que irá fornecer o serviço, apresentar junto ao **ANEXO VI do termo de referência**, um demonstrativo que especifique e demonstre qual o quadro de pessoas a equipe considera adequado para atendimento do (s) lote(s) que está se sagrar vencedora.

2.3.5.4 – Declaração de que os serviços a serem prestados pela licitante atendem às especificações técnicas constantes do Termo de Referência/Edital e à legislação pertinente às atividades objeto deste Edital (**ANEXO VII do termo de referência**).

2.3.5.5 – Declaração de que a licitante não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, regulamentada no Decreto nº 4.358, de 05/09/2002 (**ANEXO VIII do termo de referência**).

2.3.5.6 – Certificado de regular inscrição da sociedade junto ao órgão de classe competente, ou documento que o valha, com a indicação do responsável técnico;

2.3.5.7 – Declarações de que obedecerá na execução e desenvolvimento do seu trabalho a toda a legislação vigente e, em especial, às determinações da Lei Federal nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, regulamentada pela Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho e suas alterações, além das normas e procedimentos internos da contratante, das normas de engenharia de segurança, medicina e meio ambiente do trabalho aplicáveis à execução específica da atividade, apresentando, quando solicitado, cópia dos Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO e de Prevenção dos Riscos Ambientais – PPRA, de acordo com as Normas Regulamentadoras nº. 07 e 09, respectivamente da Portaria nº. 3.214, de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, conforme determina a Lei Federal nº. 6.514, de 22 de dezembro de 1977, e instalando e mantendo os Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SEESMT) e Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, considerando o número total de trabalhadores nos serviços, para o fiel cumprimento da legislação em vigor, conforme modelo de Declaração **Anexo VIII do Termo de Referência**.

2.3.5.8 – O proponente vencedor deverá encaminhar junto com todos os documentos habilitatórios, para análise e parecer técnico do Órgão Requisitante, cópias visíveis ou originais das especificações que permitam uma perfeita identificação do produto ofertado, descrito em língua portuguesa e em consonância com todas as exigências do edital, no que couber, devendo ser apresentado em ordem com folha de rosto contendo índice numerando as páginas para a análise.

3 – PARÂMETROS DA AQUISIÇÃO:

3.1 – Do tratamento diferenciado a Microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP):

3.1.1 – Não aplicável nas compras diretas, conforme disposto no art 49º, IV, da Lei 14.133/2021.

3.2 – Necessidade de vistoria prévia (visita técnica):

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

3.2.1 – Em casos de necessidade de vistoria prévia (visita técnica), a realização da vistoria não se consubstancia em condição para a participação na Contratação, ficando, contudo, as licitantes cientes de que após apresentação das propostas não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, face ao desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas, devendo a licitante neste caso, apresentar a Declaração para opção de não-realização de vistoria. Os modelos de atestado de vistoria e modelo de declaração de não-realização de vistoria encontram-se nos anexos do termo de referência.

3.2.2 – As interessadas poderão realizar vistoria prévia no local da prestação dos serviços – ocasião na qual receberão Atestado de Vistoria (**ANEXO II do termo de referência**) – de forma a obterem pleno conhecimento das condições e eventuais dificuldades para a sua execução, tais como necessidade de trabalho em altura, bem como de todas as informações necessárias à formulação da sua proposta de preços, para os distintos lotes e/ou unidades.

3.2.3 – A vistoria a que se refere o subitem acima poderá ser realizada a partir da divulgação do Edital até o último dia útil anterior a data da abertura da licitação, das 09h00min às 11h00 min e das 14h00min às 17h00min, mediante agendamento prévio por meio dos telefones constantes no ANEXO I, e deverá ser feita por um profissional indicado pela licitante para esse fim, o qual deverá portar documento comprobatório.

3.2.4 – O representante credenciado pela licitante para efetuar a vistoria deverá apresentar-se munido de declaração ou procuração por pessoa devidamente qualificada para tal, pela empresa.

3.2.5 – Ao comparecer ao local para vistoria, o profissional indicado deverá apresentar documento de identificação válido no território nacional.

3.2.6 – A vistoria será acompanhada por servidor representante de cada unidade designado para esse fim.

3.2.7 – O representante credenciado pela licitante para efetuar a vistoria não poderá representar mais de uma empresa.

3.2.8 – A empresa que realizar a vistoria deverá preencher a declaração de opção de vistoria (**ANEXO II do termo de referência**), conforme modelo de atestado de vistoria prévia.

3.2.9 – Caso a LICITANTE opte por não realizar a visita/vistoria no(s) local(is), firmará declaração na qual dispense a necessidade de visita/vistoria (**ANEXO IV do termo de referência**), assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço nos termos do Edital, do presente Termo de Referência e dos demais anexos que compõem o processo Licitatório.

3.2.10 – apresentação do Atestado de Visita/Vistoria Técnica (**ANEXO II do termo de referência**), ou da Declaração de Opção de Não Realização de Vistoria (**ANEXO IV do termo de referência**), conforme modelos, **serão obrigatórios na fase de habilitação do certame**.

3.2.11 – Toda e qualquer despesa com a visita/vistoria correrá por conta da LICITANTE.

3.2.12 – A empresa que decidir por não realizar a vistoria prévia, declara-se ciente de que em nenhuma hipótese a Administração aceitará posteriores alegações com base em desconhecimento das instalações, conforme modelo (**ANEXO IV do termo de referência**)).

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

3.3 – Participação de consórcios (Art. 18, inc. IX, da Lei 14.133/2021):

3.3.1 – Não será admitida a participação de consórcios. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade. A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso dos objetos sob exame. A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantajosidade buscada pela Administração.

3.4 – Da subcontratação:

3.4.1 – A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente o objeto do contrato a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da Contratante sob pena da imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis Lei Federal nº 14.133/21.

3.5 – Do agrupamento de itens em lotes:

3.5.1 – o mesmo ocorrerá conforme o planejado no PSES 118372/2021 e informado na fls 545 do PSES 129464/2023.

3.5.1.1 – O Critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO por LOTE

3.5.2 – Justificativa do Agrupamento de itens em lotes:

3.5.2.1 – O agrupamento das propostas deverá ser por LOTE, uma vez que empresa que fornecer os serviços deverá prestar as manutenções dos sistemas que trabalham em conjunto e tecnicamente não deve ter duas empresas atuando no mesmo sistema.

4 – HABILITAÇÃO:

4.1 – Habilitação Jurídica:

4.1.1 – Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

4.1.2 – Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

4.1.3 – Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

4.1.4 – Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

4.1.5 – Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

4.1.6 – Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária,

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

4.1.7 – Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

4.1.8 – Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

4.2 – Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

4.2.1 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

4.2.2 – Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

4.2.3 – Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

4.2.4 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943;

4.2.5 – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

4.2.6 – Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

4.2.7 – Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

4.2.8 – O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

4.3 – Qualificação Econômico-financeira (art. 18º, inc. IX, da Lei 14.133/2021):

4.3.1 – Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME n.º 116, de 2021), ou de sociedade simples;

4.3.2 – Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – Lei n.º 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

5 – DAS OBRIGAÇÕES

5.1 – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

5.2. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

5.3 – Obrigações da contratada

5.3.1 – Obriga-se a empresa:

- a)** Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato, limitada ao quantitativo de cada item;
- b)** Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c)** Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d)** Reparar, corrigir, remover às suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e)** Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f)** Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g)** Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato;
- h)** Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i)** A estender aos contratos objeto, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j)** Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k)** Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l)** Mesmo não sendo a fabricante responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m)** Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

n) Realizar cadastro no Portal Externo do SGP-e (<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/inicio>) para que possa assinar eletronicamente com certificação digital TODOS os documentos firmados com a contratante (como realizar a assinatura digital:

https://sgpe.sea.sc.gov.br/capdoc/pergunta_frequente/nova-como-realizar-a-assinatura-digital-via-por-tal-externo/).

5.3.2 – Atender com presteza à solicitação do Gestor/Fiscal do Contrato;

5.3.3 – Acatar as orientações da CONTRATANTE, emanadas pelo fiscal do contrato, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

5.3.4 – Estar em condições de prestar os serviços a partir da data de recebimento da Ordem de Serviços;

5.3.5 – CONTRATADA deverá apresentar plano de manutenção para os equipamentos em até 15 (quinze) dias após a assinatura do Contrato para validação e aprovação pelo fiscal do contrato.

5.3.6 – Após assinatura do contrato, a empresa contratada terá um prazo de até 30 (trinta) dias corridos para apresentar o Procedimento Operacional Padrão de suas rotinas de trabalho, sendo que, caso necessário, tal documento deverá ser revisado conforme orientações da Contratante.

5.3.7 – Após assinatura do contrato, a empresa contratada terá um prazo de até 30 (trinta) dias, para realizar todas as manutenções corretivas necessárias para promover o retorno das condições operacionais da caldeira em seu estado inicial de projeto, sendo que todo procedimento deve ser registrado e documentado, devendo ao final ser sanados todos vazamentos e não conformidades técnicas, operacionais e de segurança, previstas nas legislações, normas e boas práticas encontradas pelo mercado.

5.3.8 – Após assinatura do contrato, a empresa contratada terá um prazo de até 60 (Sessenta) dias corridos para apresentar os Prontuários reconstituídos junto a seus relatórios de inspeção de segurança periódica, manuais de operação e segurança e procedimentos, bem como entrega de projetos, testes, laudos previstos na NR13, tal documento devem ser entregues e encaminhados a equipe técnica responsável da SES, caso seja necessário a CONTRATADA deverá revisar conforme orientações da Contratante.

5.3.9 – Responder por quaisquer danos pessoais e/ou ao patrimônio, causados diretamente ou indiretamente ao CONTRATANTE, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, dos materiais fornecidos, não excluindo ou reduzindo sua responsabilidade, mesmo que não haja a fiscalização ou o acompanhamento por este Órgão;

5.3.10 – Realizar/ Responsabilizar-se pela execução dos serviços contratados, conforme legislação vigente e conforme especificado integralmente nos termos do presente Termo de Referência independentemente de qualquer contratempo sem nenhum acréscimo de ônus para o CONTRATANTE;

5.3.11 – Manter, durante a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no contrato;

5.3.12 – Quando solicitado, a Contratada deverá acompanhar as visitas de fiscalização dos órgãos reguladores.

5.3.13 – Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho;

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

5.3.14 – Arcar com todas as despesas diretas e indiretas decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas sem qualquer ônus à CONTRATANTE;

5.3.15 – Cumprir todas as normas regulamentadoras, resoluções, leis vigentes e procedimentos internos de controle e acesso às dependências da CONTRATANTE;

5.3.16 – Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás, junto às repartições competentes, caso necessário, à execução dos serviços objeto do presente Termo de Referência;

5.3.17 – Responsabilizar pelo pagamento de todos os tributos e contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o serviço contratado;

5.3.18 – Assumir a responsabilidade por quaisquer danos que causem prejuízos ao patrimônio da SES-SC quer sejam por seu pessoal, quer sejam em consequência da má execução dos serviços;

5.3.19 – Manter os locais onde o serviço está sendo prestado devidamente organizado e higienizados;

5.3.20 – A CONTRATADA deverá manter número de contato e equipe de plantão para atendimento de emergência sete dias por semana e vinte e quatro horas por dia.

5.3.21 – A CONTRATADA deverá manter registro atualizado, que deverá ser enviado mensalmente junto à nota fiscal, de todos os equipamentos que estiverem fora de operação.

5.3.22 – Após a realização de qualquer manutenção nos equipamentos (quer seja preventiva ou corretiva) deverá ser emitido relatório emitido em papel timbrado da empresa, com assinatura dos responsáveis pela manutenção, devendo ser assinado, devendo conter fotos descrevendo o problema dos equipamentos, insumos necessários para manutenção, bem como a liberação dos mesmos para uso e assinatura do técnico responsável pelo atendimento e do solicitante.

5.3.23 – A utilização de mão de obra e peças na manutenção de equipamentos devem ser expressamente autorizadas pelo fiscal/gestor e devem constar nos registros do prontuário.

5.3.24 – A CONTRATADA entregará à gerência de manutenção predial ordem de serviço das solicitações de manutenção corretiva com as assinaturas do técnico designado para atender ao chamado e da solicitante (fiscal) imediatamente após a conclusão do serviço.

5.3.25 – As manutenções corretivas não terão restrição ao número de chamados, ou seja, a cada defeito apresentado no equipamento, a contratante deverá efetuar um chamado técnico. Em se tratando da abertura do chamado dentro do horário comercial para demandas que não afetem o fluxo do hospital, a contratada terá um prazo máximo de até 04 horas para iniciar o atendimento. Para chamados onde o fluxo do hospital (chamados emergenciais) seja afetado, o atendimento deverá iniciar em até no máximo 60 minutos após a abertura do chamado.

5.3.26 – Caso seja identificada a necessidade de substituição de alguma peça ou realização de algum serviço constante, a empresa contratada deverá emitir relatório descrevendo o nome técnico com foto e as especificações técnicas da peça que deverá ser substituída.

5.3.27 – A CONTRATADA entregará a gerência de manutenção predial ordem de serviço das solicitações de manutenção corretiva com as assinaturas do técnico designado para atender ao chamado e da solicitante imediatamente após a conclusão do serviço.

5.3.28 – Em relação aos chamados emergenciais, o atendimento deverá ser 24 horas, realizando, quando necessário, manutenções aos sábados, domingos e feriados, a qualquer horário (atendimento 24 horas / 07 dias por semana).

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

5.3.29 – A empresa terá o prazo máximo de 24 horas úteis para fornecer os componentes necessários para o equipamento retornar cobertos pelo contrato de manutenção e executar as intervenções corretivas necessárias.

5.3.30 – Findada a manutenção do equipamento, a CONTRATADA deverá enviar em até 48 horas corridas após a emissão da ordem de serviço relatório ao fiscal/gestor com todas as informações sobre a manutenção contendo a mão de obra e peças utilizadas na manutenção.

5.3.31 – A retirada de qualquer equipamento ou componente do sistema de geração de vapor da unidade hospitalar, ou da unidade de aquecimento de água, só poderá ocorrer mediante documento expedido pelo fiscal/gestor do contrato. Em tempo, caso ocorra algum dano ou sinistro dos itens retirados da unidade hospitalar, a empresa Contratada será responsável por substituí-los.

5.3.32 – As manutenções preventivas deverão ser realizadas mensalmente em cada equipamento, sendo que os serviços deverão ser realizados em dias úteis e em horário comercial (das 08h00min às 18h00min).

5.3.33 – Após a realização da manutenção preventiva, os técnicos da empresa Contratada deverão colher assinatura de um colaborador (fiscal/gestor) da unidade onde o equipamento foi mantido em relatório próprio a ser emitido com foto do que foi mantido, devendo ser armazenado em nuvem e disponível a SES-SC .

5.3.34 – A Contratada será responsável pelo transporte de todo o material e instrumentos necessários à execução das atividades.

5.3.35 – A contratada fica obrigada a manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação.

5.3.36 – Não efetuar despesas e/ou celebrar acordos em nome da Contratante;

5.3.37 – Dirimir, sempre que solicitado pela Contratante, quaisquer dúvidas técnicas ou operacionais, fornecendo suporte via telefone ou correio eletrônico;

5.3.38 – Respeitar as normas de segurança do trabalho, disciplina e demais regulamentos internos da Contratante, adotando processo de identificação indicado pela empresa, quando for o caso.

5.3.39 – Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato.

5.3.40 – Absorção de custos administrativos de alimentação e transporte dos funcionários.

5.3.41 – Designar um profissional que será responsável pela coordenação do serviço;

5.3.42 – Fiscalizar os seus colaboradores quanto ao uso dos equipamentos de proteção individual de acordo com o mapa de risco envolvido;

5.3.43 – Fornecer todo material e equipamento necessário à perfeita execução dos serviços ora contratados, devendo o material ser de primeira qualidade;

5.3.44 – Será vedada a subcontratação total e parcial do objeto do presente contrato, salvo para a análise da qualidade da água assim como já previsto no presente termo de referência;

5.3.45 – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste processo;

5.3.46 – Fornecer mão de obra, capacitada, treinada e com experiência para a execução dos serviços, encaminhando profissionais com formação adequada para o desempenho das

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

atividades, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;

5.3.47 – Ferramentas, equipamentos, materiais e mão de obra para a execução dos procedimentos;

5.3.48 – Todas as ferramentas, equipamentos, escadas, andaimes, plataformas elevatórias, materiais e mão de obra especializada, utilizados para a realização do serviço previsto neste termo de referência, serão de responsabilidade da contratada;

5.3.49 – Todos os equipamentos de trabalho deverão estar em perfeito estado de conservação e uso, não podendo ser removido nenhum dispositivo de segurança previsto no mesmo;

5.3.50 – As ferramentas, inclusive as de uso em rede elétrica, deverão estar com seu material isolante em perfeito estado;

5.3.51 – Quando o serviço incluir trabalhadores que, direta ou indiretamente, interajam em instalações elétricas e serviços com eletricidade será necessário observar, rigorosamente, as obrigações da NR 10 – segurança em instalações e serviços em eletricidade e seus anexos, da Portaria nº 3.214/78.

5.3.52 – A contratada deverá apresentar equipamentos de bloqueios e advertências, conforme previsto pela NR nº 10 /MTE; É de responsabilidade da contratada fornecer os uniformes e equipamentos de proteção individual – EPI, sem custos para a contratante, e adequados aos riscos ambientais onde seus empregados estiverem exercendo suas atividades;

5.3.53 – Todo e qualquer curso e treinamento, obrigatório por lei, relacionado à segurança e saúde no trabalho correrá por conta da contratada com supervisão da divisão de Segurança do Trabalho da contratante.

5.3.54 – A contratada é obrigada a obedecer a legislação trabalhista (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT) - decreto-lei n.º 5.452, de 1º de Maio de 1943 e a Legislação Previdenciária – Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e Decreto nº 3.048, de 06 de Maio de 1999 e suas alterações posteriores;

5.3.55 – Quanto às normas de saúde e segurança do trabalho, mesmo que já incluídas nas obrigações legais citadas no parágrafo acima, reforçamos a obrigação indiscutível de obedecer aos artigos 154 a 201 da CLT e às complementações contidas nas 35 normas de segurança e saúde do trabalho, vinculadas à portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978, incluindo suas alterações posteriores;

5.3.56 – No início das atividades, a contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar os atestados de saúde ocupacional – ASO de cada empregado, dentro do período de validade, conforme estabelecido na legislação trabalhista e entregar a listagem de todos os equipamentos de proteção individual – EPI que serão utilizados, com os respectivos certificados de aprovação – CA, para avaliação e aprovação da contratante;

5.3.57 – Todos estes documentos deverão ser entregues ao fiscal/gestor do contrato para avaliação e validação, pelo setor competente da SES;

5.3.58 – Caso existam funcionários que exerçam funções específicas que exijam qualificação ou registro na área, deverão comprovar o curso de formação através da cópia dos respectivos diplomas;

5.3.59 – A equipe técnica deverá ser qualificada para execução do trabalho;

5.3.60 – Emitir relatórios conforme proposto neste documento;

5.3.61 – A contratada deverá utilizar procedimentos internos e instrumentos calibrados dentro dos prazos estipulados por entidade certificadora para execução dos testes;

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

5.3.62 – Se os funcionários realizarem atividades em espaço confinado deverá possuir treinamento, conforme a Norma Regulamentadora nº 33 – Espaço Confinado do MTE;

5.3.63 – Para esclarecimentos de eventuais dúvidas, consultarem a NR-33, assim como as recomendações de trabalho em espaço confinado da FUNDACENTRO (Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança de Medicina do Trabalho);

5.3.64 – A contratada deverá obedecer às normas técnicas da associação brasileira de normas técnicas (ABNT) e também às normas internacionais;

5.3.65 – Disponibilizar empregados em quantidades necessárias para a realização dos serviços. Os mesmos deverão estar devidamente uniformizados e portando crachá com foto recente;

5.3.66 – Responsabilização pelo fiel pagamento dos salários, demais benefícios trabalhistas, encargos sociais e tributos, consoante a legislação vigente;

5.3.67 – Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados ou representantes, dolosa ou culposamente, à contratante ou a terceiros;

5.3.68 – Instruir seus empregados a manterem sigilo a respeito das informações e quaisquer outros assuntos ligados a documentos e seus conteúdos, que porventura cheguem ao seu conhecimento por força da execução dos serviços;

5.3.69 – Levar, imediatamente, ao conhecimento do fiscal do contrato, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis;

5.3.70 – Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus colaboradores, por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados, quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas (encargos trabalhistas) e previdenciárias, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, lhes assegurem e pelas demais exigências legais para o exercício das atividades conforme exigência legal, sendo obrigatória a exibição dos comprovantes de cumprimento desses encargos, com autenticação bancária que comprove seu recolhimento;

5.3.71 – Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus colaboradores acidentados ou com mal súbito; sempre comunicando a área competente da unidade dos eventuais acidentes ocorridos;

5.3.72 – Responsabilizar-se pelo deslocamento e traslado das suas equipes até o local de prestação de serviços independente se dia útil ou não e de horário;

5.3.73 – Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando em ocorrência da espécie, for vítimas os seus colaboradores, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificados em dependências do hospital;

5.3.74– Manter disciplina de seus colaboradores no local de trabalho retirando imediatamente, após notificação, qualquer colaborador considerado com conduta inconveniente pela CONTRATANTE;

5.3.75 – Manter todos os profissionais devidamente identificados com crachá, com fotografia recente e uniformizados;

5.3.76 – Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal e as normas internas de segurança e medicina do trabalho;

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

5.3.77 – Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo, de qualquer natureza, causados à CONTRATANTE, usuários e/ou a terceiros por sua culpa/dolo, em consequência de erro, negligência ou imperícia, própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade na execução dos serviços contratados;

5.3.78 – Seguir todas as diretrizes e normatizações dos órgãos certificadores (Ex.: Organização Nacional de Acreditação – ONA, ACSA e outros), bem como da Comissão de Controle da Infecção Hospitalar da unidade– local e demais Comissões cujas atividades da CONTRATADA estejam subordinadas;

5.3.79 – Respeitar e cumprir todos os preceitos trabalhistas em vigor e demais ordens correlatas e orientações emanadas das autoridades de setores competentes para o fiel desempenho das atividades especificadas;

5.3.80 – Seguir as normas de higienização e segurança, estabelecidas pelo SESMT e pelo setor competente da SES-SC, bem como as orientações da NR32, RDC 06, rotinas e normas internas da CONTRATANTE;

5.3.81 – Não permitir a utilização do trabalho do menor;

5.3.82 – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados conforme a Lei Federal Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 ;

5.3.83 – Os relatórios e planilhas de medição serão conforme o padrão de formatação da contratada, caso seja solicitado alteração no padrão das planilhas esta ocorrerá sem ônus para a contratante;

5.3.84 – Fornecer todos os dados para os indicadores, que envolvam a manutenção dos equipamentos; além de todo indicador necessário para a Acreditação Hospitalar em todos os seus níveis;

5.3.85 – A CONTRATADA deve apresentar ao executor do contrato, um relatório técnico mensal com imagens e em arquivo digital da execução da manutenção preventiva e corretiva, de acordo com a periodicidade estabelecida no Plano de Manutenção, previamente aprovado pela CONTRATANTE;

5.3.86 – Caso haja necessidade de troca de peças danificadas, para a substituição a CONTRATADA deverá apresentar o relatório exigido tanto na manutenção preventiva quanto na corretiva, apresentando a relação das peças que deverão ser substituídas, discriminadas por aparelho, para autorização por parte da CONTRATANTE, mesmo que estas peças estejam incluídas no contrato.

5.3.87 – As peças que serão substituídas devem ser solicitadas a autorização para o fiscal/gestor de maneira formal, devendo a solicitação ser encaminhada acompanhada de laudo técnico e devendo ser realizada a ação somente após a autorização do Gestor/fiscal do contrato.

5.3.88 – Relatório final, com os resultados, classificação e recomendações técnicas, ao término dos serviços;

5.3.89 – Todos os testes deverão ser efetuados conforme a especificação das normas adotadas pela fiscalização/gestão/ ou equipe técnica da SES-SC;

5.3.90 – Deverão ser apresentados os certificados de calibração de todos os instrumentos poderão ser utilizados durante a execução das atividades;

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

5.3.91 – A contratada deverá utilizar procedimentos internos e instrumentos calibrados dentro dos prazos estipulados por entidade certificadora para execução dos testes;

5.3.92 – O sistema deverá estar de acordo com a norma RDC nº 17 de abril de 2010 (ANVISA);

5.3.93 – Profissional certificado na norma NR-10, equipado com ferramentas apropriadas, equipamentos de proteção individual e fardamento completo com identificação.

5.3.94 – Manutenções preventivas programadas. O cliente solicitará a visita programada com antecedência mínima de 72 horas para melhor programação dos serviços;

5.3.95 – Prévia visita técnica ao local dos serviços, a fim de conhecer as particularidades da instalação, os seus acessos aos diversos tipos de locais, às suas demandas específicas e as suas interfaces com o objeto do contrato, as possíveis interferências e dificuldades técnicas e físicas para a manutenção dos equipamentos e as condições de trabalho, onde também será dada a declaração de visita pela Coordenadoria de Engenharia.

5.3.96 – Tal vistoria “in loco” poderá ser feita em dia útil, a partir da publicação do edital, no horário das 08:00 às 12:00 horas, em até 72 horas antes da data de apresentação das propostas, devendo para tanto ser agendado junto à Coordenadoria de Manutenção da unidade.

5.3.97 – Ainda com respeito à visita, esta deverá ser feita preferencialmente pelo(s) responsável(eis) técnico(s) da empresa detentora da certidão de acervo técnico que comprove aptidão para este tipo de serviço, uma vez que esta tem caráter eminentemente técnico.

5.3.98 – Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações obriga-se atender prontamente.

5.3.99 – Solicitar prévia autorização da CONTRATANTE para executar serviços que impliquem paralisação de equipamento por período de tempo superior a 01 (uma) hora.

5.3.100 – Desmontar, transportar e remontar equipamentos reparados dentro ou fora das dependências da CONTRATANTE que dependam de serviços de terceiros, assumindo total responsabilidade pela qualidade, custos e cumprimento dos prazos de execução dos serviços.

5.3.101 – Oferecer garantia de, no mínimo, 03 (três) meses para os serviços executados e a mesma garantia oferecida pelo fabricante para peças e componentes substituídos, devendo, neste caso, ser de no mínimo 06 (seis) meses e demais legislações correlatas, prevalecendo o prazo maior.

5.3.102 – Comunicar imediatamente à fiscalização do Contrato qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, que atente contra o adequado cumprimento deste contrato, para que sejam adotadas as providências necessárias;

5.3.103 – Assumir despesas referentes a transporte, carga, descarga e movimentação de materiais, segurança e suas respectivas perdas e estocagem, dentro e fora dos locais de execução dos serviços;

5.3.104 – Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à unidade ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização efetiva ou o acompanhamento pela contratante;

5.3.105 – Não obstante a CONTRATADA ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços previstos no presente certame, ao CONTRATANTE é reservado o direito de FISCALIZAR, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade da fiel execução objeto.

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

5.3.106 – A ocorrência de obstáculos e imprevistos durante a execução das manutenções obrigará a CONTRATADA a fazer comunicação escrita dos fatos, cabendo à Fiscalização a decisão sobre os mesmos;

5.2 – Obrigações da contratante

5.2.1 – Obriga-se a Administração/Contratante:

- a) Comunicar à Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
 - b) Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
 - c) Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
 - d) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
 - e) Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - f) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
 - g) Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- Da-se a Administração/Contratante:

5.2.1.1 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

5.2.1.2 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

5.2.1.3 – Proporcionar todas as facilidades possíveis para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das condições estabelecidas neste contrato.

5.2.1.4 – Designar a área responsável pela fiscalização e gestão do contrato e acompanhamento dos serviços disponibilizando os respectivos telefones de contato à CONTRATADA

5.2.1.5 – Devolver à CONTRATADA, os referidos equipamentos caso por qualquer razão deixe de utilizá-los;

5.2.1.6 – Emitir a nota de empenho destinada a suportar a despesa decorrente do contrato e encaminhá-la à CONTRATADA.

5.2.1.7 – Fiscalizar, durante a vigência deste Contrato, devendo a CONTRATADA fornecer informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

5.2.1.8 – Se pairar dúvida ou suspeita de inconsistência da execução dos serviços previstos no presente instrumento contratual a contratante deverá solicitar acesso aos documentos que digam respeito ao objeto deste instrumento, ficando a CONTRATADA obrigada a permitir tal acesso à auditoria interna da CONTRATANTE e/ou auditoria externa por ela indicada.

5.2.1.9 – A SES-SC far-se-á representar no local das obras e serviços por seu fiscal credenciado ou, na falta ou impedimento deste, por seu substituto com as mesmas atribuições e poderes;

5.2.1.10 – A SES-SC, sem prejuízo das suas atribuições de fiscalização, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, para acompanhamento dos serviços

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

de manutenções nos referidos equipamentos e para o controle qualitativo e quantitativo das peças/componentes instalados;

5.2.1.11 – Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2.1.12 – Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços.

5.2.1.13 – Efetuar o pagamento devido à Contratada pela execução dos serviços prestados, nos termos e prazos contratualmente previstos, após terem sido devidamente atestados pelo Fiscal do Contrato e visados pelo Gestor do Contrato, de acordo com a norma de contratação.

5.2.1.14 – Facilitar por todos seus meios o exercício das funções da CONTRATADA, dando-lhes acesso às suas instalações, promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e os empregados da CONTRATADA e cumprindo suas obrigações estabelecidas neste contrato.

5.2.1.15 – Facilitar por todos seus meios o exercício das funções da CONTRATADA, dando-lhes acesso às suas instalações, promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e os empregados da CONTRATADA e cumprindo suas obrigações estabelecidas neste contrato.

5.2.1.16 – Prestar aos empregados da CONTRATADA informações e esclarecimentos que, eventualmente, venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham a executar.

5.2.1.17 – Assegurar o livre acesso dos empregados da contratada, quando devidamente identificados, aos locais em que devem executar suas tarefas.

5.2.1.18 – A SES designará um ou mais servidores efetivos que atuarão como Gestores do Contrato.

5.2.1.19 – A SES também designará um ou mais servidores que serão responsáveis pela fiscalização do contrato, sendo vedado o acúmulo da função de Gestor e Fiscal por servidor da Gerência.

6 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

6.1 – Ao gestor caberá:

- a)** Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, e encaminhar a solicitação de prorrogação;
- b)** Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços foi ou está sendo cumprida integral ou parcialmente;
- c)** Atestar as notas fiscais encaminhadas à unidade competente para pagamento;
- d)** Comunicar à DLIC, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios determinados por Lei com a contratada;
- e)** Acompanhar junto ao Fiscal do Contrato o cumprimento, pela contratada, do cronograma físico-financeiro;
- f)** Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à Autoridade Competente ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra, prestação de serviço ou em relação a terceiros;

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

g) Encaminhar à Autoridade Competente eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

h) Comunicar a DPGC a necessidade de abertura de nova licitação à área competente, antes de findo a vigência dos contratos de prestação de serviços com antecedência mínima de 160 (cento e sessenta) dias antes do término;

i) Comunicar ao setor competente sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual, que tenham implicações na atestação;

j) Cuidar das alterações de interesse da Contratada, que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação. No caso de pedido de prorrogação de prazo, deverá ser comprovado o fato impeditivo da execução, o qual, por sua vez, deverá corresponder o previsto no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021 e alterações;

k) Elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral por esta Secretaria de Estado da Saúde;

l) Alimentar os sistemas informatizados do Governo com as informações pertinentes, responsabilizando-se por tais dados, inclusive sempre quando solicitadas;

m) Negociar o Contrato sempre que o mercado assim o exigir, nos termos da Lei;

n) Procurar auxílio junto as áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas;

o) Deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização à Contratada, com base nos termos Contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da Contratada, acionando as instâncias superiores e/ou os Órgãos Públicos competentes quando o fato exigir;

p) Disponibilizar toda a infraestrutura necessária, assim como definido no contrato e dentro dos prazos estabelecidos, tais como: área de instalação do canteiro de obras, local para escritório da empresa, outras instalações etc.;

q) Consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

r) Acompanhar o saldo contratual/registro de preços.

s) A forma de comunicação entre gestor e fornecedor se dará, principalmente, por email e telefone

t) **Gestores:**

SOLICITANTE	MATRÍCULA	GESTOR	TELEFONE	EMAIL
HRHDS	0342202-0-03	Aldilete Cardoso Alves Fantuci	(47) 3461-5529	hrhds@saude.sc.gov.br
HRSJ/ICSC	0375618-1-03 0671389-0-02	Daywson Pauli Koerich Paulo Carlos Brentano Junior	(48) 3664-9629 (48) 3664-3003	hrs@saude.sc.gov.br direcaoicsc@saude.sc.gov.br
HDWC	658682-1-01	Heloisa Pereira de Jesus	(47) 3357-6600	geradhdwc@saude.sc.gov.br
HGMTR	255353-8-02	Maria Cristina Mazzetti Subtil	(49) 3289 8921	hmtr@saude.sc.gov.br
HIJG	360231-01-1	Levy Hermes Rau	(48) 3664-3139	hijg@saude.sc.gov.br
HGCR	716.983.3-01	Michel Maximiano Faraco	(48) 3664-3548	hcr@saude.sc.gov.br

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

MDV	0344097-4-02	Scheila Medeiros Fernandes	(47) 3481-1303	mdv@saude.sc.gov.br
MDCK	700.928-3-02	Jeferson Lopes	(47) 3647 0610	lopesj@saude.sc.gov.br

6.2. Demais obrigações do Gestor:

6.2.1. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.2.2. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.2.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.2.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.2.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.2.7. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.2.8. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.2 – Ao fiscal caberá:

- Ter conhecimento prévio de sua competência e atuação;
- Possuir cópia do contrato, do edital da licitação e seus anexos, e da proposta vencedora da licitação;
- Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto da administração contratante quanto da contratada;
- Buscar autonomia, independência fiscalizatória e condições saudáveis para a realização da fiscalização, comunicando o Gestor do Contrato sobre suas necessidades;

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

- e)** Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada (Art. 118 e suas alterações na Lei nº 14.133/2021) com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato;
- f)** Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Edital da Licitação e seus anexos, planilhas, cronogramas e etc.;
- g)** Comunicar ao Gestor do Contrato a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;
- h)** Recusar serviço ou fornecimento irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado no edital e seus anexos, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;
- i)** Impedir que empresas subcontratadas venham a executar serviços e/ou efetuar a entrega de material quando não expressamente autorizadas para tal, salvo, nos casos em que haja previsão contratual;
- j)** Comunicar por escrito a empresa e o Gestor do Contrato qualquer falta cometida pela empresa;
- k)** Zelar para que os valores a serem pagos nos contratos de prestação de serviços por tarefas não ultrapassem os créditos correspondentes;
- l)** Fiscalizar os pagamentos efetuados. Não pode o fiscal se descuidar dos valores que deverão ser pagos, sem, no entanto, perceber os créditos destinados para tal tarefa;
- m)** Ler atentamente o Termo de Contrato, especialmente as ocorrências relacionadas a sua execução;
- n)** Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;
- o)** Verificar a execução do objeto contratual, proceder à sua medição e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;
- p)** Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);
- q)** Notificar a Contratada em qualquer ocorrência que esteja em descumprimento com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo). Não sendo possível a solução das ocorrências que deram origem as Notificações, o Fiscal deverá encaminhar o caso à DLIC, para providenciar as penalidades cabíveis;
- r)** Anotar, em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, todas as ocorrências no diário de obras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;
- s)** Receber e encaminhar imediatamente as Faturas/Notas Fiscais, devidamente atestadas ao Gestor do Contrato, observando previamente se a fatura apresentada pela Contratada se refere ao objeto que foi efetivamente contratado;
- t)** Fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

u) Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado. A ação do Fiscal, nesses casos, deverá observar o que reza o Termo de Contrato e/ou o ato convocatório da licitação, principalmente em relação ao prazo ali previsto;

v) Receber, em se tratando de obras e serviços de engenharia, provisoriamente o objeto do Contrato, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

w) Procurar auxílio junto as áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas.

x) A forma de comunicação entre fiscal e fornecedor se dará, principalmente, por email e telefone (item 12 do termo de referência).

y) Fiscais:

SOLICITANTE	MATRÍCULA	FISCAL	TELEFONE	EMAIL
HRHDS	367537-8-01	Romilto Da Luz	(47) 3461-3163	manutencaohrds@saude.sc.br
HRSJ/ICSC	243836-01-4	João Augusto de Quadros	(48) 3664-9801	manuthrsj@saude.sc.gov.br
HDWC	360193-5-01	Elton Schork	(47) 3357-6615	almoxarifadohdwc@saude.sc.gov.br
HGMTR	245811-0-01 278316-9-02	Rufius Antonius Rodrigues Schmitt Alexandre Ramos Caminha	(48) 3289-8962	patrimoniomtr@saude.s c.gov.br
HIJG	0286780-0-01	Indiomar Ventura Guedes	(48) 3664-9032	manutencaohijg@gmail.com
HGCR	244.771.1-01	José Carlos da Silva	(48) 36643510	manuhgcr@saude.sc.gov. br
MDV	618767-6-01	Gabrieli Marques Soares	(47) 3461-5729	contratosmdv@saude.sc.gov.br
MDCK	691.180-3-01	Letícia Mecabô	(47) 3647 0662	engenhariamdck@gmail.com

6.3. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.3.1. Todas as entregas deverão ser acompanhadas por funcionários das Unidades hospitalares em horário predeterminado pelo gestor do contrato.

6.3.2. Os serviços executados pela CONTRATADA serão fiscalizados por um representante da CONTRATANTE, indicado pela unidade hospitalar, servidor da SES/SC a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato;

6.3.3. Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA perante a CONTRATANTE ou a terceiros, todos os trabalhos contratados estarão sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização da SES-SC, a qualquer hora, por seus representantes devidamente credenciados;

6.3.4. A SES-SC far-se-á representar no local das obras e serviços por seu fiscal credenciado ou, na falta ou impedimento deste, por seu substituto com as mesmas atribuições e poderes;

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

6.3.5. A SES-SC, sem prejuízo das suas atribuições de fiscalização, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, para acompanhamento dos serviços de manutenções nos referidos equipamentos e para o controle qualitativo e quantitativo das peças/componentes instalados;

6.3.6. A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos e será exercida no interesse exclusivo da Contratante, com a produção de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços contratados, e não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada por quaisquer irregularidades.

6.3.7. À Fiscalização compete: o acompanhamento, o controle e as avaliações dos serviços de manutenção, observadas todas as condições expressas nos documentos que compõem o Contrato;

6.3.8. Compete à Fiscalização ter conhecimento da ocorrência operacional das frentes e fases da execução da manutenção, a fim de que seja obtido melhor rendimento, sem prejuízo da boa execução dos trabalhos;

6.3.9. A ocorrência de obstáculos e imprevistos durante a execução das manutenções obrigará a CONTRATADA a fazer comunicação escrita dos fatos, cabendo à Fiscalização a decisão sobre os mesmos;

6.3.10. Compete à Fiscalização, em conjunto com as demais áreas da SES-SC, resolver as dúvidas e as questões expostas pela CONTRATADA, dando-lhes soluções rápidas e adequadas;

6.3.11. A Fiscalização anotará todas as observações dignas de registro para controle dos serviços, devidamente assinado pelo preposto da CONTRATADA;

6.3.12. Os serviços serão fiscalizados, a fim de:

6.3.13. Verificar se estão sendo cumpridos os termos do contrato e demais requisitos;

6.3.14. Certificar a execução do serviço para pagamentos das faturas;

6.3.15. Solucionar problemas executivos;

6.3.16. Participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços.

6.3.17. Todas as trocas de informações e correspondências entre a CONTRATADA e a SES-SC bem como todas as instruções da Fiscalização à CONTRATADA, devem ser por escrito, cabendo o seu registro, no Livro de Ocorrência da Manutenção. Todos os documentos expedidos pela CONTRATADA, após seu registro, serão encaminhados à SES-SC para decisão, acompanhado de parecer da Fiscalização;

6.3.18. Os fiscais exercerão a fiscalização permanente sobre a qualidade dos serviços prestados, atentando principalmente para as normas e procedimentos de segurança dos profissionais envolvidos nesta contratação, apontando todas as irregularidades verificadas, sem prejuízo da obrigação da Contratada de gerenciar, através de seu preposto, a execução dos serviços prestados.

6.3.19. A Fiscalização, constatando inoperância, desleixo, incapacidade, falta de exatidão ou ato desabonador, poderá determinar o afastamento do preposto ou de qualquer empregado da CONTRATADA, bem como, subcontratadas;

6.3.20. Ressalvadas as notificações, aqui previstas, serão aplicadas à CONTRATADA, em caso de atraso na execução do objeto, multas contratuais e demais às sanções previstas em lei;

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

6.3.21. A inobservância ou desobediência às instruções e ordens da Fiscalização importará na aplicação das multas contratuais, relacionadas com o andamento dos trabalhos e no desconto das faturas das respectivas despesas a que a CONTRATADA tenha dado causa por ação ou omissão;

6.3.22. A Contratada, independentemente da atuação do Fiscal do Contrato, não se eximirá de suas responsabilidades quanto à execução dos serviços, responsabilizando-se pelo fiel cumprimento das obrigações constantes no Termo de Referência.

6.3.23. A Fiscalização poderá determinar a paralisação dos trabalhos por razão relevante de ordem técnica, de segurança ou motivo de inobservância e/ou desobediência às suas ordens e instruções, cabendo à CONTRATADA, todos os ônus e encargos decorrentes da paralisação;

6.3.24. A determinação da paralisação, citada no item 6.3.23, vigorará enquanto persistirem as razões da decisão, cabendo à SES-SC formalizar a sua suspensão;

6.3.25. Entende-se por documentos todo e qualquer nota fiscal de peça ou material que foi empregado em rotinas de manutenção, certificados de qualidades, laudos técnicos e testes realizados, projetos, atas de reunião, ARTs, relatórios, plano de manutenção, cronogramas e qualquer outro comprovante de atividade realizado visando o cumprimento deste edital.

6.3.26. Os documentos devem ser armazenados durante todo período de vigência do contrato e por cinco anos posteriores ao seu término, em caso de descumprimento a CONTRATADA estará sujeita as penalidades legais.

6.3.27. Exercer a fiscalização dos serviços por servidor(es) especialmente designados(s), na forma prevista na Lei.

6.3.28. Comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

6.3.29. Certificar as notas fiscais/faturas referentes aos serviços prestados.

7 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1 – A Secretaria de Estado da Saúde efetuará o pagamento por intermédio do Banco do Brasil em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas nesta cotação;

7.1.1 - Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

7.1.2 - O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos realizados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil, conforme art. 9º § 4º do Decreto Estadual 1073/2017;

7.2 - A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura, as informações sobre o produto, tais como: a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado, Fabricante, Apresentação, País de Origem, o número Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde, o número do lote e o prazo de validade do produto. Além de mencionar

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

o número do Contrato, o número da cotação, do Processo SES e da Autorização de Fornecimento/ Ordem de Fornecimento;

7.3 - Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito, número da conta-corrente com dígito.

7.4 - Da aplicação do Decreto n.º 129/SC/2023 I

I – De acordo com o Decreto n.º 129, de 10 de maio de 2023, os órgãos da Administração Pública Estadual Direta, os fundos, as autarquias e as fundações públicas do Estado de Santa Catarina, ao efetuarem pagamento à pessoa jurídica pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, ficam obrigados a proceder à retenção do imposto de renda (IR) com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

I.1 – As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os que forem antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.

I.2 – Não se sujeitam à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados nas hipóteses estabelecidas no art.4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

I.3 – Os prestadores de serviço e fornecedores de bens deverão, a partir da data estabelecida no caput do art. 1º deste Decreto, emitir as notas fiscais, as faturas ou os recibos em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

I.4 – Os documentos de cobrança em desacordo com o previsto não serão aceitos para fins de liquidação de despesa.

8 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 – As despesas referentes à execução deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária	Subação	Natureza da Despesa	Fonte
48091	5429	33.90.39.17	1.500.100.000

9 – ANÁLISE DE RISCOS E MAPA DE RISCOS (Art. 18, inc. X, Lei 14.133/2021 e Art. 4º, inc. III, do Decreto Estadual nº 47/2023)

9.1 – O documento em elaboração pela SES. Utiliza-se o modelo de Gestão de Riscos da SEA, constante nos autos.

10 – PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

10.1 – As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

I – declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

II – comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV – declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

11 - DO ATENDIMENTO A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

11.1. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, a CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

11.2. A CONTRATADA declara que designou Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, nos termos do § 1º do art. 41 da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), e se compromete a informar os dados de identidade e informações de contato deste encarregado na ocasião da assinatura deste contrato. A CONTRATADA também se compromete a manter o CONTRATANTE informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído;

11.3. A CONTRATADA somente poderá tratar dados pessoais dos usuários dos serviços contratados, nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais para nenhuma outra finalidade.

11.4. A CONTRATADA se certificará de que seus empregados, representantes, e prepostos agirão de acordo com o presente contrato e com as leis de proteção de dados e eventuais instruções transmitidas pela CONTRATANTE sobre a presente cláusula, comprometendo-se a manter o sigilo e a confidencialidade dos dados pessoais e dos dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do objeto contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), certificando-se a CONTRATADA de que seus empregados, representantes, e prepostos assumam compromisso de confidencialidade ou estejam sujeitos a obrigações legais de confidencialidade.

11.5. Se o titular dos dados ou terceiros solicitarem informações à CONTRATADA relativas ao tratamento de dados pessoais que detiver em decorrência do presente contrato, a CONTRATADA submeterá esse pedido à apreciação da CONTRATANTE, não podendo, sem instruções prévias da CONTRATANTE, transferir, compartilhar e/ou garantir acesso aos dados pessoais que detenha por força do presente contrato, sendo, em regra, vedada a transferência das informações a outras pessoas físicas ou jurídicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do próprio contrato; se a solicitação for realizada por autoridade de proteção de dados, a CONTRATADA informará imediatamente à CONTRATANTE sobre tal pedido e suas decorrências.

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

11.6. A CONTRATADA prestará assistência à CONTRATANTE no cumprimento das obrigações previstas nas leis de proteção de dados, quando relacionadas ao objeto contratual, especialmente nos casos em que for necessária a assistência da CONTRATADA para que a CONTRATANTE cumpra suas obrigações, incluindo aquelas relativas à segurança do tratamento, violações de dados pessoais, avaliação de impacto de proteção de dados, e consulta prévia a autoridades de proteção de dados, incluindo pedidos de acesso, retificação, bloqueio, restrição, apagamento, portabilidade de dados, ou o exercício de quaisquer outros direitos dos titulares de dados com base nas Leis Aplicáveis à Proteção de Dados.

11.7. Quando solicitada, a CONTRATADA fornecerá à CONTRATANTE, no prazo de 2 (dois) dias úteis, todas as informações necessárias para comprovar a conformidade das obrigações da CONTRATADA previstas neste contrato com as leis de proteção de dados, inclusive para fins de elaboração de relatórios de impacto de proteção e riscos de uso de dados pessoais.

11.8. A CONTRATADA prestará assistência à CONTRATANTE no cumprimento de suas outras obrigações de acordo com as leis de proteção de dados nos casos em que estiver implícita a assistência da CONTRATADA e/ou nos casos em que for necessária a assistência da CONTRATADA para que a CONTRATANTE cumpra suas obrigações, incluindo aquelas relativas à segurança do tratamento, violações de dados pessoais, avaliação de impacto de proteção de dados, e consulta prévia a autoridades de proteção de dados.

11.9. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar à CONTRATANTE, por escrito, em até 2 (dois) dias úteis a contar do momento em que tomou ciência da violação, ou em menor prazo, se assim vier a recomendar ou determinar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

11.10. A CONTRATADA indenizará a CONTRATANTE, em razão do não cumprimento por parte da CONTRATADA das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face da CONTRATANTE a esse título

12 – DO ATENDIMENTO A LEI 17.983 DE 19 DE AGOSTO DE 2020

12.1. Fica obrigada a publicação do nome do proprietário ou de todos os sócios-proprietários integrantes de pessoas jurídicas contratadas para fornecer serviços e produtos, aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como aos demais órgãos da Administração Direta e Indireta, independente da forma de contratação.

12.1.1. A publicação deverá ser no Portal da Transparência do órgão contratante, em local de fácil acesso, devendo constar:

I - relação dos sócios-proprietários com o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF);

II - endereço da sede da empresa contratada, em conformidade com contrato social;

III - foto da fachada da sede da empresa; e

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

IV - extrato da minuta do contrato firmado entre Administração Pública e a empresa contratada.

13 – PENALIDADES E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

13.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

13.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

13.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

13.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 13.1.1 deste Aviso de Dispensa Eletrônica, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 5 % (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 13.1.1 a 13.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.1.2 a 13.1.7 deste Aviso de Dispensa Eletrônica, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 13.1.8 a 13.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

13.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

13.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Dispensa Eletrônica, em hipótese alguma, excluem a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo, necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

13.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública, resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

13.11. As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro de Penalidades Administrativas aplicadas a fornecedores por órgãos e entidades pertencentes ao Poder Executivo do Estado de Santa Catarina – CADPEN/SC;

14 – DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 – A participação na presente cotação de preços implica na aceitação integral e irretratável de todas as condições exigidas nesta cotação e dos documentos anexos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor;

14.2 – A empresa ganhadora fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões em até 25% (vinte e cinco por cento) no quantitativo estimado (artigo 125, da Lei de Licitações);

14.3 – Na apreciação das propostas poderão ser solicitadas informações complementares, amostras e/ou prospectos, a fim de obter maiores informações sobre o produto e/ou serviço ofertado, o que deverá ser providenciado no prazo estabelecido pela Gerência solicitante, sob pena de desclassificação;

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

14.4 – Os orçamentos que compõem este processo poderão ser utilizados para aquisição dos itens caso haja vantajosidade para a SES, interesse da empresa cotadora e atendimento aos requisitos solicitados nesta cotação.

14.5 – O resultado desta cotação de preços será disponibilizado para acompanhamento nos sites:

<https://portaldecompras.sc.gov.br/>

<http://edital.saude.sc.gov.br/>

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/inicio>

15 – DO FORO

15.1. Para dirimir questões decorrentes deste Contrato fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, com renúncia expressa a qualquer outro.

Florianópolis – SC, 7 de novembro de 2023.

Núcleo de Compra Direta

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

ANEXO I

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DETALHAMENTO DO OBJETO**

Cotação eletrônica nº: 1519/2023 Protocolo: SES 132155/2023

RELAÇÃO DE COMPRA Nº: 1696/2023 (TOTAL)

LOTE I

Solicitante: HRHDS – HOSPITAL REGIONAL HANS DIETER SCHMIDT.

Item	Grupo/ Classe	Código	Descrição do Material	UN	Total	Lote
1	407	050159007	Serviço de Manutenção – Máquinas e Equipamentos em Geral., Unidade: HRHDS 1 Estação de redução e distribuição de vapor. Funcionamento Diário: 16 horas de funcionamento de segundas a sextas-feiras 12 horas de funcionamento, sábados, domingos e feriados.	Serviço	1,00	1
2	407	050159007	Serviço de Manutenção – Máquinas e Equipamentos em Geral., Unidade: HRHDS 1 Conjunto de retorno de condensado. Funcionamento Diário: 16 horas de funcionamento de segundas a sextas-feiras 12 horas de funcionamento, sábados, domingos e feriados.	Serviço	1,00	1
3	407	050159007	Serviço de Manutenção – Máquinas e Equipamentos em Geral., Unidade: HRHDS 1 Conjunto gerador de água quente, com trocador de calor água/vapor Patrimônio: SES 084489 Funcionamento Diário: 16 horas de funcionamento de segundas a sextas-feiras 12 horas de funcionamento, sábados, domingos e feriados.	Serviço	1,00	1
4	407	050159007	Serviço de Manutenção – Máquinas e Equipamentos em Geral., Unidade: HRHDS 1 Estação de redução e distribuição de vapor	Serviço	1,00	1

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

			Funcionamento Diário: 16 horas de funcionamento de segundas a sextas-feiras 12 horas de funcionamento, sábados, domingos e feriados.		17 DE NOVEMBRO DE 2023	
--	--	--	---	--	------------------------------	--

LOTE II**Solicitante: MDV – MATERNIDADE DARCY VARGAS.**

Item	Grupo/ Classe	Código	Descrição do Material	UN	Total	Lote
5	407	050159007	Serviço de Manutenção – Máquinas e Equipamentos em Geral., Unidade: MDV 2 Módulos de Aquecimento de água: Aquecedores de passagem a gás GLP (marca: Komeco, modelo: KO 31D 1BFLP1 – Grande; capacidade de aquecimento: 30 L/min) com chaminés de exaustão, visor digital, no-break, painel elétrico de comando, tubulações, filtros e bomba de recirculação. Potência nominal 88.752 kcal/h Patrimônio: SES 250982, SES 250984, SES 212129, SES 212344 Funcionamento Diário: Mensal / Uso 24h do sistema	Serviço	1,00	2
6	407	050159007	Serviço de Manutenção – Máquinas e Equipamentos em Geral., Unidade: MDV 1 Tanque acumulador de água quente Marca: Brasme; Volume: 2.000 litros Com Serpentina em inox para vapor; Bomba de recirculação com acionamento automático e temporizador de acionamento. Patrimônio: SES 212500 Funcionamento Diário: Mensal / Uso 24h do sistema	Serviço	1,00	2



SANTA CATARINA
GOVERNO DE
SECRETARIA DA SAÚDE

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDERua Esteves Júnior, 160 | 88015-130
Florianópolis – SC

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

7	407	050159007	Serviço de Manutenção - Máquinas e Equipamentos em Geral., Unidade: MDV 1 Boiler elétrico com capacidade de 1.000 litros elétrico Marca: Alex Bublitz Tensão: 380 volts Patrimônio : SES 269954 Funcionamento Diário: Mensal / Uso 24h do sistema	Serviço	1,00	2
8	407	050159007	Serviço de Manutenção - Máquinas e Equipamentos em Geral., Unidade: MDV 3 Boilers elétricos com capacidade 500 litros Marca: sem identificação Patrimônio : SES 269950,SES 269951, SES 269952 Funcionamento Diário: Mensal / Uso 24h do sistema	Serviço	1,00	2
9	407	050159007	Serviço de Manutenção - Máquinas e Equipamentos em Geral., Unidade: MDV 1 Boilers elétricos com capacidade 800 litros Marca: sem identificação Patrimônio : SES 269953 Funcionamento Diário: Mensal / Uso 24h do sistema	Serviço	1,00	2
10	407	050159007	Serviço de Manutenção – Máquinas e Equipamentos em Geral., Unidade: MDV 1 Quadro de comando elétrico e controle, instrumentação, tubulações e bomba de recirculação, válvula, sensores, medidores,	Serviço	1,00	2

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

			manômetros circulação/acionamento, hidráulica e conexões. Patrimônio : SES 269953 Funcionamento Diário: Mensal / Uso 24h do sistema	pressostatos, interligação			
--	--	--	--	-------------------------------	--	--	--

LOTE III**Solicitante: HDWC – HOSPITAL DOUTOR WALDOMIRO COLAUTTI**

Item	Grupo/ Classe	Código	Descrição do Material	UN	Total	Lote
11	407	050159007	Serviço de Manutenção – Máquinas e Equipamentos em Geral., Unidade: HDWC 1 Caldeira estacionária, geradora de vapor saturado Marca: WECO Produção de vapor: 340 kg/h Pressão de trabalho: 8 kgf/cm ² Fonte energética: lenha Patrimônio SES 29839 Funcionamento Diário: Trabalho 10 horas diárias.	Serviço	1,00	3
12	407	050159007	Serviço de Manutenção – Máquinas e Equipamentos em Geral., Unidade: HDWC 2 Geradores de água quente (boiler) com serpentina a vapor e com bombas de circulação de água quente para consumo da unidade hospitalar. Patrimônios motobombas: 29852 e 29853. Funcionamento Diário: Trabalho 10 horas diárias	Serviço	1,00	3
13	407	050159007	Serviço de Manutenção – Máquinas e Equipamentos em Geral., Unidade: HDWC	Serviço	1,00	3

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

			1 Estação de redução e distribuição de vapor Funcionamento Diário: Trabalho 10 horas diárias.			
14	407	050159007	Serviço de Manutenção – Máquinas e Equipamentos em Geral., Unidade: HDWC 1 Conjunto de retorno de condensado Patrimônio : SES 29850, SES 29851, SES 29852, SES 29853 Funcionamento Diário: Trabalho 10 horas diárias	Serviço	1,00	3
15	407	050159007	Serviço de Manutenção – Máquinas e Equipamentos em Geral., Unidade: HDWC 1 Conjunto boiler elétrico e bombas de recirculação Funcionamento Diário: Trabalho 10 horas diárias.	Serviço	1,00	3

LOTE IV**Solicitante: HRSJ – HOSPITAL REGIONAL DE SÃO JOSÉ.**

Item	Grupo/Classe	Código	Descrição do Material	UN	Total	Lote
16	206	050027003	Laudo Técnico (unidade) Serviços de Auditoria, Consultoria e Projetos, LAUDO DE CALDEIRA Caldeira estacionária, gerador de vapor saturado. Marca Morganti, tipo GV 1000 Produção de vapor 1000 kg/hora. Pressão de trabalho: 8 kgf/cm². Fonte energética: eletricidade. Caldeira 01 – N° de fabricação 157 (Inoperante – para laudar e providências para remoção e baixa patrimonial)	Serviço	1	4

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

			Patrimônio: Sem patrimônio			
17	407	050159007	<p>Serviço de Manutenção – Máquinas e Equipamentos em Geral., Serviços de manutenção preventiva e corretiva, associada ao fornecimento de operadores, para Sistema de Caldeiras do HRSJ.</p> <p>1 Caldeira estacionária, geradora de vapor saturado. Marca: Morganti; Tipo: GV-1000</p> <p>Produção de vapor: 1.000 kg/h. Pressão de trabalho: 8 kgf/cm². Fonte energética: eletricidade.</p> <p>- Fornecimento de Operadores de Caldeiras para plantões diários de 24 horas.</p>	Serviço	1,00	4
18	407	050159007	<p>Serviço de Manutenção – Máquinas e Equipamentos em Geral., Serviços de manutenção preventiva e corretiva, associada ao fornecimento de operadores, para Sistema de Caldeiras do HRSJ.</p> <p>1 Caldeira estacionária, geradora de vapor saturado Produção de vapor: 500 kg/h Pressão de trabalho: 8 kgf/cm² Fonte energética: GLP</p> <p>- Fornecimento de Operadores de Caldeiras para plantões diários de 24 horas.</p>	Serviço	1,00	4
19	407	050159007	<p>Serviço de Manutenção – Máquinas e Equipamentos em Geral., Serviços de manutenção preventiva e corretiva, associada ao fornecimento de operadores, para Sistema de Caldeiras do HRSJ.</p> <p>2 Gerador de água quente (boiler) com serpentina à vapor Marca: Sem identificação.</p> <p>- Fornecimento de Operadores de Caldeiras para plantões diários de 24 horas.</p>	Serviço	1,00	4
20	407	050159007	Serviço de Manutenção – Máquinas e Equipamentos em Geral., Serviços de	Serviço	1,00	4

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

			manutenção preventiva e corretiva, associada ao fornecimento de operadores, para Sistema de Caldeiras do HRSJ. 1 Gerador de água quente (boiler) com serpentina à vapor Marca: Morganti Tipo: RS-5000 Capacidade: 5.000 litros - Fornecimento de Operadores de Caldeiras para plantões diários de 24 horas.			
21	407	050159007	Serviço de Manutenção – Máquinas e Equipamentos em Geral., Serviços de manutenção preventiva e corretiva, associada ao fornecimento de operadores, para Sistema de Caldeiras do HRSJ. 1 Estação de redução e distribuição de vapor - Fornecimento de Operadores de Caldeiras para plantões diários de 24 horas.	Serviço	1,00	4
22	407	050159007	Serviço de Manutenção – Máquinas e Equipamentos em Geral., Serviços de manutenção preventiva e corretiva, associada ao fornecimento de operadores, para Sistema de Caldeiras do HRSJ. 1 Conjunto de retorno de condensador - Fornecimento de Operadores de Caldeiras para plantões diários de 24 horas.	Serviço	1,00	4

LOTE V**Solicitante: HGMTR – HOSPITAL GERAL E MATERNIDADE TEREZA RAMOS.**

Item	Grupo/Classe	Código	Descrição do Material	UN	Total	Lote
23	407	050159007	Serviço de Manutenção – Máquinas e Equipamentos em Geral., Unidade: HGMTR 1 Conjunto de retorno de condensador Funcionamento Diário: 01 (um) semestre (novembro, dezembro,	Serviço	1,00	5

**SANTA CATARINA**
SECRETARIA DA SAÚDE**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**
Rua Esteves Júnior, 160 | 88015-130
Florianópolis – SC

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

			janeiro, fevereiro, março, abril) – trabalho 18 horas diárias 01 (um) semestre (maio, junho, julho, agosto, setembro e outubro) - trabalho 24 horas diárias.			
24	407	050159007	Serviço de Manutenção - Máquinas e Equipamentos em Geral., Unidade: HGMTR 1 Estação de redução e distribuição de vapor Funcionamento Diário: 01 (um) semestre (novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril) – trabalho 18 horas diárias 01 (um) semestre (maio, junho, julho, agosto, setembro e outubro) - trabalho 24 horas diárias.	Serviço	1,00	5
25	407	050159007	Serviço de Manutenção - Máquinas e Equipamentos em Geral., Unidade: HGMTR 2 Trocadores de calor Patrimônio : SES 201263 ,SES 201264 e SES 85498 Funcionamento Diário: 01 (um) semestre (novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril) – trabalho 18 horas diárias 01 (um) semestre (maio, junho, julho, agosto, setembro e outubro) - trabalho 24 horas diárias.	Serviço	1,00	5
26	407	050159007	Serviço de Manutenção - Máquinas e Equipamentos em Geral., Unidade: HGMTR 1 Caldeira estacionária - geradora de vapor saturado Marca: AcquaTermus;	Serviço	1,00	5

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

			<p>Modelo: CVS-HP4000. Ano de fabricação: 01/07/03. Produção de vapor: 4.000 kg/h. Pressão de trabalho: 9 kgf/cm². Fonte energética: óleo diesel.</p> <p>Funcionamento Diário:</p> <p>01 (um) semestre (novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril) – trabalho 18 horas diárias.</p> <p>01 (um) semestre (maio, junho, julho, agosto, setembro e outubro) - trabalho 24 horas diárias.</p>			
--	--	--	--	--	--	--

LOTE VI**Solicitante: HGCR - HOSPITAL GOVERNADOR CELSO RAMOS.**

Item	Grupo/Classe	Código	Descrição do Material	UN	Total	Lote
27	407	050159007	<p>Serviço de Manutenção - Máquinas e Equipamentos em Geral., Unidade: HGCR</p> <p>4 Módulo de Aquecimento de Água com aquecedores de passagem a gás natural com chaminés de exaustão, visor digital, no break, painel elétrico de comando, tubulações e bomba de recirculação. (potência nominal 177.504 kcal/h</p> <p>Funcionamento Diário: Mensal / Uso 24h do sistema</p>	Serviço	1,00	6
28	407	050159007	<p>Serviço de Manutenção - Máquinas e Equipamentos em Geral., Unidade: HGCR</p> <p>2 Boiler - Gerador de água Quente Marca: Arauterm Modelo: RA 4000 CV</p>	Serviço	1,00	6



SANTA CATARINA
SECRETARIA DA SAÚDE

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDERua Esteves Júnior, 160 | 88015-130
Florianópolis – SC

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

			Capacidade: 4000 litros Com bomba de circulação de água quente para consumo da unidade. Funcionamento Diário: Mensal / Uso 24h do sistema			
29	407	050159007	Serviço de Manutenção - Máquinas e Equipamentos em Geral., Unidade: HGCR 1 Quadro de comando e controle, instrumentação, medidores, sensores, válvulas, bombas de circulação/acionamento), interligação hidráulica e conexões. Funcionamento Diário: Mensal / Uso 24h do sistema	Serviço	1,00	6
30	407	050159007	Serviço de Manutenção - Máquinas e Equipamentos em Geral., Unidade: HGCR Teste de estanqueidade Funcionamento: Uma vez por ano, durante a inspeção de segurança	Serviço	1,00	6

LOTE VII**Solicitante: HIJG - HOSPITAL INFANTIL JOANA DE GUSMÃO;**

Item	Grupo/Classe	Código	Descrição do Material	UN	Total	Lote
31	407	050159007	Serviço de Manutenção - Máquinas e Equipamentos em Geral., Unidade: HIJG 4 Módulos de Aquecimento com 4 (quatro) aquecedores de passagem a gás GLP com chaminés de exaustão, visor digital, no break, Marca: Komeco (02 unidades) Modelo: KO 35D Prime 1BFLP1- Grande Capacidade: 35 L	Serviço	1,00	7

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

			Marca: Rinnai (02 unidades) Modelo: REU2802FECL Capacidade: 35 L (potência nominal 196.512 kcal;h) Funcionamento diário: Mensal / Uso 24h do sistema			
32	407	050159007	Serviço de Manutenção - Máquinas e Equipamentos em Geral., Unidade: HIJG 2 Gerador de água quente (boiler),quadro elétrico e de automação, bombas de acionamento e funcionamento do sistema Patrimônio : SES 61189 E SES 61188 Funcionamento diário: Mensal / Uso 24h do sistema	Serviço	1,00	7
33	407	050159007	Serviço de Manutenção - Máquinas e Equipamentos em Geral., Unidade: HIJG 1 quadro de comando elétrico e controle, instrumentação, tubulações e bomba de recirculação, válvula, sensores, medidores, manômetros pressostatos, circulação/ acionamento, interligação hidráulica e conexões. Funcionamento diário: Mensal / Uso 24h do sistema	Serviço	1,00	7
34	407	050159007	Serviço de Manutenção - Máquinas e Equipamentos em Geral., Unidade: HIJG Teste de estanqueidade Funcionamento: Uma vez por ano, durante a inspeção de segurança.	Serviço	1,00	7

LOTE VIII**Solicitante: MDCK - MATERNIDADE DONA CATARINA KUSS.****SANTA CATARINA**
GOVERNO DE
SECRETARIA DA SAÚDE**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**Rua Esteves Júnior, 160 | 88015-130
Florianópolis – SC

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

Item	Grupo/ Classe	Código	Descrição do Material	UN	Total	Lote
35	407	050159007	Serviço de Manutenção - Máquinas e Equipamentos em Geral., Unidade: MDCK 3 Boiler elétricos com capacidade 200 litros cada Marca: Tecnosol, Modelo: TSOL Funcionamento Diário: Mensal / Uso 24h do sistema	Serviço	1,00	8

1 – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

1.1 – A SES convocará o cotador vencedor, por meio de notificação através de e-mail, para assinar o termo de contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, permitindo a prorrogação por igual período, na forma do art. 90, da Lei nº 14.133/2021 e alterações;

1.2 – Farão parte integrante do Contrato todos os elementos apresentados pela cotadora vencedora que tenham servido de base ao presente processo, bem como, as condições estabelecidas nesta cotação e Anexo II;

1.3 – As demais condições contratuais, tais como: prazo e local de entrega, alterações, vigência, rescisão e outras; são as previstas no Anexo III desta cotação (Minuta de Contrato);

1.4 – Se a licitante vencedora recusar-se a assinar o contrato injustificadamente ou não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, será convocado outra cotadora, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

1.5 – LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

LOTE	UNIDADE	ENDEREÇO	E-MAIL	TELEFONE
I	Hospital Hans Dieter Schimdt (HRHDS)	Rua Xavier Arp, s/n – Boa Vista ,Joinville – SC	Hrhds@saude.sc.gov.br manutencaohrhds@saude.sc.gov.br	(47) 3461-5500 (47) 3461-5529 (47) 3461-3163
II	Maternidade Darcy Vargas (MDV)	Rua Miguel Couto, s/n, Anita Garibaldi – Joinville – SC	mdv@saude.sc.gov.br contratosmdv@saude.sc.gov.br	(47) 3481-1300 (47) 3481-1303 (47) 3461-5729
III	Hospital Doutor Waldomiro Colautti (HDWC)	Rua 03 de Maio nº 998, Centro – Ibirama – SC	hdwc@saude.sc.gov.br geradhdwc@saude.sc.gov.br almoxarifadohdwc@saude.sc.gov.br	(47) 3357-6600 (47) 3357-6615
IV	Hospital Regional de São José (HRSJ)	Rua Adolfo Donato da Silva, s/n, Praia Comprida – São José – SC	hrs@saude.sc.gov.br manuthrsj@saude.sc.gov.br	(48) 3664-9700 (48) 3664-9629 (48) 3664-3003 (48) 3664-9801
V	Hospital Geral e	Rua Marechal Deodoro,	hmtr@saude.sc.gov.br	(49) 3289-9000

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

	Maternidade Tereza Ramos (HGMTR)	799, Centro – Lages – SC	patrimoniohmtr@saude.sc.gov.br	(49) 3289-8921 (48) 3289-8962
VI	Hospital Governador Celso Ramos (HGCR)	Rua Irmã Benwarda, 297 Centro – Florianópolis – SC	hcr@saude.sc.gov.br manuhgcr@saude.sc.gov.br	(48) 3664-3600 (48) 3664-3548 (48) 3664-3510
VII	Hospital Infantil Joana de Gusmão (HIJG)	Rua Rui Barbosa, 152 Agronômica – Florianópolis – SC	hijg@saude.sc.gov.br manutencaohijg@gmail.com	(48) 3664-3200 (48) 3664-3139 (48) 3664-9032
VIII	Maternidade dona Catarina Kuss (MDCK)	Rua Brasília Celestino de Oliveira, 209, Centro – Mafra – SC	mdck@saude.sc.gov.br lopesj@saude.sc.gov.br engenhariamdck@gmail.com	(47) 3647-0610 (47) 3647 0662

2 – CRITÉRIO DE MEDIÇÃO DE PAGAMENTO (Art. 6º, inc. XXIII, “g” e Art. 40, §1º, inc. II, da Lei 14.133/2021)

2.1 – Critério de Medição:

2.1.1 – Os serviços serão remunerados após medições mensais, através da totalização da quantidade de serviços executados e aprovados pela fiscalização.

2.1.2 – A CONTRATADA deverá apresentar para cada medição mensal uma memória de cálculo detalhada relacionando os serviços executados, acompanhado de planilha de preços unitários em conformidade com a planilha de composição de preços unitários apresentada na licitação.

2.2 – Prazos:

2.2.1 – prazo de início da execução: se iniciará após a **AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)** emitida pelo gestor do contrato.

2.2.2 – Prazo de pagamento: 30 dias após o recebimento e aceite do objeto com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente.

2.2.2.1 – Os caldeireiros deverão assinar lista de presença, informando o dia, hora de chegada, saída a ser conferida pelo fiscal do contrato na unidade, bem como, sempre que questionado, os certificados atualizados de NR13/NR10 contendo nome completo e nome da empresa que executou o curso.

2.2.2.2 – Ao final dos serviços de manutenção, seja ela corretiva ou preventiva, deverá a CONTRATADA emitir relatório dos serviços realizados, contendo a assinatura do responsável técnico da mesma e da fiscalização do local, em conformidade com os manuais e normas técnicas específicas.

2.2.2.3 – Caso a contratada acumule chamadas de serviço em aberto por negligência, imperícia, omissão, equipe ou outro qualquer fator que comprometa o correto cumprimento do contrato, a nota fiscal de quitação do mês poderá ser retida até que todos os serviços tenham sido concluídos.

2.2.2.4 – A comprovação de serviços em aberto e não realizados/concluídos será diagnosticada por troca de mensagens eletrônicas ou entrega de comunicação oficial da CONTRANTE para CONTRATADA.

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

2.2.2.5 – Comprovada a inexecução de serviços, manutenção preventiva ou corretiva, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades previstas em Lei e nas retenções das notas fiscais emitidas.

2.2.2.6 – A inadimplência da CONTRATADA, com referência às obrigações sociais, comerciais e fiscais não transfere à Administração da CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE.

2.3 – Do reajuste (art. 92, V, da Lei n.º 14.133/2021):

2.3.1 – Os preços contratados serão irrealizáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data da proposta.

3 – DA EXECUÇÃO DO OBJETO (ART. 6º, XXIII, “E”; ART. 18º, III, e ART. 40º, §1º, II e III, DA LEI Nº 14.133/2021):

3.1 – O compromisso será firmado por meio de Contrato com duração de 12 meses.

3.2 – O regime de execução da prestação dos serviços será conforme ART.6º, XXXIV, no qual fornecimento e prestação de serviço associado: regime de contratação em que, além do fornecimento do objeto, o contratado responsabiliza-se por sua operação, manutenção ou ambas, por tempo determinado

3.3 – Funcionários da contratada deverão apresentar-se sempre com identificação e/ou credencial na Unidade Solicitante respeitando as normas de cada instituição.

3.4 – O objeto deverá estar de acordo com as especificações do edital e atender a legislação a ele(s) pertinente(s);

3.5 – As quantidades licitadas e informadas são estimativas, podendo a contratante requisitar quantidades maiores ou menores conforme a efetiva necessidade, respeitando-se os limites estabelecidos pela legislação;

3.6 – A execução contratual observará as rotinas abaixo:

3.6.1 – O termo de referência trata-se da atividade de operação, estando inclusa todas as manutenções preventivas e corretivas dos equipamentos do sistema de geração vapor e de água quente existentes com total substituição de peças/componentes inclusive as de desgaste temporal. As manutenções do sistema de geração de vapor e fornecimento/geração/armazenamento de água quente, contempla caldeiras, os aquecedores de passagem, boilers, interligação hidráulica, bombas, válvulas, respectivos mecanismos elétricos/eletrônicos comandos, entre outros, cujo o objetivo visa garantir o suprimento de vapor e água quente para consumo nas unidades hospitalares da SES, devendo estar incluso todas as manutenções a fim de garantir o atendimento às especificações das normas ABNT e leis, decretos e recomendações normativas das instituições públicas Municipais, Estaduais e Federais, bem como, as resoluções da diretoria coletiva (RDC's) da Anvisa. Nestas manutenções estão inclusas toda e qualquer substituição de peças e componentes que sejam necessários tais como bombas, motores elétricos, tubulações, válvulas, soldas, pintura e demais componentes que sejam necessários para o perfeito funcionamento do sistema, bem como o fornecimento de laudos, testes e demais documentações necessárias a fim de certificar que os equipamentos/sistemas estão funcionando perfeitamente .

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

3.6.1.1 – Os critérios das Manutenções Preventivas e Corretivas devem seguir o estabelecido nas normas técnicas vigentes e nas prescrições do fabricante dos equipamentos, de forma a assegurar o fornecimento ininterrupto de vapor e/ou água quente na unidade hospitalar. Para as caldeiras devem ser executadas de acordo com a NR 13 e relação anexa deste Termo de Referência.

3.6.1.1.1 – Na eventualidade de quebra ou manutenção técnica corretiva ou preventiva, não pode haver descontinuidade no fornecimento de vapor e/ou água aquecida para uso na unidade e serviços contratados. A solução deste problema, seja com locação ou fornecimento de equipamento provisório até o conserto definitivo, não terá ônus para a CONTRATANTE, independente da solução adotada pela Contratada.

3.6.1.1.2 – Qualquer procedimento de manutenção não poderá interromper o suprimento de água quente para o consumo, desta forma a CONTRATADA deverá certificar-se das medidas necessárias para evitar interrupções.

3.6.2 – Manutenção Corretiva - os serviços de manutenção corretiva dar-se-ão por solicitação do operador da caldeira, responsável técnico da contratada ou fiscal do contrato visando à eliminação de defeitos elétricos ou mecânicos ocasionais dos equipamentos descritos no ANEXO 1(Especificação do objeto) deste Termo de Referência, devendo tal correção ser efetuada mediante solicitação feita através de telefone/email e para chamada de emergência, disponibilizado pela empresa contratada;

3.6.3 – Manutenção Detectiva- A manutenção detectiva, ou investigativa, é realizada por meio de inspeções e análises de uma equipe especialista que detecta falhas que poderiam ser imperceptíveis em análises tradicionais. A manutenção detectiva pressupõe a análise de modo periódico com um cronograma que determina o intervalo de tempo específico. Esta manutenção busca evitar que os equipamentos parem de vez sem que haja um plano de contingencial e ações e materiais já levantados previamente, ou ainda que não aconteçam falhas que comprometam a segurança das pessoas e do local. Os testes de detecção de falhas são feitos para checar se há algo que não está funcionando.

3.6.4 – Manutenção Corretiva Programada/Planejada – realização de serviço de manutenção para correção de problemas detectados nas inspeções realizadas.

3.6.5 – Substituição de peças, componentes e acessórios. As peças, componentes e acessórios, quando necessário, serão substituídas sempre por outras peças, componentes e acessórios, novos e originais, quando os equipamentos não estiverem na garantia dos fabricantes;

3.6.6 – Calibração dos dispositivos de segurança (manômetros, válvulas, pressostatos, termômetros, transdutores, entre outros) instalados nos equipamentos listados no Quadro 1, com emissão do certificado de conformidade. Fornecimento da etiqueta adesiva indelével com data da próxima calibração;

3.6.7 – Elaboração, Registo, reconstituição dos prontuários , projetos e demais documentos previsto NR13 e demais LEIS, Decretos e recomendações técnicas pertinentes a Caldeira e vasos de Pressão;

3.6.8 – Produzir “As built” das instalações existentes das centrais de geração de vapor e água quente, entende-se como centrais a última conexão de fornecimento antes da rede ser distribuída a unidade que atende os ambiente de consumo;

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

3.6.9 – A Contratada deverá fornecer semestralmente e sempre que solicitada os registros de segurança dos vasos de pressão disponibilizados nas unidades, contendo o atendimento à NR 13, caso seja imperativo a entrega destes.

3.6.10 – Operação – operação do gerador de vapor (caldeira) deve ser realizado por pessoal capacitado conforme a NR 13, envolvendo o treinamento e a elaboração de manual de operação, conforme item 13.4.3.1 da NR 13 reproduzido abaixo, que ficará disponível junto ao equipamento na Unidade. Fornecer cópia impressa e digitalizada do manual de operação para a SES.

“13.4.3.1 Toda caldeira deve possuir manual de operação atualizado, em língua portuguesa, em local de fácil acesso aos operadores, contendo no mínimo:

- 1. procedimentos de partidas e paradas;*
- 2. procedimentos e parâmetros operacionais de rotina;*
- 3. procedimentos para situações de emergência;*
- 4. procedimentos gerais de segurança, saúde e de preservação do meio ambiente.”*

3.6.11 – DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

3.6.11.1 – Os serviços deverão ser executados nas unidades Hospitalares administradas pela Secretaria do Estado de Santa Catarina que possuem Caldeiras e boilers, ou aquecedores de passagem com reservatório térmico em seu parque fabril (HRSJ, HRHDS, HGCR, HIJG,MDV, HDWC e HGMTR);

3.6.11.2 – A empresa contratada deverá apresentar CREA, CRQ e ART de serviços e produtos como documentações complementares desta contratação, as empresas deverão comparecer nesta unidade para efetuarem os devidos serviços que deverão ser acompanhados pela FISCALIZAÇÃO/REPRESENTANTE DA SES;

3.6.11.3 – A empresa contratada deverá realizar visitas de vistorias a fim de realizar as manutenções preventivas e detectivas nos equipamentos no mínimo uma vez por semana onde deverá apresentar relatórios individuais de checklist dos equipamentos aos FISCAIS//REPRESENTANTE DA SES;

3.6.11.4 – A empresa contratada deverá realizar serviços de manutenção preventiva e corretiva da rede de distribuição de vapor e geração e fornecimento de água quente, mantendo sem vazamento, com isolamentos intactos e os registros em pleno funcionamento;

3.6.11.4.1 – Manutenção preventiva e corretiva do sistema de geração de vapor e sistema de geração e fornecimento de água quente incluindo seus reservatórios, instrumentação, quadros elétricos e comando e sua interligação hidráulica, de maneira a garantir o fornecimento da demanda pela unidade hospitalar, estando em conformidade com as prescrições das normas e legislações vigentes. Sendo assim, suas especificações técnicas devem estar em explícita conformidade com a qualidade de água para seu consumo, devendo a empresa realizar todas as adequações necessárias para o cumprimento da qualidade, fluxo, controle de operação e pressão exigidos sem qualquer ônus a mais para a SES-SC.

3.6.11.4.2 – Os serviços aqui previstos (manutenções preventiva e corretiva), não devem afetar a capacidade de fornecimento estando inclusas todas os testes elétricos, mecânicos e hidráulicos, revisão, calibragem, verificação das condições operacionais do equipamento, análises de vazamentos, condições de lubrificação de componentes internos, eficiência,

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

consumo elétrico, limpeza dos equipamentos e da área da central, bem como o ponto de captação de água/GN/GLP.

3.6.11.4.3 – A Contratada deve providenciar um mapeamento detalhado dos locais as quais estão instaladas os sistemas de geração e fornecimento de vapor e sistema de geração e fornecimento de água quente, produzindo testes e laudos detalhados das centrais existentes, todos os testes necessários devem ser conduzidas de maneira que não haja interrupção ou diminuição do fornecimento de água quente a todos os pontos da unidade. A contratada deve produzir, a partir do mapeamento do local um Relatório de vistoria técnica inicial, com a descrição das condições que se encontram as estruturas e os equipamentos existentes a fim de apresentar um cronograma de ajustes (manutenção) e adaptações que julgar necessário para fornecimento adequado através das redes existentes nas unidades de maneira a atender as unidades hospitalares. Este cronograma deve ser entregue à SES-SC no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da assinatura do contrato, cujas atividades previstas no cronograma devem ser alinhadas junto aos fiscais da unidades para que todas as adaptações/correções e ajustes necessários sejam concluídos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, com a exceção das intervenções emergenciais, que possam acarretar em risco desabastecimento dos pontos de consumo, para estes casos devem as intervenções devem ser concluídas em 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato a contar da assinatura do contrato. Os custos de instalação/operação serão todos por conta da CONTRATADA não acarretando em nenhum ônus adicional à CONTRATANTE.

3.6.11.4.3.1 – A CONTRATADA deverá finalizar a vistoria técnica inicial em até 20 (vinte) dias após a assinatura do contrato, esse prazo pode ser ampliado desde de que previamente autorizado pelo Gestor do contrato.

3.6.11.4.3.2 – A CONTRATADA deverá gerar um relatório detalhado a partir das informações coletadas na vistoria técnica inicial, que deverá ser entregue para avaliação da CONTRATANTE. O Relatório deve conter no mínimo as seguintes informações:

3.6.11.4.3.3 – Deve ser analisado em que condições técnicas estão operando o sistema de água quente e reservatórios das unidades;

3.6.11.4.3.4 – Devem ser analisadas possíveis vazamentos, em conexões, na tubulação, nas linhas de vapor, vasos de pressão e reservatórios de água quente, na exaustão do gás para o ambiente, se os instrumentos de operação e os aquecedores de passagem estão funcionando corretamente;

3.6.11.4.3.5 – A empresa deve entregar um cronograma de intervenções e melhorias/correções necessárias.

3.6.11.4.3.6 – Uma vez que as redes trabalham sob pressão devem ser providenciadas um relatório conforme as exigências da NR 13 (vasos de pressão, válvulas de segurança, calibração), nos casos em que couber esta exigência, justificada pela empresa CONTRATANTE.

3.6.11.4.4 – A Contratada deve providenciar ajustes nas instalações existentes a fim de adequar, sempre buscando uma melhor eficiência do sistema, contudo a Contratada poderá propor o rearranjo dos equipamentos existentes buscando otimizar o espaço e a produção de água aquecida e seu armazenamento. Todos os custos de rearranjo dos equipamentos existentes e eventuais avarias correrão por conta da Contratada.

3.6.11.4.5 – Ficará a cargo da CONTRATADA fornecer toda a mão de obra, materiais necessários para realização das intervenções necessárias e previstas no Relatório de

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

Avaliação Técnica Inicial, sem qualquer ônus a CONTRATANTE, devendo todas as adaptações estarem concluídas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos da assinatura do contrato. Esse prazo somente poderá ser prorrogado caso exista prévia autorização pela CONTRATANTE.

3.6.11.4.6 – A CONTRATADA deve informar dos possíveis riscos existentes nas adaptações e manutenções necessárias em caso de necessidade de medidas emergenciais em caso de ocorrência de acidentes. Ficando a cargo da CONTRATADA fornecer e instalar as placas de advertência de riscos e de situações de emergência bem como a sinalização, esse serviço não deve acarretar qualquer ônus à contratante.

3.6.11.5 – MANUTENÇÃO CORRETIVA: Os procedimentos de manutenções corretivas tem por objetivo o restabelecimento/reparos ou readequação dos componentes dos equipamentos do sistema às condições ideais de funcionamento, eliminando defeitos mediante a execução de regulagens, ajustes mecânicos e eletrônicos, por meio do diagnóstico do defeito apresentação substituição de peças, componentes e/ou acessórios que se apresentarem danificados, gastos ou defeituosos (inclusive as com desgaste temporal), entre outros procedimentos que se façam necessários, a fim de realizar correção de anormalidades, da realização de testes e calibrações que sejam necessárias para garantir o retorno dos equipamentos/acessórios que compõe o sistema às condições normais de funcionamento. Estes procedimentos deverão ser atestados por meio de laudo técnico específico, assinado pelo fiscal responsável da CONTRATADA, o qual deverá conter a discriminação do defeito.

A) A manutenção corretiva será realizada sempre que necessário e a qualquer tempo, devendo a CONTRATADA comunicar imediatamente os problemas identificados à CONTRATANTE, solicitando autorização para execução dos serviços;

B) A manutenção corretiva incluirá serviços de atendimento a chamados de emergência, que tem como finalidade vistoriar, diagnosticar e solucionar falhas ocorridas nas centrais.

C) Substituição de peças, componentes e acessórios. As peças, componentes e acessórios, quando necessário, serão substituídos sempre por outras peças, componentes e acessórios, novos e originais, quando os equipamentos não estiverem na garantia dos fabricantes.

3.6.11.5.1 – A manutenção corretiva é aquela destinada a solucionar os defeitos apresentados, compreendendo reparação, substituição de peças, restauração dos componentes e de todas as atividades necessárias à garantia do perfeito funcionamento da rede, bem como, da correção de normalidades, da realização de testes e calibração que sejam necessárias para garantir às condições normais de funcionamento. Deverá ainda a equipe técnica da Contratada, ao final dos serviços de manutenção, emitir relatório dos serviços realizados, em conformidade com os manuais e normas técnicas específicas.

3.6.11.5.2 – A manutenção corretiva incluirá serviços de atendimento a chamados de emergência, que tem como finalidade vistoriar, diagnosticar e solucionar falhas ocorridas no equipamento mantido, visando e garantindo o funcionamento dos equipamentos/acessórios que compõem o sistema de geração de vapor e sistema de geração/conservação/distribuição de água quente e seu armazenamento nos padrões estabelecidos. As chamadas corretivas podem ser iniciadas mediante solicitação da CONTRATANTE feita para e-mail dedicado e disponibilizado pela CONTRATADA, tendo no título ou corpo da mensagem informações que foram constatadas o defeito, ou ainda, a CONTRATADA pode dar aviso da necessidade de realização de uma manutenção corretiva.

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

3.6.11.6 – MANUTENÇÃO PREVENTIVA: tem por objetivo evitar a ocorrência de defeitos que reduzam ou limitem a capacidade de fornecimento/geração de vapor e/ou água quente, buscando diminuir as possibilidades de paralisações, de ocorrência sejam elas provenientes de desgastes ou envelhecimento de seus componentes contemplando desta maneira todos os serviços que visem manter os equipamentos, funcionando em condições normais, conservando-os dentro dos padrões de operacionalidade e segurança e em perfeito estado de funcionamento. Primordialmente devem ser seguidas as especificações constantes no manual técnico compreendendo: manutenção do bom estado de conservação, substituição de componentes que comprometam o bom funcionamento, modificações necessárias com objetivo de atualização dos aparelhos, limpeza, regulagem, inspeção, calibração e testes, entre outras ações que garantam a operacionalização dos equipamentos e instalações, devendo ser realizada no mínimo a cada 30 (trinta) dias. Realizar a manutenção técnica preventiva dos equipamentos de propriedade da CONTRATANTE, sem interferir nas atividades. Todas as atividades que buscam prevenir tem a finalidade de conduzir os equipamentos mantidos a uma operação mais próxima possível das condições de projeto, bem como evitar danos e vazamentos que provocam a perda de eficiência do sistema.

3.6.11.6.1 – Neste sentido a manutenção preventiva a ser executada a partir do início da contratação dos serviços se destina a reduzir a possibilidade de ocorrência de defeitos, falhas que promovam a interrupção ou redução do suprimento de vapor e/ou água quente ao longo da linha devido a incapacidade do sistema de geração e fornecimento da vazão necessária para alimentação dos pontos existentes. Portanto estão englobadas todas as intervenções periódicas nos sistemas, subsistemas, equipamentos e componentes que resultem na conservação e na recuperação do estado operacional para que sejam mantidas as condições de fornecimento de vapor e/ou água quente em termos de pressão, vazão e qualidade da água ao longo das linhas de fornecimento.

3.6.11.6.2 – Os serviços deverão ser executados dentro dos mais altos padrões técnicos, obedecendo às normas técnicas pertinentes, bem como às recomendações dos fabricantes e legislação em vigor.

3.6.11.6.3 – A manutenção preventiva somente será medida pelo fiscal quando for realizada em equipamentos que estejam funcionando adequadamente.

3.6.11.6.4 – Contempla os serviços efetuados para manter os equipamentos funcionando em condições normais, tendo como objetivo diminuir a possibilidades de paralisações, compreendendo a manutenção do bom estado de conservação, substituição de componentes que comprometam o bom funcionamento, modificações necessárias com objetivo de atualização dos aparelhos, limpeza, regulagem, inspeção, calibração de testes, entre outras ações que garantam a operacionalização dos equipamentos que compõe o sistema.

3.6.12 – A empresa contratada deverá realizar serviços de higienização mensal dos equipamentos em questão, mantendo a conservação, o que garantirá uma vida útil dentro da programação conforme recomendações técnicas;

3.6.13 – A empresa deverá realizar a análise da água dentro do mês corrente e apresentar o laudo em no máximo 10 (dez) dias após a coleta da mesma, sendo analisados os parâmetros de acordo com a legislação vigente;

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

3.6.13.1 – O laudo previsto no item 9.6.13 deverá ser entregue em papel timbrado pela CONTRATADA ou por uma terceira devidamente credenciada, assinados pelos respectivos técnicos.

3.6.13.2 – A empresa contratada deverá realizar visitas de vistorias e coleta de água dos equipamentos (Caldeira) no mínimo uma vez por mês onde deverá apresentar relatório técnico e laudo de análise da água;

3.6.13.3 – A empresa contratada deverá realizar adição dos produtos, verificação e manutenção preventiva do sistema de tratamento e verificação dos circuitos;

3.6.14 – Os técnicos da empresa contratada deverão se adequar às regras das unidades hospitalares/secretaria do estado da Saúde de Santa Catarina, bem como se apresentarem para execução dos serviços devidamente habilitados, treinados e com documentos de identificação e uniforme;

3.6.15 – A apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, emitida pelo Conselho Regional de Química – CRQ-SC e Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA- SC, será dentro do prazo máximo de 30 dias corridos, após assinatura do contrato;

3.6.15.1 – Em caso de a CONTRATADA optar por empresa Terceirizar o serviço de análise da Água a contratada de apresentar um contrato que firme o vínculo para execução das análises previstas e que a empresa esteja devidamente registrada Conselho Regional de Química – CRQ-SC e que demonstre ter profissionais registrados aptos a executar tal análise.

3.6.16 – Características do Serviço previstos para execução nos equipamentos:

3.6.16.1 – Abertura, limpeza, inspeção interna, fechamento, realização de todos os testes previstos na Norma Regulamentadora NR-13;

3.6.16.2 – Emissão de laudos, elaboração do prontuário da caldeira, de acordo com o item 13.4.1.7 da NR-13;

3.6.16.3 – Registro de Segurança, conforme item 13.4.1.9 da NR-13;

3.6.16.4 – Emissão de ART – Anotação de Responsabilidade Técnica e relatórios de inspeção, conforme item 13.4.4.14 da NR-13;

3.6.16.5 – Certificações de calibração dos dispositivos de segurança e elaboração do Manual de Operação, conforme item 13.4.3.1 da NR13;

3.6.16.6 – Troca das tubulações de entrada de água e saída de vapor, bem como a substituição das juntas de vedação, anéis de vedação e plugues para válvula de segurança, em virtude da abertura e fechamento da caldeira, peças essas já inclusas no valor total da proposta, que deverão ser fornecidas pelo prestador dos serviços.

3.6.16.7 – Emissão de ART para todos os serviços realizados;

3.6.16.8 – No final dos serviços, a caldeira deverá estar em perfeitas condições de operação e funcionamento, situação que deverá constar em relatório/laudo.

3.6.16.9 – Todos os serviços deverão ser realizados por profissional habilitado, de acordo com o item 13.3.2 da NR-13.

3.6.16.10 – Todos os custos para realização dos serviços serão por conta do contratado, inclusive deslocamento, estadia, alimentação, etc. dos profissionais.

3.6.16.11 – A empresa deve realizar DIARIAMENTE os seguintes serviços

3.6.16.11.1 – A Empresa deve providenciar profissionais legalmente habilitado(s) a fim de operar a(s) caldeira(s), conforme previsto na NR13, e apresentar sua certificação válida.

3.6.16.11.2 – Para atendimento emergência a CONTRATADA disponibilizará de uma equipe formada por profissionais totalmente qualificados no intuito da realização dos serviços de

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

manutenção, para a CONTRATANTE, com prazo máximo de 04 (quatro) horas, após ser comunicada.

3.6.16.11.3 – Realização de troca de peças decorrentes de eventuais manutenções, sejam elas preventivas e corretivas e/ou preditivas.

3.6.16.11.4 – Emissão de relatórios de visita, com descritivo detalhado do serviço executado, informando peças substituídas e especificações das mesmas, caso necessite a realização de aquisição pela contratante.

3.6.16.11.4.1 – A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, ao final de cada ciclo de manutenções preventivas (mensalmente, trimestral, semestral), um relatório de manutenção preventiva no qual conste, no mínimo, a identificação das atividades atendidas no mês, registros de todas as intercorrências, assinatura do(s) técnico(s) responsável(is) pela execução dos serviços e anuência da fiscalização. Estes documentos devem vir em formato digital, de maneira ordeira e paginadas.

3.6.16.11.4.2 – A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE após a conclusão de cada chamado de manutenção corretiva, um relatório com a identificação do equipamento, identificação do problema manifestado, descrição das atividades corretivas, lista de peças substituídas, eventuais intercorrências, data e hora do registro e da conclusão do chamado, assinatura do técnico responsável pela execução do serviço e anuência da fiscalização ou do responsável da unidade que acompanhou a atividade.

3.6.16.11.4.3 – A CONTRATADA deve apresentar ao fiscal os relatórios mensalmente, trimestral, semestral e/ou anual até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, no qual foi realizada a rotina de manutenção.

3.6.16.11.5 – Definições para manutenção corretiva: A manutenção corretiva tem por finalidade corrigir falhas e defeitos no funcionamento, não tendo periodicidade definida. Deverá ser executado sempre que necessário, mediante solicitação por escrito, por telefone ou e-mail.

3.6.16.11.6 – A empresa contratada deverá realizar os serviços de manutenção corretiva, por meio do envio de profissionais técnicos às dependências das unidades hospitalares da SES-SC que possuem caldeiras, para eliminação de falhas e outras providências, tantas vezes quantas forem necessárias, preenchendo na ocasião Relatório de Manutenção Corretiva, a ser entregue à FISCALIZAÇÃO dos serviços do contrato.

3.6.16.11.7 – Os serviços de manutenção corretiva serão executados sempre quando solicitados pelo CONTRATANTE, em função da ocorrência de quebras, falhas ou da constatação de mau funcionamento dos equipamentos, e consistirão de todos os procedimentos necessários a colocá-los em seu perfeito estado de uso, compreendendo, inclusive, as necessárias substituições de quaisquer peças, ajustes e reparos, em consonância com os manuais e normas técnicas específicas, além das descritas neste Termo.

3.6.16.11.8 – A empresa contratada deverá atender aos chamados para manutenção corretiva independentemente das datas ou periodicidades definidas para manutenção preventiva;

3.6.16.11.9 – Os chamados para realização de manutenção corretiva deverão ser atendidos em até 04 (quatro) horas, após a solicitação do CONTRATANTE, que será formalizada por telefone, correio eletrônico ou outro meio idôneo de comunicação, estando o tempo contado a partir do recebimento da mesma.

3.6.16.11.10 – Os serviços de manutenção corretiva serão executados no local onde os equipamentos encontram-se instalados, exceto nos casos em que em função da natureza do defeito apresentado, haja necessidade de deslocá-lo(s) até a oficina da CONTRATADA, quando será necessária a autorização do CONTRATANTE, em que o deslocamento incorra sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE;

3.6.16.11.11 – Ocorrendo deslocamento de um equipamento defeituoso à oficina da CONTRATADA que ultrapasse 03 (três) dias corridos, esta deverá proceder a sua

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

substituição provisória por outro equivalente e em situação regular de funcionamento, a CONTRATADA deverá realizar a substituição provisória por outro equipamento de sua propriedade, promovendo as ações necessárias ao seu pleno funcionamento.

3.6.16.11.12 – Os equipamentos deslocados para realização de manutenção na oficina da CONTRATADA deverão retornar ao local de origem em perfeitas condições de uso e segurança. A CONTRATADA deverá previamente solicitar à FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE autorização para reinstalação dos equipamentos.

3.6.16.11.13 – Todas e qualquer peças e componentes fornecidos para reposição serão fornecidos pela CONTRATADA, sem custos a mais para CONTRATANTE;

3.6.16.11.14 – Os serviços de manutenção corretiva somente serão aceitos pelo CONTRATANTE quando os equipamentos atingirem seu funcionamento ideal, após ateste pela FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE.

3.6.16.11.15 – A CONTRATADA deverá elaborar e preencher relatório discriminando, por equipamento, o resultado das aferições e inspeções, apresentando de forma detalhada as peças que foram substituídas e, se for o caso, aquelas em que o desgaste indique que poderão falhar a qualquer momento para imediato agendamento da manutenção corretiva.

3.6.16.11.16 – Nos serviços incluem mão de obra comum e especializada, supervisão, fornecimento de materiais, peças, instrumentos padrão, ferramentas e utensílios necessários à execução destes serviços

3.6.16.12 – A empresa deve realizar MENSALMENTE os seguintes serviços;

3.6.16.12.1 – Verificação de funcionamento do sistema automático de controle do tempo de programação da combustão;

3.6.16.12.2 – Efetuar a medição de tensões do sistema trifásico dos equipamentos;

3.6.16.12.3 – Verificação dos componentes de segurança do cavalete de gás, do sensor de chama, pressostatos de modulação e limite, simulação do nível baixo de água e acionamento manual das válvulas de segurança;

3.6.16.12.4 – Retirada dos eletrodos de ignição e sensor de chama, para limpeza e medição do isolamento para terra e colocação dos mesmos, devidamente regulados, quando necessário;

3.6.16.12.5 – Reaperto ou substituição das gaxetas dos conjuntos de bombas das caldeiras, quando necessário;

3.6.16.12.6 – Inspeção visual do rotor / ventilador;

3.6.16.12.7 – Verificação do alinhamento dos eixos das bombas com ajustamento dos parafusos que prendem os conjuntos eletrobombas à base, se necessário;

3.6.16.12.8 – Verificação das condições dos visores e limpeza dos mesmos, existentes nas caldeiras;

3.6.16.12.9 – Limpeza das telas dos diversos filtros; - Regulagem de combustão fazendo análise de gases da chaminé, com porcentagem dos teores de CO₂, O₂, CO (ppm), excesso de ar, rendimento e temperatura com utilização do analisador eletrônico para obtenção de maior eficiência, quando necessário.

3.6.16.12.10 – Visita do engenheiro responsável ou supervisor técnico (profissional habilitado) 01 (uma) vez no mês (mínimo) ou de acordo com as solicitações da contratante.

3.6.16.12.11 – Emissão de relatório mensal de serviços, contendo todos os serviços executados durante o período, juntamente com todas as Ordens de Serviço, sejam elas corretivas, preventivas ou preditivas;

3.6.16.13 – A empresa deve realizar TRIMESTRALMENTE os seguintes serviços;

3.6.16.13.1 – Inspeção do prontuário;

3.6.16.13.2 – Inspeção visual externa da unidade;

3.6.16.13.3 – Desmontagem do combustor principal e piloto, para limpeza geral;

3.6.16.13.4 – Verificação do funcionamento de todos os equipamentos internos do quadro elétrico;

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

- 3.6.16.13.5** – Verificação dos estados dos fios e cabos de comando e força elétrica e componentes externos, para substituição, se necessário;
- 3.6.16.13.6** – Abertura das tampas dianteiras e traseiras, dos tampões de fundo e da porta de visita (quando existente) para limpeza e inspeção interna;
- 3.6.16.13.7** – Verificação do estado geral dos refratários;
- 3.6.16.13.8** – Desmontagem para limpeza e inspeção dos eletrodos de nível da coluna e do corpo;
- 3.6.16.13.9** – Avaliação da espessura dos espelhos e fornalha através de END por ultrassom;
- 3.6.16.13.10** – Fechamento dos tampões de fundo e porta de visita com substituição das juntas de vedação;
- 3.6.16.13.11** – Raqueteamento e realização do teste hidrostático na unidade;
- 3.6.16.13.12** – Engaxetamento e fechamento das tampas dianteiras e traseiras;
- 3.6.16.13.13** – Start-up e regulação de combustão fazendo análise de gases da chaminé, com porcentagem dos teores de CO₂, O₂, CO (ppm), excesso de ar, rendimento e temperatura com utilização do analisador eletrônico para obtenção de maior eficiência, quando necessário;
- 3.6.16.13.14** – Verificação dos componentes de segurança do cavalete de gás, do sensor de chama, pressostatos de modulação e limite, simulação do nível baixo de água e realização de ensaio de acumulação para confirmar a suficiência e a correta operação das válvulas de segurança;
- 3.6.16.13.15** – Substituição de componentes da caldeira, tais como, pedras, tijolos refratários, gaxetas, tamponamento de tubos, troca de tubos e chapas, substituição de bombas e correlatos imprescindíveis ao bom funcionamento das caldeiras.
- 3.6.16.13.16** – Fornecer através de seu Engenheiro, Guia ART, relatório de inspeção de segurança de acordo com a Portaria n.23 de 27/12/1994, e fazer as anotações no livro competente. Tudo como determina a NR-13 do Ministério do Trabalho;
- 3.6.16.13.17** – Elaboração de relatório anual de manutenção das caldeiras, a fim de comprovação dos serviços executados pela contratada.
- 3.6.16.13.18** – Pelo fornecimento de qualquer esclarecimento de origem técnico que a CONTRATANTE julgar conveniente, e que seja solicitada antes, durante e depois da execução dos serviços, objeto deste contrato;
- 3.6.16.13.19** – Pintura anual em ambas caldeiras (vasos de pressão, tubulações, conexões, válvulas e correlatos).
- 3.6.16.13.20** – Pelo fornecimento de todo o pessoal necessário à execução dos serviços, objeto deste contrato, recrutando, selecionando e contratando em seu nome e sob sua exclusiva responsabilidade, será considerado para todos os efeitos legais e contratuais, como empregados da CONTRATADA;
- 3.6.16.13.21** – Se faz necessário a CONTRATADA possuir em seu quadro de funcionários um engenheiro mecânico devidamente registrado no CREA, para efeitos de responsabilidade técnica dos serviços executados (profissional habilitado);
- 3.6.16.13.22** – Providenciar para que todos os seus empregados se apresentem devidamente identificados, com carteira de Trabalho e Previdência Social em ordem e com crachá de identificação;
- 3.6.16.13.23** – Garantir que todos os empregados destacados para execução dos serviços cumpram todas as determinações estabelecidas pelo departamento de segurança do trabalho da CONTRATANTE;
- 3.6.16.13.24** – A CONTRATADA obriga-se a cumprir e a fazer cumprir as medidas de segurança, estabelecidas nas normas Reguladores aprovadas pela Portaria n.3214, de 02 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho e demais dispositivos legais pertinentes à matéria;
- 3.6.16.13.25** – Qualquer ocorrência de acidentes de trabalho que resultar em lesões

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

pessoais ou danos materiais, a quem quer que seja a CONTRATADA ficará obrigada a comunicar imediatamente a ocorrência ao Departamento de Segurança do Trabalho da CONTRATANTE.

3.6.16.13.26 – Realizar calibração dos instrumentos de medição, assim como válvulas de segurança, com padrões rastreados a rede brasileira de calibração e emissão de certificado de calibração.

3.6.16.13.27 – Realizar teste de estanqueidade e demais testes previstos na NR 13;

3.6.16.14 – A respeito dos serviços e sub-operações previstos nos itens 9.6.16.11., 9.6.16.12. e 9.6.16.13., foram criadas legendas a fim de esclarecer pontos a serem realizados nos tipos de caldeiras presentes na SES-SC, para tanto deve ser entendido que:

G – Geral para ambas as caldeiras e pertences

E – Para caldeiras Elétricas

Q – Para caldeiras à GN e GLP

D – Para caldeiras à Diesel

L – Para caldeiras à Lenha

3.6.16.14.1 – Os serviços e operações decorrentes dos mesmos a serem realizados nos Reservatório Básico (Casco) devem ser feitos seguindo o seguinte preceito:

3.6.16.14.1.1 – A abertura e limpeza interna -(G)

3.6.16.14.1.2 – A substituição da água (G);

3.6.16.14.1.3 – Pintura completa (G);

3.6.16.14.1.4 – Substituição das juntas das tampas de inspeção (G);

3.6.16.14.1.5 – Limpeza dos tubos de fogo, com escova de aço (Q, D);

3.6.16.14.1.6 – Verificação do material refratário (G), cinzeiros (L) e fornalhas (L);

3.6.16.14.1.7 – Teste de eficiência do isolamento térmico (G);

3.6.16.14.1.8 – Inspeção dos espelhos frontal e superior (G);

3.6.16.14.1.9 – Teste de estanqueidade (G);

3.6.16.14.1.10 – Análise das condições do isolamento térmico (G);

3.6.16.14.1.11 – Verificação de vazamentos (G);

3.6.16.14.1.12 – Substituição de resistências elétricas (E), flanges, borners, e cabos elétricos e correlatos (G).

3.6.16.14.2 – Os serviços e operações decorrentes dos mesmos a serem realizados nos Sistema de alimentação/purga de água devem ser feitos seguindo o seguinte preceito:

3.6.16.14.2.1 – Dos rolamentos da moto-bomba (G);

3.6.16.14.2.2 – Do selo mecânico da moto-bomba (G);

3.6.16.14.2.3 – Da válvula de descarga de fundo, conjunto completo de drenagem (G);

3.6.16.14.2.4 – Dos reparos dos injetores de água (G);

3.6.16.14.2.5 – Das gaxetas (G);

3.6.16.14.2.6 – Dos elementos elásticos de acoplamento (G);

3.6.16.14.2.7 – Da válvula de retenção (G);

3.6.16.14.2.8 – Pintura do conjunto moto-bomba (G);

3.6.16.14.2.9 – Reaperto das gaxetas (G);

3.6.16.14.2.10 – Lubrificação dos rolamentos (G);

3.6.16.14.2.11 – Teste de performance (G);

3.6.16.14.2.12 – Verificação de vazamentos (G);

3.6.16.14.3 – Os serviços e operações decorrentes dos mesmos a serem realizados nos Sistema de aquecimento e queimadores, devem ser feitos seguindo o seguinte preceito:

3.6.16.14.3.1 – Revisão completa nos queimadores à diesel/gás (D, Q);

3.6.16.14.3.2 – Troca dos rolamentos do motor elétrico (G);

3.6.16.14.3.3 – Teste de eficiência do transformador de ignição (D, Q);

3.6.16.14.3.4 – Teste de eficiência da bomba de óleo (D);

3.6.16.14.3.5 – Teste de eficiência e regulagem das válvulas de gás incluindo a

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

respectiva instrumentação de monitoramento e controle, como manômetros, etc.(Q);

3.6.16.14.3.6 – Testes de funcionamento dos controladores (G);

3.6.16.14.3.7 – Troca do filtro da bomba de óleo (D);

3.6.16.14.3.8 – Substituição dos bicos de queima de óleo (D);

3.6.16.14.3.9 – Troca dos eletrodos de ignição, com cabos (D, Q);

3.6.16.14.3.10 – Substituição da fotocélula de controle (D, Q);

3.6.16.14.3.11 – Verificação de funcionamento do ventilador (D, Q);

3.6.16.14.3.12 – Teste do servo motor (D, Q);

3.6.16.14.3.13 – Teste das solenóides de óleo/gás (D, Q);

3.6.16.14.3.14 – Regulagem da alimentação de ar (D, Q);

3.6.16.14.3.15 – Pintura do conjunto (G);

3.6.16.14.3.16 – Revisão completa no painel elétrico (G);

3.6.16.14.3.17 – Temperatura dos contatos elétricos – pirômetro (G);

3.6.16.14.3.18 – Teste de todas as contadoras e reles (G);

3.6.16.14.3.19 – Simulação de operação do sistema (G);

3.6.16.14.3.20 – Pintura do painel (G);

3.6.16.14.3.21 – Teste de funcionamento dos queimadores à óleo (D);

3.6.16.14.3.22 – Verificação da pressão da bomba (D);

3.6.16.14.3.23 – Limpeza dos bicos (D);

3.6.16.14.3.24 – Regulagem dos eletrodos de ignição (D);

3.6.16.14.3.25 – Limpeza dos filtros de óleo diesel da rede e da bomba (D).

3.6.16.14.4 – Os serviços e operações decorrente dos mesmos a serem realizados nos Sistema de controle e segurança ,devem ser feitos seguindo o seguinte preceito:

3.6.16.14.4.1 – Teste de funcionamento do sistema (G);

3.6.16.14.4.2 – Aferição dos pressostatos (G);

3.6.16.14.4.3 – Aferição do manômetro de controle – erro máximo 2,5% (G);

3.6.16.14.4.4 – Desmontagem da garrafa de nível (G);

3.6.16.14.4.5 – Verificação dos eletrodos e conjunto eletroeletrônico de controle (G);

3.6.16.14.4.6 – Troca do vidro de visor, com suas respectivas guarnições (G);

3.6.16.14.4.7 – Troca da válvula de descarga (G);

3.6.16.14.4.8 – Verificação dos sinais elétricos: liga/desliga/segurança (G);

3.6.16.14.4.9 – Teste de funcionamento do alarme sonoro (G);

3.6.16.14.4.10 – Simulação de excesso de pressão na cuba (G);

3.6.16.14.4.11 – Simulação de falta de água na cuba (G);

3.6.16.14.4.12 – Simulação de controle de chamas (D, Q);

3.6.16.14.4.13 – Revisão da válvula de segurança (G);

3.6.16.14.4.14 – Aferição em bancada de teste (G);

3.6.16.14.4.15 – Limpeza dos pressostatos (G);

3.6.16.14.4.16 – Aferição em bancada de teste (G);

3.6.16.14.4.17 – Teste de funcionamento da garrafa de nível (G);

3.6.16.14.4.18 – Teste de funcionamento do alarme sonoro (G);

3.6.16.14.4.19 – Teste de funcionamento manual das válvulas de segurança (G).

3.6.16.14.5 – Os serviços e operações decorrente dos mesmos a serem realizados nos Sistema de distribuição de vapor / Barrilete, devem ser feitos seguindo o seguinte preceito:

3.6.16.14.5.1 – Desmontagem completa das válvulas de saída de vapor (G);

3.6.16.14.5.2 – Troca dos reparos de operação (G);

3.6.16.14.5.3 – Troca dos reparos de fechamento (G);

3.6.16.14.5.4 – Troca das gaxetas de vedação (G);

3.6.16.14.5.5 – Aperto em todas as gaxetas de vedação (G);

3.6.16.14.5.6 – Lubrificar sistema de operação com grafite (G);

3.6.16.14.5.7 – Operar todas as válvulas (G);

3.6.16.14.5.8 – Verificação e limpeza dos purgadores termodinâmicos (G);



SANTA CATARINA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA SAÚDE

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Rua Esteves Júnior, 160 | 88015-130

Florianópolis – SC

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

- 3.6.16.14.5.9** – Verificação e limpeza dos filtros de linha (G);
- 3.6.16.14.5.10** – Verificar vazamentos de vapor (G);
- 3.6.16.14.6** – Os serviços e operações decorrente dos mesmos a serem realizados nos Geradores de Água quente, devem ser feitos seguindo o seguinte preceito:
- 3.6.16.14.6.1** – Teste de performance dos sistemas de alimentação (G);
- 3.6.16.14.6.2** – Troca dos rolamentos das moto-bombas de circulação (G);
- 3.6.16.14.6.3** – Pintura das moto-bombas (G);
- 3.6.16.14.6.4** – Teste do sistema elétrico (G);
- 3.6.16.14.6.5** – Contadoras, reles, fusíveis, botoeiras, etc (G);
- 3.6.16.14.6.6** – Troca de reparos de válvulas diversas (G);
- 3.6.16.14.6.7** – Entrada de água fria (G);
- 3.6.16.14.6.8** – Entrada de vapor na serpentina (G);
- 3.6.16.14.6.9** – Saída de água quente (G);
- 3.6.16.14.6.10** – De segurança (G);
- 3.6.16.14.6.11** – De dreno de condensado (G);
- 3.6.16.14.6.12** – Teste de performance do isolamento térmico (G);
- 3.6.16.14.6.13** – Teste hidrostático no sistema (G);
- 3.6.16.14.6.14** – Limpeza interna (G);
- 3.6.16.14.6.15** – Troca das juntas das tampas de inspeção (G);
- 3.6.16.14.6.16** – Teste das condições operacionais da serpentina de vapor (G);
- 3.6.16.14.6.17** – Teste dos termômetros e manômetros (G);
- 3.6.16.14.6.18** – Verificação do conjunto de controle de temperatura (G);
- 3.6.16.14.6.19** – Pintura externa do boiler (G);
- 3.6.16.14.6.20** – Reaperto geral das válvulas (G);
- 3.6.16.14.6.21** – Gaxetas, parafusos, corpo. (G);
- 3.6.16.14.7** – Os serviços e operações decorrente dos mesmos a serem realizados nas linhas de Retorno de condensado, devem ser feitos seguindo o seguinte preceito:
- 3.6.16.14.7.1** – Manutenção e recuperação dos reservatórios de retorno de condensado e alimentação das caldeiras (G);
- 3.6.16.14.7.2** – Manutenção das Bombas de elevação (G);
- 3.6.16.14.7.3** – Manutenção das tubulações de interligação entre caldeiras e reservatórios de alimentação (G).
- 3.6.16.14.8** – Os serviços e operações decorrente dos mesmos a serem realizados na Estação redutora de pressão e pertences, devem ser feitos seguindo o seguinte preceito:
- 3.6.16.14.8.1** – Recuperação das válvulas redutoras de pressão (G);
- 3.6.16.14.8.2** – Manutenção e verificação de interligação (G);
- 3.6.16.14.8.3** – Revestimento térmico (G);
- 3.6.16.14.8.4** – Verificação de manômetros (G);
- 3.6.16.14.8.5** – Manutenção de válvulas de segurança (G);
- 3.6.16.14.8.6** – Revisão dos purgadores de condensado e separadores (G);
- 3.6.16.14.8.7** – Válvulas de fluxo e conexões pertinentes (G);
- 3.6.16.14.8.8** – Suportes de ancoragem e pintura (G).
- 3.6.16.14.9** – Os serviços e operações decorrente dos mesmos a serem realizados relativos a Operação geral, devem ser feitos seguindo o seguinte preceito:
- 3.6.16.14.10** – O serviço regulagem/operação de caldeira deve ser realizado por um profissional devidamente qualificado que será responsável pela caldeira, devendo este garantir o bom funcionamento do equipamento e ainda realizar sua manutenção sempre que possível. Devendo estar presentes no local a fim de checar tudo, por vezes, visando evitar riscos aos trabalhadores da unidade, pacientes, a si próprio, aos equipamentos e instalações.
- 3.6.16.14.11** – As manutenções diárias/ pequenos reparos necessários, o operador de caldeiras, se utilize dos devidos EPI's.

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

3.6.16.14.12 – Fazem parte das atividades diárias do operador de caldeira:

3.6.16.14.12.1 – Operar e controlar o funcionamento das caldeiras

3.6.16.14.12.2 – Zelar pela qualidade da água utilizada no processo de maneira a controlar os parâmetros adequados;

3.6.16.14.12.3 – O operador deve trabalhar seguindo as normas e procedimentos de segurança;

3.6.16.14.12.4 – A dever do profissional garantir o fornecimento de vapor para produção de calor ou energia, conforme demanda da unidade;

3.6.16.14.12.5 – Zelar pela manutenção das tubulações, válvulas, registros, instrumentos e acessórios, limpando-os, lubrificando-os, substituindo partes danificadas.

3.6.16.14.12.6 – Todos os dias, o operador deve colocar a caldeira em funcionamento, acendendo o combustível e ajustando o mecanismo de alimentação para aquecer e vaporizar a água e abastecê-la quando necessário;

3.6.16.14.12.7 – Verificar constantemente as válvulas, bombas, manômetros e outros instrumentos de controle (manômetros e termostatos);

3.6.16.14.12.8 – Fazer os ajustes e conexões necessários e observar possíveis vazamentos para garantir que estejam funcionando corretamente;

3.6.16.14.12.9 – Atuar ocasionalmente na descarga inferior para limpeza interna da caldeira;

3.6.16.14.12.10 – Manter e atualizar documentos de caldeiras, registros de segurança, projetos de instalação, projetos de alteração ou reparo e relatórios de inspeção para controle e inspeções finais;

3.6.16.14.12.11 – Controlar o suprimento energético (Fonte Elétrica, GN e GLP, Diesel, Lenha) se existe risco de desabastecimento e comunicar ao fiscal;

3.6.16.14.12.12 – Deve realizar a medição dos níveis de água e vapor para garantir o bom funcionamento e a operação segura do equipamento;

3.6.16.14.12.13 – Solicitar peças de reposição quando perceber a necessidade de evitar o tempo de inatividade do equipamento;

3.6.16.14.12.14 – Garantir a manutenção simples de tubulações, válvulas, registros, instrumentos e acessórios, limpeza, lubrificação e substituição de peças danificadas, solicitando suporte para casos mais complexos por meio de equipes de manutenção;

3.6.16.14.12.15 – Preocupar-se com a segurança individual e coletiva na operação dos equipamentos, seguindo procedimentos específicos adquiridos em treinamentos no uso e segurança dos equipamentos para se proteger de riscos e acidentes de trabalho;

3.6.16.14.12.16 – Prestar atenção à ordem e limpeza do local de trabalho, removendo resíduos, lixo, materiais de descarte, etc;

3.6.16.14.12.17 – Auxiliar na montagem e desmontagem de estruturas, substituição de peças, ajuste e vedação de tubagens e outros;

3.6.16.14.13 – No quadro a seguir são compiladas atividades mínimas, podendo ser realizadas mais atividades e com maior frequência, as atividades não estando descartada as atividades previstas nos itens anteriores, fazendo parte dos serviços de operacionalização dos equipamentos listados no quadro 01, por profissional caldeireiro, devidamente treinado pela Contratada de acordo com a NR 13, por meio de postos de trabalho com a carga horária indicada, para as unidades abaixo:

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

Diário*	Mensal	Trimestral	Semestral
(1) Verificar Nível de Água	(1) Inspecionar a operação do queimador	Análise de combustão	(1) Desligamento e despressurização da caldeira
(2) Purga da Cuba de Nível	(2) Verificar vazamento de gases de combustão	Limpeza da bomba e filtro de óleo	(2) Abertura da porta frontal, tampa traseira e portas de inspeção
(3) Purga da Cuba de Nível	(3) Acionamento manual da válvula de segurança	(3) Verificar os tanques de armazenamento de óleo	(3) Limpeza das molas de aço e das superfícies da fornalha
(4) Registrar tratamento de Água de acordo com o estabelecido	(4) Revisão da purga de caldeira	(4) Verificar os reguladores das válvulas pneumáticas	(4) Limpeza das superfícies internas em contato com a água e vapor.
(5) Registrar pressão da caldeira	(5) Verificar todos os elementos filtrantes	(5) Verificar pré - aquecedores de óleo	(5) Limpeza dos eletrodutos de nível (sensor de falta d'água)
(6) Registrar temperatura/pressão da alimentação de água	(6) Verificar sistema de combustível		(6) Verificar o vidro do visor de nível
(7) Registrar temperatura dos gases de combustão	(7) Verificar indicadores luminosos e alarmes		(7) Calibração de instrumentos e válvulas de segurança
(8) Registrar temperatura/pressão do óleo	(8) Verificar controles operacionais e de segurança		(8) Verificar Tanque Blowdown
(9) Registrar pressão do gás	(9) Verificar funcionamento todos os motores		(9) Verificar Sistema de alimentação química
(10) Verificar funcionamento geral da caldeira/queimador			(10) Verificar conexões elétricas
			(11) Revisão do queimador incluindo troca de bicos (quando utilizado óleo) ou eletrodos (quando utilizado gás)

* Itens diários podem ser realizados mais de uma vez por dia.

UNIDADE	POSTOS DE TRABALHO	CARGA HORÁRIA
HDWC	01	10 horas diárias
HGMTR	HGMTR	18 horas 01 (um) semestre (novembro a abril) 24 horas 01 (um) semestre (maio a outubro)
HRDS	01	16 horas de 2ª a 6ª e 12 horas Sab, dom e feriados
HRSJ	01	24 horas diárias

3.6.16.14.14 – Em relação às válvulas de segurança, deve se proceder conforme

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

previsto a NR13, devendo ser seguidas as recomendações realizar a atividades de acordo com as normas e legislação vigentes, em especial as previstas no item 13.4.4.8 da NR 13 :A

13.4.4.8. As válvulas de segurança instaladas em caldeiras devem ser inspecionadas periodicamente conforme segue:

2 pelo menos 1 (uma) vez por mês, mediante acionamento manual da alavanca, em operação, para caldeiras das categorias B e C, excluídas as caldeiras que vaporizem fluido térmico e as que trabalhem com água tratada conforme previsto no item 13.4.3.3;

3 as válvulas flangeadas ou roscadas devem ser desmontadas, inspecionadas e testadas em bancada, e, no caso de válvulas soldadas, feito o mesmo no campo, com uma frequência compatível com o histórico operacional das mesmas, sendo estabelecidos como limites máximos para essas atividades os períodos de inspeção estabelecidos nos itens 13.4.4.4 e 13.4.4.5, se aplicável, para caldeiras de categorias A e B.

3.6.17 – LAUDO DE AVALIAÇÃO DO BEM SERVÍVEL/ INSERVÍVEL:

3.6.17.1 – A Contratada deve providenciar um LAUDO (entregue em versão física e digital) , acompanhado de ART assinada por Engenheiro Mecânico, uma vez que se trata de equipamento perigoso que trabalha sobre pressão, contendo as seguintes informações :

3.6.17.1.1 – Avaliação Técnica com registro fotográfico e Testes estruturais (espessura de chapa, deterioração entre outros), devendo ser empregados métodos detectivos e ensaios não destrutivos, detalhando danos e avarias, correlacionando a impactos estruturais e de performance do equipamento.

3.6.17.2 – Apresentação de orçamento de mercado (Três fontes de pesquisa distintas) para reativação devendo o mesmo estar readequado para operação do equipamento conforme normas e legislação vigentes .

3.6.17.3 – Apresentação de valor estimado do bem, baseado nos valores de mercado de equipamentos semelhantes, para caso o mesmo esteja em plenas condições de operação, os valores deve ser baseados em cotações com fornecedores, leilões de bens e aquisições privados o mesmo deve ser documentado de acesso e verificação possível com a fonte de sua autenticidade.

3.6.17.3.1 – Apresentação de orçamento de três fontes distintas para execução do serviço de descaracterização necessária do bem.

3.6.17.4 – Apresentação um valor estimado baseado em mercado do material/componente após descaracterizado e vendido como bem inservível.

3.6.17.5 – O nome do LAUDO juntamente com serviços previstos no item 2.6.9.1. devem ser citados nas OBSERVAÇÕES DA ART, bem como as atividades devem conter os serviços previstos.

3.6.17.6 – O Laudo deve ser assinado em seu final e rubricada em todas as folhas do documento por parte do Engenheiro responsável, bem em sua versão digital estar assinado eletronicamente.

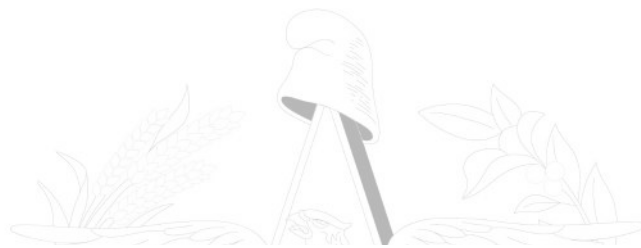
3.6.18 – Endereços de execução:

Estado de Santa Catarina

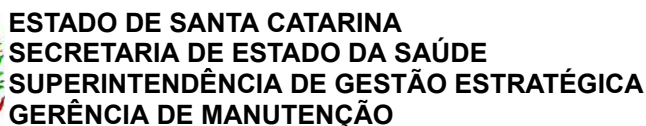
Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC



UNIDADE	ENDEREÇO	E-MAIL	TELEFONE
Hospital Governador Celso Ramos (HGCR)	Rua Irmã Benwarda, 297 Centro – Florianópolis – SC	hcr@saude.sc.gov.br	(48) 3664-3600
Maternidade Carmela Dutra (MCD)	Rua Irmã Benwarda, 208 Centro – Florianópolis – SC	mcd@saude.sc.gov.br	(48) 3664-3900
Hospital Nereu Ramos (HNR)	Rua Rui Barbosa, 152 Agrônômica – Florianópolis – SC	hnr@saude.sc.gov.br	(48) 3665-9401
Hospital Infantil Joana de Gusmão (HIJG)	Rua Rui Barbosa, 152 Agrônômica – Florianópolis – SC	hijg@saude.sc.gov.br	(48) 3664-3200
Hospital Hans Dieter Schmidt (HRHDS)	Rua Xavier Arp, s/n – Boa Vista, Joinville – SC	hrrhds@saude.sc.gov.br	(47) 3461-5500
Maternidade Darcy Vargas (MDV)	Rua Miguel Couto, s/n, Anita Garibaldi – Joinville – SC	mdv@saude.sc.gov.br	(47) 3481-1300
Hospital Doutor Waldomiro Colautti (HDWC)	Rua 03 de Maio nº 998, Centro – Ibirama – SC	hdwc@saude.sc.gov.br	(47) 3357-6600
Maternidade dona Catarina Kuss (MDCK)	Rua Brasília Celestino de Oliveira, 209, Centro – Mafra – SC	mdck@saude.sc.gov.br	(47) 3647-0610
Hospital Geral e Maternidade Tereza Ramos HGMTR	Rua Marechal Deodoro, 799, Centro – Lages – SC	hmt@saude.sc.gov.br	(49) 3289-9000
Instituto de Cardiologia (ICSC)	Rua Adolfo Donato da Silva, s/n, Praia Comprida – São José – SC	icsc@saude.sc.gov.br	(48) 3664-3000
Hospital Regional de São José - HRSJ	Rua Adolfo Donato da Silva, s/n, Praia Comprida – São José – SC	hrrsj@saude.sc.gov.br	(48) 3664-9700



ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA - GEMAN	Nº 025/2023
PSES: 132155/2023	Data: 18/08/2023 Atualização: 18/08/2023 Atualização: 18/08/2023 Atualização: 03/10/2023

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo SGPe 132155/2023

REQUISITANTE
<p> Hospital Governador Celso Ramos (HGCR) Maternidade Carmela Dutra (MCD) Superintendência de Regulação (SUR) Centro Catarinense de Reabilitação (CCR) Hospital Nereu Ramos (HNR) Hospital Infantil Joana de Gusmão (HIJG) Hospital Hans Dieter Schmidt (HRHDS) Maternidade Darcy Vargas (MDV) Hospital Doutor Waldomiro Colautti (HDWC) Maternidade dona Catarina Kus- (MDCK) Hospital Doutor Waldomiro Colautti- (HDWC) Hospital Geral e Maternidade Tereza Ramos- HGMTR Hospital Regional de São José - HRSJ Instituto de Psiquiatria- (IPQ) Instituto de Cardiologia-(ICSC) SUPERINTENDÊNCIA DAS UNIDADES HOSPITALARES (SUH) </p>

1. OBJETO (ART. 6º, XXIII, “A”; ART. 18º, II, e ART. 40, §1º, I, DA LEI Nº 14.133/2021)

Solicitação de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE INSPEÇÃO DE SEGURANÇA (RECUPERAÇÃO, TESTES, CALIBRAÇÃO DA INSTRUMENTAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS) E PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO (MANUTENÇÃO PREVENTIVA MENSAL, MANUTENÇÃO DETECTIVA, E CORRETIVA COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, INCLUSIVE AS COM DESGASTE TEMPORAL) , PARA OS GERADORES DE VAPOR SATURADO E TODAS AS LINHAS DE DISTRIBUIÇÃO LIGADOS AOS GERADORES QUE FORMAM O VASOS DE PRESSÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM SUBSTITUIÇÃO TOTAL DAS PEÇAS/COMPONENTES (INCLUSIVE AS DE DESGASTE TEMPORAL) VISANDO O PERFEITO FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE AQUECIMENTO DE ÁGUA, ASSIM COMO, SUA ASSISTÊNCIA TÉCNICA, COM ATENDIMENTO 24 HORAS POR DIA, com prestação de serviços de operacionalização dos equipamentos (operador de caldeira), para as Unidades da SES.



As condições de vigência e prorrogação constam no item 12.

1.1. Especificações e quantidades

1.1.1. Conforme ANEXO I.

Conforme ANEXO I ;

1.1.2. A contratação da prestação de serviços assistência de operação, estando inclusa todas as manutenções preventivas e corretivas dos equipamentos do sistema de geração de vapor e de água quente existentes com total substituição de peças/componentes inclusive as de desgaste temporal. As manutenções do sistema de geração de vapor e fornecimento/geração/armazenamento de água quente, contempla caldeiras, os aquecedores e passagem, boilers, interligação hidráulica, bombas, válvulas, respectivos mecanismos elétricos/eletrônicos, quadros de comando e controle, devem ser conduzidas conforme Lei nº 14.133 de 01/04/2021 e suas respectivas alterações, observando-se as Normas Técnicas da BNT, as Normas Regulamentadoras de Segurança do Trabalho do MTP vigentes e demais disposições legais e normativas aplicáveis ao objeto.

1.2. Do catálogo eletrônico de padronização de compras (art. 19º, II, da Lei nº 14.133/2021)

1.2.1. As especificações contidas nos anexos supracitados, respeitam o Catálogo de Materiais e Serviços do Governo de SC (NUC). A consulta pode ser feita pelo [link](#)

1.2.2. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no presente Termo de Referência e no Catálogo, prevalecem as primeiras.

1.3. Da natureza do objeto (art. 20º da Lei nº 14.133/2021 e art. 5º, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 2355/2021)

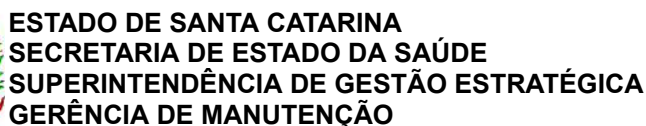
1.3.1. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, com características técnicas e funcionais, definidas por meio de especificações usuais existentes no mercado;

1.3.2. Não se enquadram como sendo de luxo, conforme Decreto n.º 2.355, de 16 de dezembro de 2022;

1.3.3. Não se enquadram como bens de luxo, conforme definição do art. 2º, II, Resolução TCU nº 341/2022, como aquele “de consumo ostentatório, opulento, de abordagem personalizada ou refinada, de elevado grau de sofisticação, de distribuição seletiva, alto preço, escassez, raridade e exclusividade, com forte apelo estético, de tradição ou história, cuja qualidade supera a das demandas ordinárias das unidades do Tribunal, por haver substitutos com características técnicas e funcionais equivalentes de qualidade comum”.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, “B” DA LEI Nº 14.133/2021)

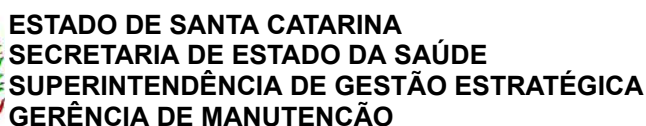
2.1. Conforme informado no Estudo Técnico Preliminar, fls 18 a 20 do Pses 132155/2023 , A contratação é a única alternativa viável para atendimento às necessidades das unidades. Por meio da



2.2. Justificativas adicionais:

2.2.5.Preservar o Patrimônio Público da Secretaria de Estado de Saúde de Santa Catarina.

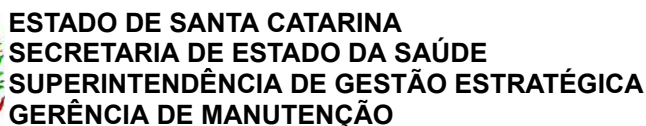
3.2 A equipe técnica entende ser importante a leitura de dados e monitoramento como temperatura e pressão deste sistema e serem transmitidos remotamente, para uma agilidade da manutenção que requer este sistema tão essencial em uma unidade hospitalar, no entanto, visto ser uma dispensa de licitação a dotação deste tecnologia não será incluída nesta TR no qual aguarda-se que seja



3.3 O DOD da unidade HDWC em sua página 02 e 03 cita o sistema de geração de vapor via caldeira, no entanto já está em curso (CT a instalação de aquecedores de passagem para aquecimento da água, portanto cabe a unidade após a finalização das instalações e entrega verificar se ainda necessitam de manutenção de caldeira e fornecimento de operador (CT 309/2023)

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, “D” DA LEI Nº 14.133/2021)

- 4.1.** Apresentação de propostas que atendam aos critérios de aceitação da proposta (item 6.) e as especificações e quantidades do objeto (item 1.1.);
- 4.2.** Atendimento aos critérios de habilitação (item 7.);
- 4.3.** E atendimento às condições de execução do objeto (item 9.)
- 4.4.** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.4.1.** Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;
- 4.4.2.** Seguir as normas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE.;
- 4.4.3.** Fazer uso racional de água, adotando medidas para evitar desperdício;
- 4.4.4.** Repassar a seus empregados todas as orientações referentes às ações de redução de consumo de energia e água;
- 4.4.5.** Utilizar produtos de baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- 4.4.6.** Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxico-poluente;
- 4.4.7.** Fazer uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;



- I. Às normas, especificações técnicas e rotinas constantes do presente documento;
- II. Às normas técnicas mais recentes da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia); em especial a NBR 5.410 – Instalações elétricas de baixa tensão;
- III. Às disposições legais federais, estaduais e municipais pertinentes;
- IV. Às normas técnicas específicas, se houver;
- V. NR-13 – Estabelece requisitos mínimos para gestão da integridade estrutural de caldeiras a vapor, vasos de pressão e suas tubulações de interligação nos aspectos relacionados à instalação, inspeção, operação e manutenção, visando à segurança e saúde dos trabalhadores (Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho);
- VI. NR-26 – Sinalização de Segurança (Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho);
- VII. NR-32 – Diretrizes básicas para a implementação de medidas de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde, bem como daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral (Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho);
- VIII. NR-6: Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
- IX. NR-10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- X. NR-23: Proteção Contra Incêndios;

4.5.2. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das presentes especificações não poderão, jamais, constituir pretexto para a CONTRATADA cobrar “serviços extras” e/ou alterar a composição de preços unitários. A CONTRATADA deverá ter computado no valor global da sua proposta todos os custos diretos e indiretos, de serviços, peças e insumos necessários à perfeita e completa consecução do objeto.

4.5.4. A palavra “VERIFICAÇÃO” utilizada neste Edital e nas descrições das rotinas de manutenção deve ser acompanhada de ações que busquem eliminar, corrigir, sanar, regular, fixar, adequar, calibrar, testar, lubrificar, substituir, dentre outras ações necessárias para o perfeito funcionamento.

4.5.5. Caso o objeto deste contrato seja objeto de nova licitação ou a unidade onde os equipamentos mantidos se encontram instalados sofrer mudança de endereço físico, a CONTRATANTE poderá



rescindir, resilir ou encerrar este contrato sem custos adicionais para a CONTRATANTE e sem direito a indenização à CONTRATADA.

4.6. Padrões mínimos de qualidade e desempenho:

4.6.1. O termo de referência trata-se da atividade de operação, estando inclusa todas as manutenções preventivas e corretivas dos equipamentos do sistema de geração vapor e de água quente existentes com total substituição de peças/componentes inclusive as de desgaste temporal. As manutenções do sistema de geração de vapor e fornecimento/geração/armazenamento de água quente, contempla caldeiras, os aquecedores de passagem, boilers, interligação hidráulica, bombas, válvulas, respectivos mecanismos elétricos/eletrônicos comandos, entre outros, cujo o objetivo visa garantir o suprimento de vapor e água quente para consumo nas unidades hospitalares da SES, devendo estar incluso todas as manutenções a fim de garantir o atendimento às especificações das normas ABNT e leis, decretos e recomendações normativas das instituições públicas Municipais, Estaduais e Federais, bem como, as resoluções da diretoria coletiva (RDC's) da Anvisa. Nestas manutenções estão inclusas toda e qualquer substituição de peças e componentes que sejam necessários tais como bombas, motores elétricos, tubulações, válvulas, soldas, pintura e demais componentes que sejam necessários para o perfeito funcionamento do sistema, bem como o fornecimento de laudos, testes e demais documentações necessárias a fim de certificar que os equipamentos/sistemas estão funcionando perfeitamente .

4.6.2. Os critérios das Manutenções Preventivas e Corretivas devem seguir o estabelecido nas normas técnicas vigentes e nas prescrições do fabricante dos equipamentos, de forma a assegurar o fornecimento ininterrupto de vapor e/ou água quente na unidade hospitalar. Para as caldeiras devem ser executadas de acordo com a NR 13 e relação anexa deste Termo de Referência.

4.6.3. Na eventualidade de quebra ou manutenção técnica corretiva ou preventiva, não pode haver descontinuidade no fornecimento de vapor e/ou água aquecida para uso na unidade e serviços contratados. A solução deste problema, seja com locação ou fornecimento de equipamento provisório até o conserto definitivo, não terá ônus para a CONTRATANTE, independente da solução adotada pela Contratada.

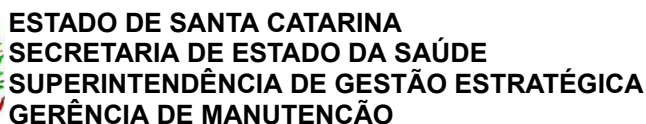
4.6.4. Qualquer procedimento de manutenção não poderá interromper o suprimento de água quente para o consumo, desta forma a CONTRATADA deverá certificar-se das medidas necessárias para evitar interrupções.

4.6.5. Manutenção Corretiva - os serviços de manutenção corretiva dar-se-ão por solicitação do operador da caldeira, responsável técnico da contratada ou fiscal do contrato visando à eliminação de defeitos elétricos ou mecânicos ocasionais dos equipamentos descritos no item 1.1 (Especificação do objeto) deste Termo de Referência, devendo tal correção ser efetuada mediante solicitação feita através de telefone/email e para chamada de emergência, disponibilizado pela empresa contratada;

4.6.6. Manutenção Detectiva- A manutenção detectiva, ou investigativa, é realizada por meio de inspeções e análises de uma equipe especialista que detecta falhas que poderiam ser imperceptíveis em análises tradicionais. A manutenção detectiva pressupõe a análise de modo periódico com um cronograma que determina o intervalo de tempo específico. Esta manutenção busca evitar que os equipamentos parem de vez sem que haja um plano de contingencial e ações e materiais já levantados previamente, ou ainda que não aconteçam falhas que comprometam a segurança das pessoas e do local. Os testes de detecção de falhas são feitos para checar se há algo que não está funcionando.

4.6.7. Manutenção Corretiva Programada/Planejada – realização de serviço de manutenção para correção de problemas detectados nas inspeções realizadas.

4.6.8 Substituição de peças, componentes e acessórios. As peças, componentes e acessórios, quando necessário, serão substituídas sempre por outras peças, componentes e acessórios, novos e originais, quando os equipamentos não estiverem na garantia dos fabricantes;



4.6.10. Elaboração, Registo, reconstituição dos prontuários , projetos e demais documentos previsto NR13 e demais LEIS, Decretos e recomendações técnicas pertinentes a Caldeira e vasos de Pressão;

4.6.12. A Contratada deverá fornecer semestralmente e sempre que solicitada os registros de segurança dos vasos de pressão disponibilizados nas unidades, contendo o atendimento à NR 13, caso seja imperativo a entrega destes.

4.6.14. Toda caldeira deve possuir manual de operação atualizado, em língua portuguesa, em local de fácil acesso aos operadores, contendo no mínimo:

- A. procedimentos de partidas e paradas;
- B. procedimentos e parâmetros operacionais de rotina;
- C. procedimentos para situações de emergência;
- D. procedimentos gerais de segurança, saúde e de preservação do meio ambiente.

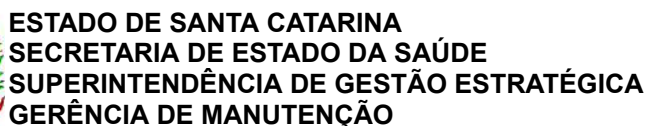
1. ANEXO I.A - LOCAL E CONTATOS DAS UNIDADES HOSPITALARES

EQUIPAMENTOS MÍNIMOS QUE COMPÕEM AS ROTINAS MÍNIMAS DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS (ANEXO X)

3. ANEXO X.A - ROTINA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA MÍNIMA DO SISTEMA DE ÁGUA QUENTE

5. DOS PARÂMETROS DA AQUISIÇÃO

Não aplicável nas compras diretas, conforme disposto no art 49º, IV, da Lei 14.133/2021.



5.3.

5.2.2. A vistoria a que se refere o subitem acima poderá ser realizada a partir da divulgação do Edital até o último dia útil anterior a data da abertura da licitação, das 09h00min às 11h00 min e das 14h00min às 17h00min, mediante agendamento prévio por meio dos telefones constantes no ANEXO I, e deverá ser feita por um profissional indicado pela licitante para esse fim, o qual deverá portar documento comprobatório.

5.2.4. Ao comparecer ao local para vistoria, o profissional indicado deverá apresentar documento de identificação válido no território nacional.

5.2.5. A vistoria será acompanhada por servidor representante de cada unidade designado para esse fim.

5.2.6. O representante credenciado pela licitante para efetuar a vistoria não poderá representar mais de uma empresa.

5.2.7. A empresa que realizar a vistoria deverá preencher a declaração de opção de vistoria (ANEXO III), conforme modelo de atestado de vistoria prévia.

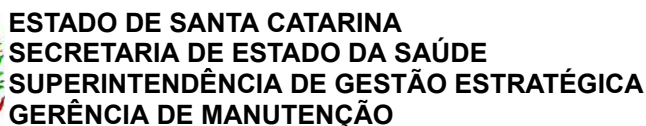
5.2.8. Caso a LICITANTE opte por não realizar a visita/vistoria no(s) local(is), firmará declaração na qual dispense a necessidade de visita/vistoria (ANEXO IV), assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço nos termos do Edital, do presente Termo de Referência e dos demais anexos que compõem o processo Licitatório.

5.2.9. A apresentação do Atestado de Visita/Vistoria Técnica (Anexo II) ou da Declaração de Opção de Não Realização de Vistoria (Anexo IV), conforme modelos, serão obrigatórios na fase de habilitação do certame.

5.2.10. Toda e qualquer despesa com a visita/vistoria correrá por conta da LICITANTE.

5.2.11. A empresa que decidir por não realizar a vistoria prévia, declara-se ciente de que em nenhuma hipótese a Administração aceitará posteriores alegações com base em desconhecimento das instalações, conforme modelo (ANEXO IV).

5.4. Participação de consórcios (art. 18º, IX, da Lei 14.133/2021): Não será admitida a participação de consórcios. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade. A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso dos objetos sob exame. A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando.



5.5. Subcontratação:

5.6. Do agrupamento de itens em lotes: o mesmo ocorrerá conforme o planejado no PSES 118372/2021 e informado na fls 545 do PSES 129464/2023.

5.6. Justificativa do agrupamento de itens em lotes:

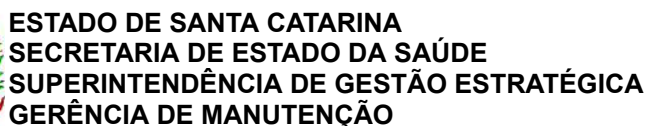
6. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

6.2. Da amostra (art. 41, II, da Lei n.º 14.133/2021):

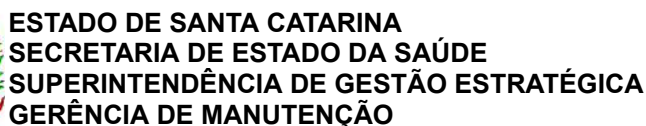
6.2.1. Não será exigido a apresentação de amostras para o presente certame.

6.4. Da garantia de proposta (art. 58, da Lei n.º 14.133/2021):

I- caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;



III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.



7.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

7.4. Qualificação-técnica (art. 18º, IX, da Lei 14.133/2021):

7.4.1. Provação de aptidão para o fornecimento de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente: Será necessário.

7.4.1.1 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características, quantidades e prazos do objeto licitado por meio da apresentação de prova de experiência anterior, por meio de Atestado(s), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem ter a licitante executado com bom desempenho em serviços similares e compatíveis com o objeto desta licitação, conforme parâmetros mínimos abaixo indicados (parcelas de maior relevância).

7.4.1.2. Para fins de comprovação de serviço similares, os quantitativos da natureza do serviço devem estar de acordo com Art. 67, §2º, da Lei 14.133, devendo ser observado que o somatório de atestados devem ser comprovados com quantitativos mínimos de 50% da quantidade que se pretende efetivamente contratar, devendo ser levado em conta o somatório de quantitativos de lotes vencidos no processo licitatório. Uma vez que se trata de um serviço contínuo é aplicado, o Art. 67, §5º, da Lei 14.133, sendo solicitado a certidão e/ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos por um prazo mínimo de 1(um) ano.

7.4.1.3. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas, possuir o timbre da e assinatura da entidade competente que emitiu, quando se tratar de serviço que exija acompanhamento e conselho classe responsável pela atividade.

7.4.1.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

7.4.1.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

7.4.1.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

7.4.2. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional :

7.4.2.1. Apresentar obrigatoriamente junto a suas propostas Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, emitida pelo Conselho de Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e seu devido e Plano de Manutenção, relativos à prestação de serviços, através de contrato com vigência mínima de 12 meses, de manutenção preventiva e corretiva em sistemas de geração de vapor que comprove que a empresa executou serviços e está apta para o desempenho de atividades pertinentes e comparáveis em características e quantitativos com o objeto; 01 (um) atestado (ou declarações) de capacidade técnica, no mínimo, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a aptidão de atividade anterior, compatível com o objeto da presente licitação – Atestado de Capacidade Técnica Operacional;

7.4.2.2. Certidão de registro de Empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA (original ou cópia autenticada em cartório), em plena validade, observando-se:

A) O ramo de atuação descrito na certidão deverá ser compatível com o objeto desta licitação;

B) Na certidão de registro deverá constar o nome do responsável técnico pela execução do contrato a ser firmado com o SES/SC (superior pleno);

C) No caso de sagrar-se vencedora Empresa inscrita no CREA de outra jurisdição, será necessário o “Registro” ou o “visto para execução” no CREA/SC, à época da contratação;

7.4.2.3. O profissional responsável pela ART deverá possuir vínculo profissional com a empresa proponente. A comprovação de vínculo profissional dar-se-á pela apresentação de:

7.4.2.3.1 Empregado: Carteira profissional (dados de identificação e período de registro) ou ficha de registro;

7.4.2.3.2 Sócio: Contrato social e alterações ou ata(s) de assembleia(s).

7.4.2.3.3 As empresas participantes do certame deverão encaminhar cópia da Certidão de Registro e Quitação da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, bem como de seus Responsáveis Técnicos.

7.4.2.3.4 A CONTRATADA deverá dispor em seu quadro permanente um responsável técnico (Engenheiro Mecânico) para chancelar laudos e procedimentos técnicos inerentes a sua profissão, devidamente habilitado e cadastrado no conselho regional competente, para o exercício das funções relativas aos serviços contratados. A comprovação do vínculo empregatício do profissional com a CONTRATADA poderá ser efetuada por intermédio de carteira profissional, contrato individual (desde que conste registro no CREA como responsável técnico pela empresa) e por fim, em se tratando de diretor ou sócio, Contrato Social devidamente registrado na Junta Comercial;

7.4.2.3.5 A empresa a ser contratada para realizar o serviço de manutenção preventiva, detectiva e corretiva deve comprovar sua aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características solicitadas nesta solicitação, a fim de evitar fatos inesperados e imprevisíveis,



importando em prejuízos ou comprometendo a segurança de pessoas ou equipamentos, por falta de experiência profissional e capacidade técnica da empresa.

7.4.2.3.6 Declaração emitida pela Empresa atestando seguir as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, previstos pela portaria 3.214 de 08/06/78;

7.4.3. Licença de Funcionamento:

7.4.3.1. Apresentar Licença/Autorização para exercício da atividade desta Contratação, no caso o Alvará Estadual ou Municipal do domicílio da empresa, ou o documento que comprove a isenção da necessidade de Licença/Autorização .

7.4.4. Outras exigências de qualificação técnica:

7.4.4.1. Declaração de que a licitante tem conhecimento do grau de dificuldade dos serviços e dos locais onde serão realizados os serviços. Devendo apresentar atestado de vistorias (ANEXO II) ou uma declaração da empresa dispensando a necessidade de vistoria (ANEXO IV).

7.4.4.2. Declaração de que a licitante disponibilizará instalações e equipamentos adequados para a realização do objeto deste edital (ANEXO V). Devendo no momento de entrega da proposta a empresa que ira fornecer o serviço, apresentar juntamente com o ANEXO V, um demonstrativo que especifique e demonstre qual as instalações e equipamentos considera adequado para atendimento do(s) lote(s) que está se sagrar vencedora.

7.4.4.3. Declaração de que a licitante possui em seu quadro de pessoal equipe técnica adequada e disponível para a realização do objeto do presente Edital (ANEXO VI). Devendo no momento de entrega da proposta a empresa que ira fornecer o serviço, apresentar juntamente com o ANEXO VI, um demonstrativo que especifique e demonstre qual o quadro de pessoas a equipe considera adequado para atendimento do (s) lote(s) que está se sagrar vencedora.

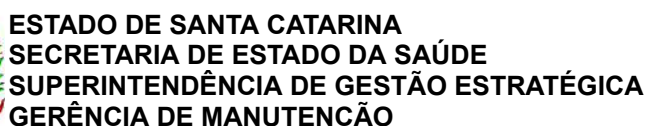
7.4.4.4. Declaração de que os serviços a serem prestados pela licitante atendem às especificações técnicas constantes do Termo de Referência/Edital e à legislação pertinente às atividades objeto deste Edital (ANEXO VII).

7.4.4.5. Declaração de que a licitante não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, regulamentada no Decreto nº 4.358, de 05/09/2002 (ANEXO VIII).

7.4.4.6. Certificado de regular inscrição da sociedade junto ao órgão de classe competente, ou documento que o valha, com a indicação do responsável técnico;

7.4.4.7. Declarações de que obedecerá na execução e desenvolvimento do seu trabalho a toda a legislação vigente e, em especial, às determinações da Lei Federal nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, regulamentada pela Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho e suas alterações, além das normas e procedimentos internos da contratante, das normas de engenharia de segurança, medicina e meio ambiente do trabalho aplicáveis à execução específica da atividade, apresentando, quando solicitado, cópia dos Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO e de Prevenção dos Riscos Ambientais – PPRA, de acordo com as Normas Regulamentadoras nº. 07 e 09, respectivamente da Portaria nº. 3.214, de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, conforme determina a Lei Federal nº. 6.514, de 22 de dezembro de 1977, e instalando e mantendo os Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SEESMT) e Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, considerando o número total de trabalhadores nos serviços, para o fiel cumprimento da legislação em vigor, conforme modelo de Declaração VIII.

7.4.4.8. O proponente vencedor deverá encaminhar junto com todos os documentos habilitatórios, para análise e parecer técnico do Órgão Requisitante, cópias visíveis ou originais das especificações que permitam uma perfeita identificação do produto ofertado, descrito em língua portuguesa e em



8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ART. 6º, XXIII, “H” DA LEI Nº 14.133/2021)

8.2. O critério de julgamento das propostas será o de MENOR PREÇO;

8.3. Será considerado primeiro classificado, o fornecedor que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste Termo de Referência e no Edital, apresentar o **MENOR PREÇO POR LOTE**

9. DA EXECUÇÃO DO OBJETO (ART. 6º, XXIII, “E”; ART. 18º, III, e ART. 40º, §1º, II e III, DA LEI Nº 14.133/2021)

9.2. O regime de execução da prestação dos serviços será conforme ART.6º, XXXIV, no qual fornecimento e prestação de serviço associado: regime de contratação em que, além do fornecimento do objeto, o contratado responsabiliza-se por sua operação, manutenção ou ambas, por tempo determinado

9.4. O objeto deverá estar de acordo com as especificações do edital e atender a legislação a ele(s) pertinente(s);

9.5. As quantidades licitadas e informadas são estimativas, podendo a contratante requisitar quantidades maiores ou menores conforme a efetiva necessidade, respeitando-se os limites estabelecidos pela legislação;

9.6.1. O termo de referência trata-se da atividade de operação, estando inclusa todas as manutenções preventivas e corretivas dos equipamentos do sistema de geração vapor e de água quente existentes com total substituição de peças/componentes inclusive as de desgaste temporal. As manutenções do sistema de geração de vapor e fornecimento/geração/armazenamento de água quente, contempla caldeiras, os aquecedores de passagem, boilers, interligação hidráulica, bombas, válvulas, respectivos mecanismos elétricos/eletrônicos comandos, entre outros, cujo o objetivo visa garantir o suprimento de vapor e água quente para consumo nas unidades hospitalares da SES, devendo estar incluso todas as manutenções a fim de garantir o atendimento às especificações das normas ABNT e leis, decretos e recomendações normativas das instituições públicas Municipais, Estaduais e Federais, bem como, as resoluções da diretoria coletiva (RDC's) da Anvisa. Nestas manutenções estão inclusas toda e qualquer substituição de peças e componentes que sejam necessários tais como bombas, motores elétricos, tubulações, válvulas, soldas, pintura e demais componentes que sejam necessários para o perfeito funcionamento do sistema, bem como o



fornecimento de laudos, testes e demais documentações necessárias a fim de certificar que os equipamentos/sistemas estão funcionando perfeitamente .

9.6.1.1. Os critérios das Manutenções Preventivas e Corretivas devem seguir o estabelecido nas normas técnicas vigentes e nas prescrições do fabricante dos equipamentos, de forma a assegurar o fornecimento ininterrupto de vapor e/ou água quente na unidade hospitalar. Para as caldeiras devem ser executadas de acordo com a NR 13 e relação anexa deste Termo de Referência.

9.6.1.1.1. Na eventualidade de quebra ou manutenção técnica corretiva ou preventiva, não pode haver descontinuidade no fornecimento de vapor e/ou água aquecida para uso na unidade e serviços contratados. A solução deste problema, seja com locação ou fornecimento de equipamento provisório até o conserto definitivo, não terá ônus para a CONTRATANTE, independente da solução adotada pela Contratada.

9.6.1.1.2. Qualquer procedimento de manutenção não poderá interromper o suprimento de água quente para o consumo, desta forma a CONTRATADA deverá certificar-se das medidas necessárias para evitar interrupções.

9.6.2. Manutenção Corretiva - os serviços de manutenção corretiva dar-se-ão por solicitação do operador da caldeira, responsável técnico da contratada ou fiscal do contrato visando à eliminação de defeitos elétricos ou mecânicos ocasionais dos equipamentos descritos no ANEXO 1(Especificação do objeto) deste Termo de Referência, devendo tal correção ser efetuada mediante solicitação feita através de telefone/email e para chamada de emergência, disponibilizado pela empresa contratada;

9.6.3. Manutenção Detectiva- A manutenção detectiva, ou investigativa, é realizada por meio de inspeções e análises de uma equipe especialista que detecta falhas que poderiam ser imperceptíveis em análises tradicionais. A manutenção detectiva pressupõe a análise de modo periódico com um cronograma que determina o intervalo de tempo específico. Esta manutenção busca evitar que os equipamentos parem de vez sem que haja um plano de contingencial e ações e materiais já levantados previamente, ou ainda que não aconteçam falhas que comprometam a segurança das pessoas e do local. Os testes de detecção de falhas são feitos para checar se há algo que não está funcionando.

9.6.4. Manutenção Corretiva Programada/Planejada – realização de serviço de manutenção para correção de problemas detectados nas inspeções realizadas.

9.6.5. Substituição de peças, componentes e acessórios. As peças, componentes e acessórios, quando necessário, serão substituídas sempre por outras peças, componentes e acessórios, novos e originais, quando os equipamentos não estiverem na garantia dos fabricantes;

9.6.6. Calibração dos dispositivos de segurança (manômetros, válvulas, pressostatos, termômetros, transdutores, entre outros) instalados nos equipamentos listados no Quadro 1, com emissão do certificado de conformidade. Fornecimento da etiqueta adesiva indelével com data da próxima calibração;

9.6.7. Elaboração, Registro, reconstituição dos prontuários , projetos e demais documentos previsto NR13 e demais LEIS, Decretos e recomendações técnicas pertinentes a Caldeira e vasos de Pressão;

9.6.8. Produzir “As built” das instalações existentes das centrais de geração de vapor e água quente, entende-se como centrais a última conexão de fornecimento antes da rede ser distribuída a unidade que atende os ambiente de consumo;

9.6.9. A Contratada deverá fornecer semestralmente e sempre que solicitada os registros de segurança dos vasos de pressão disponibilizados nas unidades, contendo o atendimento à NR 13, caso seja imperativo a entrega destes.

9.6.10. Operação – operação do gerador de vapor (caldeira) deve ser realizado por pessoal capacitado conforme a NR 13, envolvendo o treinamento e a elaboração de manual de operação, conforme item 13.4.3.1 da NR 13 reproduzido abaixo, que ficará disponível junto ao equipamento na Unidade. Fornecer cópia impressa e digitalizada do manual de operação para a SES.

“13.4.3.1 Toda caldeira deve possuir manual de operação atualizado, em língua portuguesa, em local de fácil acesso aos operadores, contendo no mínimo:

- 1. procedimentos de partidas e paradas;*

2. *procedimentos e parâmetros operacionais de rotina;*
3. *procedimentos para situações de emergência;*
4. *procedimentos gerais de segurança, saúde e de preservação do meio ambiente.”*

9.6.11.DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

9.6.11.1. Os serviços deverão ser executados nas unidades Hospitalares administradas pela Secretaria do Estado de Santa Catarina que possuem Caldeiras e boilers, ou aquecedores de passagem com reservatório térmico em seu parque fabril (HRSJ, HRHDS, HGCR, HIJG,MDV, HDWC e HGMTR):

9.6.11.2. A empresa contratada deverá apresentar CREA, CRQ e ART de serviços e produtos como documentações complementares desta contratação, as empresas deverão comparecer nesta unidade para efetuarem os devidos serviços que deverão ser acompanhados pela FISCALIZAÇÃO/REPRESENTANTE DA SES:

9.6.11.3. A empresa contratada deverá realizar visitas de vistorias a fim de realizar as manutenções preventivas e detectivas nos equipamentos no mínimo uma vez por semana onde deverá apresentar relatórios individuais de checklist dos equipamentos aos FISCALIS//REPRESENTANTE DA SES;

9.6.11.4. A empresa contratada deverá realizar serviços de manutenção preventiva e corretiva da rede de distribuição de vapor e geração e fornecimento de água quente, mantendo sem vazamento, com isolamentos intactos e os registros em pleno funcionamento;

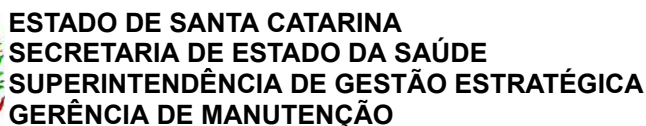
9.6.11.4.1. Manutenção preventiva e corretiva do sistema de geração de vapor e sistema de geração e fornecimento de água quente incluindo seus reservatórios, instrumentação, quadros elétricos e comando e sua interligação hidráulica, de maneira a garantir o fornecimento da demanda pela unidade hospitalar, estando em conformidade com as prescrições das normas e legislações vigentes. Sendo assim, suas especificações técnicas devem estar em explícita conformidade com a qualidade de água para seu consumo, devendo a empresa realizar todas as adequações necessárias para o cumprimento da qualidade, fluxo, controle de operação e pressão exigidos sem qualquer ônus a mais para a SES-SC..

9.6.11.4.2. Os serviços aqui previstos (manutenções preventiva e corretiva), não devem afetar a capacidade de fornecimento estando inclusas todas os testes elétricos, mecânicos e hidráulicos, revisão, calibragem, verificação das condições operacionais do equipamento, análises de vazamentos, condições de lubrificação de componentes internos, eficiência, consumo elétrico, limpeza dos equipamentos e da área da central, bem como o ponto de captação de água/GN/GLP.

9.6.11.4.3. A Contratada deve providenciar um mapeamento detalhado dos locais as quais estão instaladas os sistemas de geração e fornecimento de vapor e sistema de geração e fornecimento de água quente, produzindo testes e laudos detalhados das centrais existentes, todos os testes necessários devem ser conduzidas de maneira que não haja interrupção ou diminuição do fornecimento de água quente a todos os pontos da unidade. A contratada deve produzir, a partir do mapeamento do local um Relatório de vistoria técnica inicial, com a descrição das condições que se encontram as estruturas e os equipamentos existentes a fim de apresentar um cronograma de ajustes (manutenção) e adaptações que julgar necessário para fornecimento adequado através das redes existentes nas unidades de maneira a atender as unidades hospitalares. Este cronograma deve ser entregue à SES-SC no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da assinatura do contrato, cujas atividades previstas no cronograma devem ser alinhadas junto aos fiscais da unidades para que todas as adaptações/correções e ajustes necessários sejam concluídos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, com a exceção das intervenções emergenciais, que possam acarretar em risco desabastecimento dos pontos de consumo, para estes casos devem as intervenções devem ser concluídas em 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato a contar da assinatura do contrato. Os custos de instalação/operação serão todos por conta da CONTRATADA não acarretando em nenhum ônus adicional à CONTRATANTE.

9.6.11.4.3.1 A CONTRATADA deverá finalizar a vistoria técnica inicial em até 20 (vinte) dias após a assinatura do contrato, esse prazo pode ser ampliado desde de que previamente autorizado pelo Gestor do contrato.

9.6.11.4.3.2 A CONTRATADA deverá gerar um relatório detalhado a partir das informações coletadas



9.6.11.4.3.3. Deve ser analisado em que condições técnicas estão operando o sistema de água quente e reservatórios das unidades;

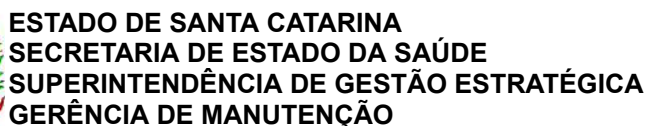
9.6.11.4.3.5. A empresa deve entregar um cronograma de intervenções e melhorias/correções necessárias.

9.6.11.4.4. A Contratada deve providenciar ajustes nas instalações existentes a fim de adequar, sempre buscando uma melhor eficiência do sistema, contudo a Contratada poderá propor o rearranjo dos equipamentos existentes buscando otimizar o espaço e a produção de água aquecida e seu armazenamento. Todos os custos de rearranjo dos equipamentos existentes e eventuais avarias correrão por conta da Contratada.

9.6.11.4.6. A CONTRATADA deve informar dos possíveis riscos existentes nas adaptações e manutenções necessárias em caso de necessidade de medidas emergenciais em caso de ocorrência de acidentes. Ficando a cargo da CONTRATADA fornecer e instalar as placas de advertência de riscos e de situações de emergência bem como a sinalização, esse serviço não deve acarretar qualquer ônus à contratante.

A) A manutenção corretiva será realizada sempre que necessário e a qualquer tempo, devendo a CONTRATADA comunicar imediatamente os problemas identificados à CONTRATANTE, solicitando autorização para execução dos serviços;

C) Substituição de peças, componentes e acessórios. As peças, componentes e acessórios, quando necessário, serão substituídos sempre por outras peças, componentes e acessórios, novos e originais, quando os equipamentos não estiverem na garantia dos fabricantes.



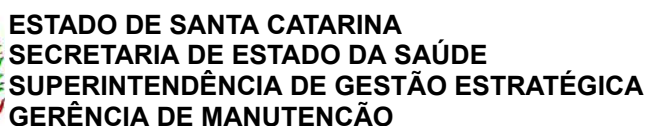
9.6.11.5.2. A manutenção corretiva incluirá serviços de atendimento a chamados de emergência, que tem como finalidade vistoriar, diagnosticar e solucionar falhas ocorridas no equipamento mantido, visando e garantindo o funcionamento dos equipamentos/acessórios que compõem o sistema de geração de vapor e sistema de geração/conservação/distribuição de água quente e seu armazenamento nos padrões estabelecidos. As chamadas corretivas podem ser iniciadas mediante solicitação da CONTRATANTE feita para e-mail dedicado e disponibilizado pela CONTRATADA, tendo no título ou corpo da mensagem informações que foram constatadas o defeito, ou ainda, a CONTRATADA pode dar aviso da necessidade de realização de uma manutenção corretiva.

9.6.11.6.1. Neste sentido a manutenção preventiva a ser executada a partir do início da contratação dos serviços se destina a reduzir a possibilidade de ocorrência de defeitos, falhas que promovam a interrupção ou redução do suprimento de vapor e/ou água quente ao longo da linha devido a incapacidade do sistema de geração e fornecimento da vazão necessária para alimentação dos pontos existentes. Portanto estão englobadas todas as intervenções periódicas nos sistemas, subsistemas, equipamentos e componentes que resultem na conservação e na recuperação do estado operacional para que sejam mantidas as condições de fornecimento de vapor e/ou água quente em termos de pressão, vazão e qualidade da água ao longo das linhas de fornecimento.

9.6.11.6.3. A manutenção preventiva somente será medida pelo fiscal quando for realizada em equipamentos que estejam funcionando adequadamente.

9.6.12. A empresa contratada deverá realizar serviços de higienização mensal dos equipamentos em questão, mantendo a conservação, o que garantirá uma vida útil dentro da programação conforme recomendações técnicas;

9.6.13. A empresa deverá realizar a análise da água dentro do mês corrente e apresentar o laudo em no máximo 10 (dez) dias após a coleta da mesma, sendo analisados os parâmetros de acordo com a legislação vigente;



9.6.13.2. A empresa contratada deverá realizar visitas de vistorias e coleta de água dos equipamentos (Caldeira) no mínimo uma vez por mês onde deverá apresentar relatório técnico e laudo de análise da água;

9.6.14. Os técnicos da empresa contratada deverão se adequar às regras das unidades hospitalares/secretaria do estado da Saúde de santa Catarina, bem como se apresentarem para execução dos serviços devidamente habilitados, treinados e com documentos de identificação e uniforme;

9.6.15.1. Em caso de a CONTRATADA optar por empresa Terceirizar o serviço de análise da Água a contratada de apresentar um contrato que firme o vínculo para execução das análises previstas e que a empresa esteja devidamente registrada Conselho Regional de Química – CRQ-SC e que demonstre ter profissionais registrados aptos a executar tal análise.

9.6.16.1 Abertura, limpeza, inspeção interna, fechamento, realização de todos os testes previstos na Norma Regulamentadora NR-13;

9.6.16.3. Registro de Segurança, conforme item 13.4.1.9 da NR-13;

9.6.16.5. Certificações de calibração dos dispositivos de segurança e elaboração do Manual de Operação, conforme item 13.4.3.1 da NR13;

9.6.16.6. Troca das tubulações de entrada de água e saída de vapor, bem como a substituição das juntas de vedação, anéis de vedação e plugues para válvula de segurança, em virtude da abertura e fechamento da caldeira, peças essas já inclusas no valor total da proposta, que deverão ser fornecidas pelo prestador dos serviços.

9.6.16.7. Emissão de ART para todos os serviços realizados;

9.6.16.8. No final dos serviços, a caldeira deverá estar em perfeitas condições de operação e funcionamento, situação que deverá constar em relatório/laudo.

9.6.16.9. Todos os serviços deverão ser realizados por profissional habilitado, de acordo com o item 13.3.2 da NR-13.

9.6.16.10. Todos os custos para realização dos serviços serão por conta do contratado, inclusive deslocamento, estadia, alimentação, etc. dos profissionais.

9.6.16.11.1. A Empresa deve providenciar profissionais legalmente habilitado(s) a fim de operar a(s) caldeira(s) , conforme previsto na NR13, e apresentar sua certificação válida.

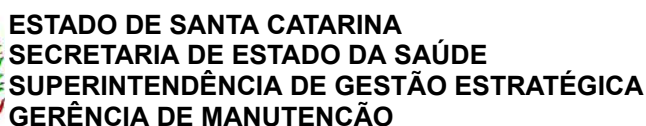
9.6.16.11.2. Para atendimento emergência a CONTRATADA disponibilizará de uma equipe formada por profissionais totalmente qualificados no intuito da realização dos serviços de manutenção, para a CONTRATANTE, com prazo máximo de 04 (quatro) horas, após ser comunicada.

9.6.16.11.3. Realização de troca de peças decorrentes de eventuais manutenções, sejam elas preventivas e corretivas e/ou preditivas.

9.6.16.11.4. Emissão de relatórios de visita, com descritivo detalhado do serviço executado, informando peças substituídas e especificações das mesmas, caso necessite a realização de aquisição pela contratante.

9.6.16.11.4.1. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, ao final de cada ciclo de manutenções preventivas (mensalmente, trimestral, semestral), um relatório de manutenção preventiva no qual conste, no mínimo, a identificação das atividades atendidos no mês, registros de todas as intercorrências, assinatura do(s) técnico(s) responsável(is) pela execução dos serviços e anuência da fiscalização. Estes documentos devem vir em formato digital, de maneira ordeira e paginadas.

9.6.16.11.4.2. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE após a conclusão de cada chamado de manutenção corretiva, um relatório com a identificação do equipamento, identificação do



9.6.16.11.4.3. A CONTRATADA deve apresentar ao fiscal os relatórios mensalmente, trimestral, semestral e/ou anual até o 5º(quinto) dia útil do mês subsequente, no qual foi realizada a rotina de manutenção.

9.6.16.11.6 A empresa contratada deverá realizar os serviços de manutenção corretiva, por meio do envio de profissionais técnicos às dependências das unidades hospitalares da SES-SC que possuem caldeiras, para eliminação de falhas e outras providências, tantas vezes quantas forem necessárias, preenchendo na ocasião Relatório de Manutenção Corretiva, a ser entregue à FISCALIZAÇÃO dos serviços do contrato.

9.6.16.11.8. A empresa contratada deverá atender aos chamados para manutenção corretiva independentemente das datas ou periodicidades definidas para manutenção preventiva;

9.6.16.11.10. Os serviços de manutenção corretiva serão executados no local onde os equipamentos encontram-se instalados, exceto nos casos em que em função da natureza do defeito apresentado, haja necessidade de deslocá-lo(s) até a oficina da CONTRATADA, quando será necessária a autorização do CONTRATANTE, em que o deslocamento incorra sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE;

9.6.16.11.12. Os equipamentos deslocados para realização de manutenção na oficina da CONTRATADA deverão retornar ao local de origem em perfeitas condições de uso e segurança, A CONTRATADA deverá previamente solicitar à FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE autorização para reinstalação dos equipamentos.

9.6.16.11.14. Os serviços de manutenção corretiva somente serão aceitos pelo CONTRATANTE quando os equipamentos atingirem seu funcionamento ideal, após ateste pela FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE.

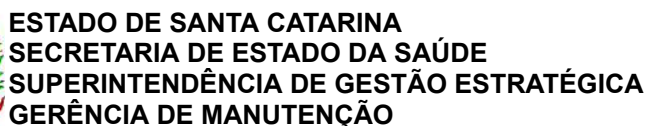
9.6.16.11.16. Nos serviços incluem mão de obra comum e especializada, supervisão, fornecimento de materiais, peças, instrumentos padrão, ferramentas e utensílios necessários à execução destes serviços

9.6.16.12.1. Verificação de funcionamento do sistema automático de controle do tempo de programação da combustão;

9.6.16.12.2. Efetuar a medição de tensões do sistema trifásico dos equipamentos;



- 9.6.16.12.3. Verificação dos componentes de segurança do cavalete de gás, do sensor de chama, pressostatos de modulação e limite, simulação do nível baixo de água e acionamento manual das válvulas de segurança;
- 9.6.16.12.4. Retirada dos eletrodos de ignição e sensor de chama, para limpeza e medição do isolamento para terra e colocação dos mesmos, devidamente regulados, quando necessário;
- 9.6.16.12.5. Reaperto ou substituição das gaxetas dos conjuntos de bombas das caldeiras, quando necessário;
- 9.6.16.12.6. Inspeção visual do rotor / ventilador;
- 9.6.16.12.7. Verificação do alinhamento dos eixos das bombas com ajustamento dos parafusos que prendem os conjuntos eletrobombas à base, se necessário;
- 9.6.16.12.8. Verificação das condições dos visores e limpeza dos mesmos, existentes nas caldeiras;
- 9.6.16.12.9. Limpeza das telas dos diversos filtros; - Regulagem de combustão fazendo análise de gases da chaminé, com porcentagem dos teores de CO₂, O₂, CO (ppm), excesso de ar, rendimento e temperatura com utilização do analisador eletrônico para obtenção de maior eficiência, quando necessário.
- 9.6.16.12.10. Visita do engenheiro responsável ou supervisor técnico (profissional habilitado) 01 (uma) vez no mês (mínimo) ou de acordo com as solicitações da contratante.
- 9.6.16.12.11. Emissão de relatório mensal de serviços, contendo todos os serviços executados durante o período, juntamente com todas as Ordens de Serviço, sejam elas corretivas, preventivas ou preditivas;
- 9.6.16.13. A empresa deve realizar TRIMESTRALMENTE os seguintes serviços;
- 9.6.16.13.1. Inspeção do prontuário;
- 9.6.16.13.2. Inspeção visual externa da unidade;
- 9.6.16.13.3. Desmontagem do combustor principal e piloto, para limpeza geral;
- 9.6.16.13.4. Verificação do funcionamento de todos os equipamentos internos do quadro elétrico;
- 9.6.16.13.5. Verificação dos estados dos fios e cabos de comando e força elétrica e componentes externos, para substituição, se necessário;
- 9.6.16.13.6. Abertura das tampas dianteiras e traseiras, dos tampões de fundo e da porta de visita (quando existente) para limpeza e inspeção interna;
- 9.6.16.13.7. Verificação do estado geral dos refratários;
- 9.6.16.13.8. Desmontagem para limpeza e inspeção dos eletrodos de nível da coluna e do corpo;
- 9.6.16.13.9. Avaliação da espessura dos espelhos e fornalha através de END por ultrassom;
- 9.6.16.13.10. Fechamento dos tampões de fundo e porta de visita com substituição das juntas de vedação;
- 9.6.16.13.11. Raqueteamento e realização do teste hidrostático na unidade;
- 9.6.16.13.12. Engaxetamento e fechamento das tampas dianteiras e traseiras;
- 9.6.16.13.13. Start-up e regulagem de combustão fazendo análise de gases da chaminé, com porcentagem dos teores de CO₂, O₂, CO (ppm), excesso de ar, rendimento e temperatura com utilização do analisador eletrônico para obtenção de maior eficiência, quando necessário;
- 9.6.16.13.14. Verificação dos componentes de segurança do cavalete de gás, do sensor de chama, pressostatos de modulação e limite, simulação do nível baixo de água e realização de ensaio de acumulação para confirmar a suficiência e a correta operação das válvulas de segurança;
- 9.6.16.13.15. Substituição de componentes da caldeira, tais como, pedras, tijolos refratários, gaxetas, tamponamento de tubos, troca de tubos e chapas, substituição de bombas e correlatos imprescindíveis ao bom funcionamento das caldeiras.
- 9.6.16.13.16. Fornecer através de seu Engenheiro, Guia ART, relatório de inspeção de segurança de acordo com a Portaria n.23 de 27/12/1994, e fazer as anotações no livro competente. Tudo como determina a NR-13 do Ministério do Trabalho;
- 9.6.16.13.17. Elaboração de relatório anual de manutenção das caldeiras, a fim de comprovação dos serviços executados pela contratada.
- 9.6.16.13.18. Pelo fornecimento de qualquer esclarecimento de origem técnico que a CONTRATANTE julgar conveniente, e que seja solicitada antes, durante e depois da execução dos serviços, objeto deste contrato;
- 9.6.16.13.19. Pintura anual em ambas caldeiras (vasos de pressão, tubulações, conexões, válvulas e correlatos).
- 9.6.16.13.20. Pelo fornecimento de todo o pessoal necessário à execução dos serviços, objeto deste contrato, recrutando, selecionando e contratando em seu nome e sob sua exclusiva responsabilidade, será considerado para todos os efeitos legais e contratuais, como empregados da



9.6.16.13.21. Se faz necessário a CONTRATADA possuir em seu quadro de funcionários um engenheiro mecânico devidamente registrado no CREA, para efeitos de responsabilidade técnica dos serviços executados (profissional habilitado)

9.6.16.13.23. Garantir que todos os empregados destacados para execução dos serviços cumpram todas as determinações estabelecidas pelo departamento de segurança do trabalho da CONTRATANTE;

9.6.16.13.25. Qualquer ocorrência de acidentes de trabalho que resultar em lesões pessoais ou danos materiais, a quem quer que seja a CONTRATADA ficará obrigada a comunicar imediatamente a ocorrência ao Departamento de Segurança do Trabalho da CONTRATANTE.

9.6.16.13.27. Realizar teste de estanqueidade e demais testes previstos na NR 13;

9.6.16.14. A respeito dos serviços e sub-operações previstos nos itens 9.6.16.11., 9.6.16.12. e 9.6.16.13., foram criado Legendas a fim de esclarecer pontos a serem realizados nos tipos de caldeiras presentes na SES-SC, para tanto deve ser entendido que:

E – Para caldeiras Elétricas

Q – Para caldeiras à GN e GLP

D – Para caldeiras à Diesel

L – Para caldeiras à Lenha

9.6.16.14.1.1. A abertura e limpeza interna -(G);

9.6.16.14.1.2. A substituição da água (G);

9.6.16.14.1.3. Pintura completa (G);

9.6.16.14.1.4. Substituição das juntas das tampas de inspeção (G);

9.6.16.14.1.5. Limpeza dos tubos de fogo, com escova de aço (Q, D);

9.6.16.14.1.6 Verificação do material refratário (G), cinzeiros (L) e fornalhas (L);

9.6.16.14.1.7. Teste de eficiência do isolamento térmico (G);

9.6.16.14.1.8. Inspeção dos espelhos frontal e superior (G);

9.6.16.14.1.9. Teste de estanqueidade (G):

9.6.16.14.1.10. Análise das condições do isolamento térmico (G);

9.6.16.14.1.11. Verificação de vazamentos (G);

9.6.16.14.1.12. Substituição de resistências elétricas (E), flanges, borners, e cabos elétricos e correlatos (G).

9.6.16.14.2. Os serviços e operações decorrente dos mesmos a serem realizados nos Sistema de alimentação/purga de água devem ser feitos seguindo o seguinte preceito:

9.6.16.14.2.1. Dos rolamentos da moto-bomba (G);

9.6.16.14.2.2. Do selo mecânico da moto-bomba (G);

9.6.16.14.2.3. Da válvula de descarga de fundo, conjunto completo de drenagem (G);

9.6.16.14.2.4. Dos reparos dos injetores de água (G);

9.6.16.14.2.5. Das gaxetas (G);

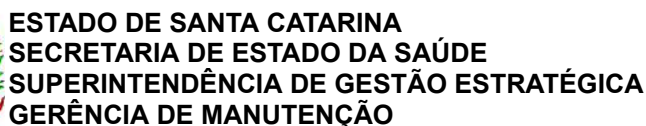
9.6.16.14.2.6. Dos elementos elásticos de acoplamiento (G);

9.6.16.14.2.7. Da válvula de retenção (G):

9.6.16.14.2.8. Pintura do conjunto moto-bomba (G);

9.6.16.14.2.9. Reaperto das gaxetas (G);

9.6.16.14.2.10. Lubrificação dos rolamentos (G);



9.6.16.14.2.12. Verificação de vazamentos (G);

9.6.16.14.3.1. Revisão completa nos queimadores à diesel/gás (D, Q);

9.6.16.14.3.3. Teste de eficiência do transformador de ignição (D, Q);

9.6.16.14.3.5. Teste de eficiência e regulação das válvulas de gás incluindo a respectiva instrumentação de monitoramento e controle, como manômetros, etc.(Q);

9.6.16.14.3.7. Troca do filtro da bomba de óleo (D):

9.6.16.14.3.9. Troca dos eletrodos de ignição, com cabos (D, Q);

9.6.16.14.3.11. Verificação de funcionamento do ventilador (D, Q);

9.6.16.14.3.13. Teste das solenóides de óleo/gás (D, Q);

9.6.16.14.3.15. Pintura do conjunto (G);

9.6.16.14.3.17. Temperatura dos contatos elétricos – pirômetro (G);

9.6.16.14.3.19. Simulação de operação do sistema (G);

9.6.16.14.3.21. Teste de funcionamento dos queimadores à óleo (D);

9.6.16.14.3.23. Limpeza dos bicos (D);

9.6.16.14.3.25. Limpeza dos filtros de óleo diesel da rede e da bomba (D).

9.6.16.14.4.1. Teste de funcionamento do sistema (G);

9.6.16.14.4.3. Aferição do manômetro de controle – erro máximo 2,5% (G);

9.6.16.14.4.5. Verificação dos eletrodos e conjunto eletroeletrônico de controle (G);

9.6.16.14.4.7. Troca da válvula de descarga (G);

9.6.16.14.4.9. Teste de funcionamento do alarme sonoro (G);

9.6.16.14.4.11. Simulação de falta de água na cuba (G);

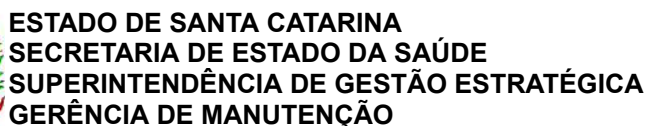
9.6.16.14.4.13. Revisão da válvula de segurança (

9.6.16.14.4.15. Limpeza dos pressostatos (G):

9.6.16.14.4.17. Teste de funcionamento da garrafa de nível (G

9.6.16.14.4.17. Teste de funcionamento da garrafa de nível (G);
9.6.16.14.4.18. Teste de funcionamento do alarme sonoro (G);
9.6.16.14.4.19. Teste de funcionamento manual das válvulas de segurança (G).

9.6.16.14.5. Os serviços e operações decorrente dos mesmos a serem realizados nos Sistema de



9.6.16.14.5.10. Verificar vazamentos de vapor (G)

9.6.16.14.8.8. Suportes de ancoragem e pintura (G).





ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
GERÊNCIA DE MANUTENÇÃO

* Prestar atenção à ordem e limpeza do local de trabalho, removendo resíduos, lixo, materiais de descarte, etc;

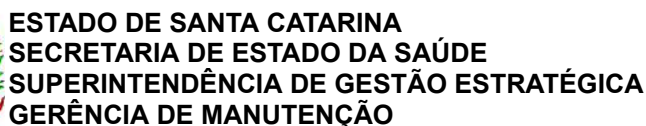
* Auxiliar na montagem e desmontagem de estruturas, substituição de peças, ajuste e vedação de tubagens e outros;

9.6.16.14.13. No quadro a seguir são compiladas atividades mínimas, podendo ser realizadas mais atividades e com maior frequência, as atividades não estando descartada as atividades previstas nos itens anteriores, fazendo parte dos serviços de operacionalização dos equipamentos listados no quadro 01, por profissional caldeireiro, devidamente treinado pela Contratada de acordo com a NR 13, por meio de postos de trabalho com a carga horária indicada, para as unidades abaixo:

Diário*	Mensal	Trimestral	Semestral
(1) Verificar Nível de Água	(1) Inspecionar a operação do queimador	Análise de combustão	(1) Desligamento e depressurização da caldeira
(2) Purga da Cuba de Nível	(2) Verificar vazamento de gases de combustão	Limpeza da bomba e filtro de óleo	(2) Abertura da porta frontal, tampa traseira e portas de inspeção
(3) Purga da Cuba de Nível	(3) Acionamento manual da válvula de segurança	(3) Verificar os tanques de armazenamento de óleo	(3) Limpeza das molas de aço e das superfícies da fornalha
(4) Registrar tratamento de Água de acordo com o estabelecido	(4) Revisão da purga de caldeira	(4) Verificar os reguladores das válvulas pneumáticas	(4) Limpeza das superfícies internas em contato com a água e vapor.
(5) Registrar pressão da caldeira	(5) Verificar todos os elementos filtrantes	(5) Verificar pré - aquecedores de óleo	(5) Limpeza dos eletrodutos de nível (sensor de falta d'água)
(6) Registrar temperatura/pressão da alimentação de água	(6) Verificar sistema de combustível		(6) Verificar o vidro do visor de nível
(7) Registrar temperatura dos gases de combustão	(7) Verificar indicadores luminosos e alarmes		(7) Calibração de instrumentos e válvulas de segurança
(8) Registrar temperatura/pressão do óleo	(8) Verificar controles operacionais e de segurança		(8) Verificar Tanque Blowdown
(9) Registrar pressão do gás	(9) Verificar funcionamento todos os motores		(9) Verificar Sistema de alimentação química
(10) Verificar funcionamento geral da caldeira/queimador			(10) Verificar conexões elétricas
			(11) Revisão do queimador incluindo troca de bicos (quando utilizado óleo) ou eletrodos (quando utilizado gás)

* Itens diários podem ser realizados mais de uma vez por dia.

UNIDADE	POSTOS DE TRABALHO	CARGA HORÁRIA
HDWC	01	10 horas diárias
HGMTR	01	18 horas 01 (um) semestre (novembro a abril) 24 horas 01 (um) semestre (maio a outubro)



9.6.16.14.14. Em relação às válvulas de segurança, deve se proceder conforme previsto a NR13, devendo ser seguidas as recomendações realizar a atividades de acordo com as normas e legislação vigentes, em especial as previstas no item 13.4.4.8 da NR 13 :A

2 pelo menos 1 (uma) vez por mês, mediante acionamento manual da alavanca, em operação, para caldeiras das categorias B e C, excluídas as caldeiras que vaporizem fluido térmico e as que trabalhem com água tratada conforme previsto no item 13.4.3.3;

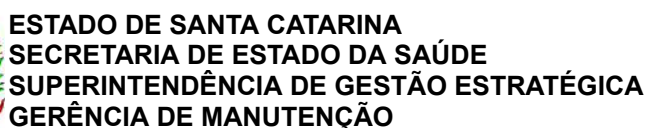
9.6.9. LAUDO DE AVALIAÇÃO DO BEM SERVÍVEL/ INSERVÍVEL

9.6.9.1.1. Avaliação Técnica com registro fotográfico e Testes estruturais (espessura de chapa, deterioração entre outros), devendo ser empregados métodos detectivos e ensaios não destrutivos, detalhando danos e avarias, correlacionando a impactos estruturais e de performance do equipamento.

9.6.9.1.3. Apresentação de valor estimado do bem, baseado nos valores de mercado de equipamentos semelhantes, para caso o mesmo esteja em plenas condições de operação, os valores deve ser baseados em cotações com fornecedores, leilões de bens e aquisições privados o mesmo deve ser documentado de acesso e verificação possível com a fonte de sua autenticidade.

9.6.9.1.3.1. Apresentação de orçamento de três fontes distintas para execução do serviço de descaracterização necessária do bem.

പാ. 27 de 669 - Documento assinado em 01/09/2023 às 15:52:23, com o código 0A932V706PR2.



9.6.9.3. O Laudo deve ser assinado em seu final e rubricada em todas as folhas do documento por parte do Engenheiro responsável, bem em sua versão digital estar assinado eletronicamente.

UNIDADE	ENDEREÇO	E-MAIL	TELEFONE
Hospital Governador Celso Ramos (HGCR)	Rua Irmã Benwarda, 297 Centro – Florianópolis – SC	hcr@saude.sc.gov.br	(48) 3664-3600
Maternidade Carmela Dutra (MCD)	Rua Irmã Benwarda, 208 Centro – Florianópolis – SC	mcd@saude.sc.gov.br	(48) 3664-3900
Hospital Nereu Ramos (HNR)	Rua Rui Barbosa, 152 Agronômica – Florianópolis – SC	hnr@saude.sc.gov.br	(48) 3665-9401
Hospital Infantil Joana de Gusmão (HIJG)	Rua Rui Barbosa, 152 Agronômica – Florianópolis – SC	hijg@saude.sc.gov.br	(48) 3664-3200
Hospital Hans Dieter Schimidt (HRHDS)	Rua Xavier Arp, s/n – Boa Vista ,Joinville – SC	hrrhds@saude.sc.gov.br	(47) 3461-5500
Maternidade Darcy Vargas (MDV)	Rua Miguel Couto, s/n, Anita Garibaldi – Joinville – SC	mdv@saude.sc.gov.br	(47) 3481-1300
Hospital Doutor Waldomiro Colautti (HDWC)	Rua 03 de Maio nº 998, Centro – Ibirama – SC	hdwc@saude.sc.gov.br	(47) 3357-6600
Maternidade dona Catarina Kuss (MDCK)	Rua Brasilício Celestino de Oliveira, 209, Centro – Mafra – SC	mdck@saude.sc.gov.br	(47) 3647-0610
Hospital Geral e Maternidade Tereza Ramos HGMTR	Rua Marechal Deodoro, 799, Centro – Lages – SC	hmtr@saude.sc.gov.br	(49) 3289-9000
Instituto de Cardiologia (ICSC)	Rua Adolfo Donato da Silva, s/n, Praia Comprida – São José – SC	icsc@saude.sc.gov.br	(48) 3664-3000
Hospital Regional de São José - HRSJ	Rua Adolfo Donato da Silva, s/n, Praia Comprida – São José – SC	hrrsj@saude.sc.gov.br	(48) 3664-9700

10.1. Ao gestor do contrato caberá:

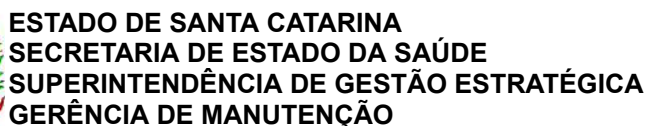
- a) Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, e encaminhar a solicitação de prorrogação;
- b) Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços foi ou está sendo cumprida integral ou parcialmente;
- c) Atestar as notas fiscais encaminhadas à unidade competente para pagamento;
- d) Comunicar à DLIC, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios determinados por Lei com a contratada;
- e) Acompanhar junto ao Fiscal do Contrato o cumprimento, pela contratada, do cronograma físico-financeiro;
- f) Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à Autoridade Competente ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra, prestação de serviço ou em relação a terceiros;



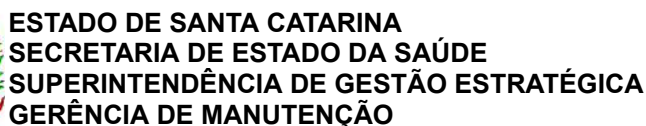
- g) Encaminhar à Autoridade Competente eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
- h) Comunicar a DPGC a necessidade de abertura de nova licitação à área competente, antes de findo a vigência dos contratos de prestação de serviços com antecedência mínima de 160 (cento e sessenta) dias antes do término;
- i) Comunicar ao setor competente sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual, que tenham implicações na atestação;
- j) Cuidar das alterações de interesse da Contratada, que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação. No caso de pedido de prorrogação de prazo, deverá ser comprovado o fato impeditivo da execução, o qual, por sua vez, deverá corresponder o previsto no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021 e alterações;
- k) Elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral por esta Secretaria de Estado da Saúde;
- l) Alimentar os sistemas informatizados do Governo com as informações pertinentes, responsabilizando-se por tais dados, inclusive sempre quando solicitadas;
- m) Negociar o Contrato sempre que o mercado assim o exigir, nos termos da Lei;
- n) Procurar auxílio junto as áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas;
- o) Deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização à Contratada, com base nos termos Contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da Contratada, acionando as instâncias superiores e/ou os Órgãos Públicos competentes quando o fato exigir;
- p) Disponibilizar toda a infraestrutura necessária, assim como definido no contrato e dentro dos prazos estabelecidos, tais como: área de instalação do canteiro de obras, local para escritório da empresa, outras instalações etc.;
- q) Consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;
- r) Acompanhar o saldo contratual/registro de preços.
- s) A forma de comunicação entre gestor e fornecedor se dará, principalmente, por email e telefone (item 12).

10.2. Ao fiscal do contrato caberá:

- a) Ter conhecimento prévio de sua competência e atuação;
- b) Possuir cópia do contrato, do edital da licitação e seus anexos, e da proposta vencedora da licitação;
- c) Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto da administração contratante quanto da contratada;
- d) Buscar autonomia, independência fiscalizatória e condições saudáveis para a realização da fiscalização, comunicando o Gestor do Contrato sobre suas necessidades;



- Pág. 90 de 889 - Documento assinado digitalmente pelo PJE em 06/07/2023 às 15:55:23 UTC-03:00. Hash SHA256: 0A9B32V706PRK2.



- #### 10.2.1. DA FISCALIZAÇÃO

10.2.1.2. Todas as entregas deverão ser acompanhadas por funcionários das Unidades hospitalares em horário predeterminado pelo gestor do contrato.

10.2.1.3. Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA perante a CONTRATANTE ou a terceiros, todos os trabalhos contratados estarão sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização da SES-SC, a qualquer hora, por seus representantes devidamente credenciados;

10.2.1.4. A SES-SC far-se-á representar no local das obras e serviços por seu fiscal credenciado ou, na falta ou impedimento deste, por seu substituto com as mesmas atribuições e poderes;

10.2.1.5. A SES-SC, sem prejuízo das suas atribuições de fiscalização, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, para acompanhamento dos serviços de manutenções nos referidos equipamentos e para o controle qualitativo e quantitativo das peças/componentes instalados;

10.2.1.6 A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos e será exercida no interesse exclusivo da Contratante, com a produção de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços contratados, e não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada por quaisquer irregularidades.

10.2.1.7. À Fiscalização compete: o acompanhamento, o controle e as avaliações dos serviços de manutenção, observadas todas as condições expressas nos documentos que compõem o Contrato;

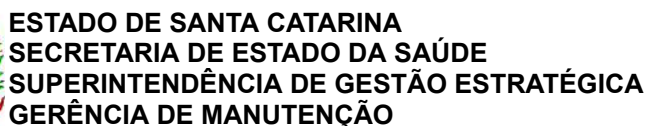
10.2.1.8. Compete à Fiscalização ter conhecimento da ocorrência operacional das frentes e fases da execução da manutenção, a fim de que seja obtido melhor rendimento, sem prejuízo da boa execução dos trabalhos;

10.2.1.9. A ocorrência de obstáculos e imprevistos durante a execução das manutenções obrigará a CONTRATADA a fazer comunicação escrita dos fatos, cabendo à Fiscalização a decisão sobre os mesmos:

10.2.1.10. Compete à Fiscalização, em conjunto com as demais áreas da SES-SC, resolver as dúvidas e as questões expostas pela CONTRATADA, dando-lhes soluções rápidas e adequadas;

10.2.1.11 A Fiscalização anotarás todas as observações dignas de registro para controle dos serviços, devidamente assinado pelo preposto da CONTRATADA;

10.2.1.12. Os serviços serão fiscalizados, a fim de:



10.2.1.14. Certificar a execução do serviço para pagamentos das faturas;

10.2.1.16. Participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços.

10.2.1.18. Os fiscais exercerão a fiscalização permanente sobre a qualidade dos serviços prestados, atentando principalmente para as normas e procedimentos de segurança dos profissionais envolvidos nesta contratação, apontando todas as irregularidades verificadas, sem prejuízo da obrigação da Contratada de gerenciar, através de seu preposto, a execução dos serviços prestados.

10.2.1.20. Ressalvadas as notificações, aqui previstas, serão aplicadas à CONTRATADA, em caso de atraso na execução do objeto, multas contratuais e demais às sanções previstas em lei;

10.2.1.22. A Contratada, independentemente da atuação do Fiscal do Contrato, não se eximirá de suas responsabilidades quanto à execução dos serviços, responsabilizando-se pelo fiel cumprimento das obrigações constantes no Termo de Referência.

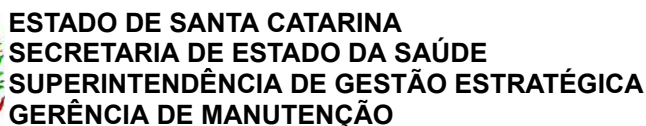
10.2.1.24. A determinação da paralisação, citada no item 10.2.1.23, vigorará enquanto persistirem as razões da decisão, cabendo à SES-SC formalizar a sua suspensão;

10.2.1.26. Os documentos devem ser armazenados durante todo período de vigência do contrato e por cinco anos posteriores ao seu término, em caso de descumprimento a CONTRATADA estará sujeita as penalidades legais.

10.2.1.28. Comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.1.29. Certificar as notas fiscais/faturas referentes aos serviços prestados.

10.3 Penalidades e Sanções Contratuais:



a) advertência;

c) suspensão temporária, não superior a 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e

d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;

10.3.1.3. A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

b) 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

- O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;

- Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;

- O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;

- A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias;

- A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;

10.3.1.4. A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedoros do Estado de Santa Catarina/SEA, de acordo com os prazos a seguir:

I. por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;

II. por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;

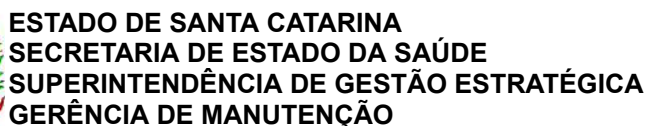
III. por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;

IV. por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;

V. por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;

VI. por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;

VII. por até 5 (cinco) anos quando, na modalidade de pregão, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e



10.3.1.4.1. A penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial do Estado, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA

10.3.1.5. A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado da Administração – SEA:

10.3.1.7. A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;

a) suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e

b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e

b) tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

10.3.1.11. É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade;

10.3.1.13. Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedoros do Estado de Santa Catarina/ SEA, para registro.

10.3.1.14. As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria da Secretaria de Estado da Saúde, situada no 9º (nono) andar do Edifício Halley, na Rua Esteves Júnior, 160, Centro, Florianópolis, SC.

Pág. 94 de 669 Documentos assinados em 2023





fornecidos, não excluindo ou reduzindo sua responsabilidade, mesmo que não haja a fiscalização ou o acompanhamento por este Órgão;

11.3.9. Realizar/ Responsabilizar-se pela execução dos serviços contratados, conforme legislação vigente e conforme especificado integralmente nos termos do presente Termo de Referência independentemente de qualquer contratempo sem nenhum acréscimo de ônus para o CONTRATANTE;

11.3.10. Manter, durante a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no contrato;

11.3.11. Quando solicitado, a Contratada deverá acompanhar as visitas de fiscalização dos órgãos reguladores.

11.3.12. Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho;

11.3.13. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas sem qualquer ônus à CONTRATANTE;

11.3.14. Cumprir todas as normas regulamentadoras, resoluções, leis vigentes e procedimentos internos de controle e acesso às dependências da CONTRATANTE;

11.3.15. Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás, junto às repartições competentes, caso necessário, à execução dos serviços objeto do presente Termo de Referência;

11.3.16. Responsabilizar pelo pagamento de todos os tributos e contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o serviço contratado;

11.3.17. Assumir a responsabilidade por quaisquer danos que causem prejuízos ao patrimônio da SES-SC quer sejam por seu pessoal, quer sejam em consequência da má execução dos serviços;

11.3.18. Manter os locais onde o serviço está sendo prestado devidamente organizado e higienizados;

11.3.19. A CONTRATADA deverá manter número de contato e equipe de plantão para atendimento de emergência sete dias por semana e vinte e quatro horas por dia.

11.3.20. A CONTRATADA deverá manter registro atualizado, que deverá ser enviado mensalmente junto à nota fiscal, de todos os equipamentos que estiverem fora de operação.

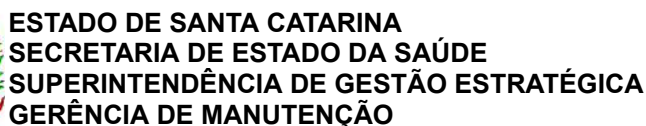
11.3.21 Após a realização de qualquer manutenção nos equipamentos (quer seja preventiva ou corretiva) deverá ser emitido relatório emitido em papel timbrado da empresa, com assinatura dos responsáveis pela manutenção, devendo ser assinado, devendo conter fotos descrevendo o problema dos equipamentos, insumos necessários para manutenção, bem como a liberação dos mesmos para uso e assinatura do técnico responsável pelo atendimento e do solicitante.

11.3.22 A utilização de mão de obra e peças na manutenção de equipamentos devem ser expressamente autorizadas pelo fiscal/gestor e devem constar nos registros do prontuário.

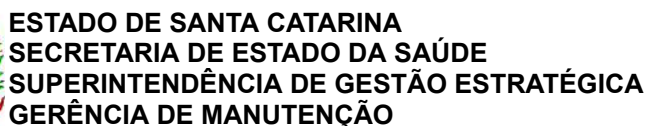
11.3.23. A CONTRATADA entregará à gerência de manutenção predial ordem de serviço das solicitações de manutenção corretiva com as assinaturas do técnico designado para atender ao chamado e da solicitante (fiscal) imediatamente após a conclusão do serviço.

11.3.24 As manutenções corretivas não terão restrição ao número de chamados, ou seja, a cada defeito apresentado no equipamento, a contratante deverá efetuar um chamado técnico. Em se tratando da abertura do chamado dentro do horário comercial para demandas que não afetem o fluxo do hospital, a contratada terá um prazo máximo de até 04 horas para iniciar o atendimento. Para





11.3.55 No início das atividades, a contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar os atestados de saúde ocupacional - ASO de cada empregado, dentro do período de validade, conforme estabelecido na legislação trabalhista e entregar a listagem de todos os equipamentos de proteção individual - EPI que serão utilizados, com os respectivos certificados de aprovação - CA, para avaliação e aprovação da contratante:



11.3.72. Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando em ocorrência da espécie, for vítimas os seus colaboradores, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificados em dependências do hospital;







11.3.105. A ocorrência de obstáculos e imprevistos durante a execução das manutenções obrigará a CONTRATADA a fazer comunicação escrita dos fatos, cabendo à Fiscalização a decisão sobre os mesmos;

11.4. Obrigações específicas da contratante:

Obriga-se a Administração/Contratante:

- a) Comunicar à Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

11.4.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

11.4.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.4.1.2 Proporcionar todas as facilidades possíveis para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das condições estabelecidas neste contrato.

11.4.1.4. Designar a área responsável pela fiscalização e gestão do contrato e acompanhamento dos serviços disponibilizando os respectivos telefones de contato à CONTRATADA

11.4.1.5. Devolver à CONTRATADA, os referidos equipamentos caso por qualquer razão deixe de utilizá-los;

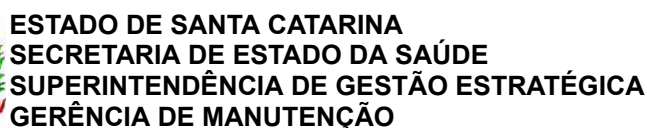
11.4.2. Emitir a nota de empenho destinada a suportar a despesa decorrente do contrato e encaminhá-la à CONTRATADA.

11.4.3. Fiscalizar, durante a vigência deste Contrato, devendo a CONTRATADA fornecer informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

11.4.4. Se pairar dúvida ou suspeita de inconsistência da execução dos serviços previsto no presente instrumento contratual a contratante deverá solicitar acesso aos documentos que digam respeito ao objeto deste instrumento, ficando a CONTRATADA obrigada a permitir tal acesso à auditoria interna da CONTRATANTE e/ou auditoria externa por ela indicada.

11.4.5. A SES-SC far-se-á representar no local das obras e serviços por seu fiscal credenciado ou, na falta ou impedimento deste, por seu substituto com as mesmas atribuições e poderes;

11.4.6. A SES-SC, sem prejuízo das suas atribuições de fiscalização, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, para acompanhamento dos serviços de manutenções nos referidos equipamentos e para o controle qualitativo e quantitativo das peças/componentes instalados;



Fiscais:

13.CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (ART. 6º, XXIII, “G” e ART. 40º, §1º, II, DA LEI Nº 14.133/2021)

Os serviços serão remunerados após medições mensais, através da totalização da quantidade de serviços executados e aprovados pela fiscalização.

13.2. Prazos:



13.2.1. Prazo de início da execução: Se iniciará após a ordem de fornecimento emitida pelo gestor do contrato.

13.2.2 Prazo de pagamento: 30 dias após o recebimento e aceite do objeto com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente.

13.2.2.1. Os caldeireiros deverão assinar lista de presença, informando o dia, hora de chegada, saída a ser conferida pelo fiscal do contrato na unidade, bem como, sempre que questionado, os certificados atualizados de NR13/NR10 contendo nome completo e nome da empresa que executou o curso.

13.2.2.2. Ao final dos serviços de manutenção, seja ela corretiva ou preventiva, deverá a CONTRATADA emitir relatório dos serviços realizados, contendo a assinatura do responsável técnico da mesma e da fiscalização do local, em conformidade com os manuais e normas técnicas específicas.

13.2.2.3. Caso a contratada acumule chamadas de serviço em aberto por negligência, imperícia, omissão, equipe ou outro qualquer fator que comprometa o correto cumprimento do contrato, a nota fiscal de quitação do mês poderá ser retida até que todos os serviços tenham sido concluídos.

13.2.2.4. A comprovação de serviços em aberto e não realizados/concluídos será diagnosticada por troca de mensagens eletrônicas ou entrega de comunicação oficial da CONTRANTE para CONTRATADA.

13.2.2.5. Comprovada a inexecução de serviços, manutenção preventiva ou corretiva, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades previstas em Lei e nas retenções das notas fiscais emitidas.

13.2.2.6. A inadimplência da CONTRATADA, com referência às obrigações sociais, comerciais e fiscais não transfere à Administração da CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE

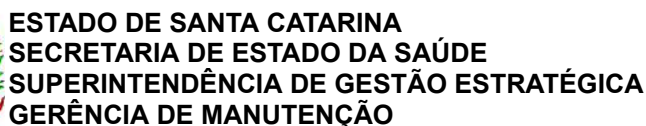
13.3. Do reajuste (art. 92, V, da Lei n.º 14.133/2021):

13.3.1. Os preços contratados serão irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data da proposta.

14.DO VALOR ESTIMADO (ART. 6º, XXIII, “I”; ART. 18º, IV, e ART. 23º e 24º DA LEI Nº 14.133/2021 e Instrução Normativa nº 16/2022/SEA)

Informamos que o valor que consta na requisição corresponde a uma estimativa de preço. A análise de preços completa (Planilha de Pesquisa de Preços) será realizada, posteriormente, pela Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras - DPGC.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 6º, XXIII, “J” DA LEI Nº 14.133/2021 e ART. 4º, VII, DO DECRETO ESTADUAL Nº 47/2023)



16. ANÁLISE DE RISCOS E MAPA DE RISCOS (ART. 18º, X, DA LEI Nº 14.133/2021 e ART. 4º, III, DO DECRETO ESTADUAL Nº 47/2023)

O documento está sendo elaborado por esta SES. No momento, estamos utilizando o modelo de Gestão de Riscos da SEA ([Incluso no Processo](#))

17. DAS PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

- a) Declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;
- b) Comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;
- c) Comprometem-se em notificar à Controladoria Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;
- d) Declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

18. DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

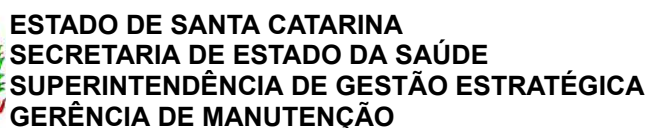
18.1. Observar o que dispõe a Lei nº 13.787, de 2018 que regula a digitalização e a utilização de sistemas informatizados para a guarda, o armazenamento e o manuseio de prontuário de paciente e a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), estabelece regras gerais sobre a proteção de dados e Ofício circular nº 28/2021 da SEA/SC.

18.2. A não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros;

18.3. A não efetuar nenhuma gravação ou cópia da documentação confidencial a que tiver acesso;

18.4. A não me apropriar de material confidencial e/ou sigiloso que venha a ser disponibilizado;

18.5. A não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-me por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por meu intermédio, e obrigando-me,

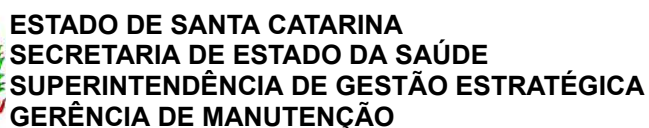


19. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

NOME	MATRÍCULA	TELEFONE	E-MAIL
André Carvalho Tavares	617958-4-02	(48) 3664-9005	tavaresac@saude.sc.gov.br
Rodrigo T B Senzaki	618298-1-02	(48) 3664-8811	senzakirtb@saude.sc.gov.br
Arnaldo Graupner	0716833-0-01	(48) 3664-8867	graupnera@saude.sc.gov.br
Janine Silveira dos Santos Siqueira	398235-1-06	(48) 3664-7266	siqueirajss@saude.sc.gov.br

20. GESTOR RESPONSÁVEL DA UNIDADE REQUISITANTE

NOME	MATRÍCULA	TELEFONE	<i>E-MAIL</i>
Aldilete Cardoso Alves Fantuci	0342202-0-03	(47) 3461-5529	hrhds@saude.sc.gov.br
Daywson Pauli Koerich	0375618-1-03	(48) 3664-9629	<u>hrsj@saude.sc.gov.br</u>
Paulo Carlos Brentano Junior	0671389-0-02	(48) 3664-3003	direcaoicsc@saude.sc.gov.br
Heloisa Pereira de Jesus	658682-1-01	(47) 3357-6600	geradhdwc@saude.sc.gov.br
Maria Cristina Mazzetti Subti	255353-8-02	949) 3289 8921	hmtr@saude.sc.gov.br
Levy Hermes Rau	360231-01-1	(48) 3664-3139	hijg@saude.sc.gov.br



--

NOME	MATRÍCULA	TELEFONE/<i>E-MAIL</i>
Roberto Henrique Benedetti	0256097-6-02	(48) 3664.8903 / suh@saude.sc.gov.br

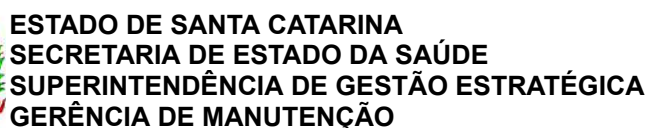
A validade deste documento está condicionada às assinaturas digitais no Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos - SGPe.

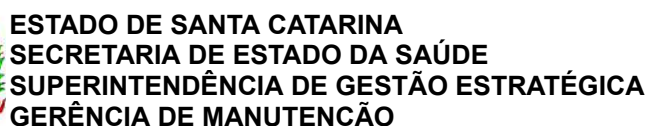
LEMBRAMOS QUE O MAPA DE RISCO DA SEA DEVE SER ANEXADO AO PROCESSO.



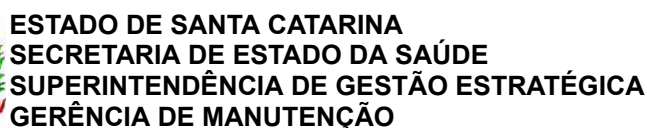
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
GERÊNCIA DE MANUTENÇÃO

Lote	Unidade	Item	Equipamento	Qtde	Funcionamento Diário	Qtde Mensal	Qtde Anual
Lote I	HRHDS	1	Caldeira estacionária, geradora de vapor saturado Marca: Simili; Modelo: HF. Ano de fabricação: 1981. Produção de vapor: 2.000 kg/h Pressão de trabalho: 8 kgf/cm Fonte energética: gás natural. Patrimônio : SES 084475 E SES 084476	2	16 horas de funcionamento de 2ª(segunda feira) a 6ª(sexta feira) ; 12 horas de funcionamento Sábado a domingo e feriados	2	24
		2	Conjunto de retorno de condensado Patrimônio : Sem patrimônio	1		1	12
		3	Conjunto gerador de água quente, com trocador de calor água/vapor Patrimônio : SES 084489	1		1	12
		4	Estação de redução e distribuição de vapor Patrimônio : Sem patrimônio*	1		1	12
Lote	Unidade	Item	Equipamento	Qtde	Funcionamento Diário	Qtde Mensal	Qtde Anual
Lote II	MDV	5	Módulo de Aquecimento de água: Aquecedores de passagem a gás GLP (marca: Komeco, modelo: KO 31D 1BFLP1 - Grande; capacidade de aquecimento: 30 L/min) com chaminés de exaustão, visor digital, no break, painel elétrico de comando, tubulações, filtros e bomba de recirculação. Potência nominal 88.752 kcal/h Patrimônio : SES 250982, SES 250984, SES 212129, SES 212344	2	Mensal / Uso 24hr do sistema	2	24
Lote II	MDV	6	Tanque acumulador de água quente Marca: Brasme; Volume: 2.000 litros Com Serpentina em inox para vapor; Bomba de recirculação com acionamento automático e temporizador de acionamento. Patrimônio : SES 212500	1	Mensal / Uso 24hr do sistema	1	12
		7	Boiler elétrico com capacidade de 1.000 litros elétrico Marca: Alex Bublitz Tensão: 380 volts Patrimônio : SES 269954	1		1	12
		8	Boilers elétricos com capacidade 500 litros Marca: sem identificação Patrimônio : SES 269950,SES 269951, SES 269952	3		3	36
		9	Boilers elétricos com capacidade 800 litros Marca: sem identificação Patrimônio : SES 269953	1		1	12
		10	Quadro de comando elétrico e controle, instrumentação, tubulações e bomba de recirculação, válvula, sensores, medidores, manômetros pressostatos, circulação/acionamento, interligação hidráulica e conexões. Patrimônio : SES 269953	1		1	12
Lote	Unidade	Item	Equipamento	Qtde	Funcionamento Diário	Qtde Mensal	Qtde Anual
LOTE III	HDWC	11	Caldeira estacionária, geradora de vapor saturado Marca: WECO Produção de vapor: 340 kg/h Pressão de trabalho: 8 kgf/cm² Fonte energética: lenha Patrimônio : Sem patrimônio*	1	Trabalho 10 horas diárias	1	12

[illegible]



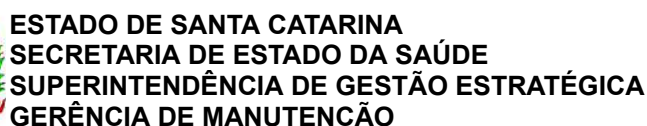
Pág. 522d6e369D-0DmYnKtKnHkAsIsSIdeddyWllgltNknKaIcAIPiaRaoGfXlElaíEnciacPasessestnsÍatlpBktqzQrptalNsJsgjeaaasa.grotykv/pdpdtalktkctawkaicínforanarwarassessSSSE8U00Z3S553V2O28oemóñngáGVNG97VNFPK2.



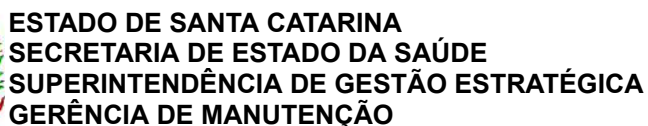
* Conforme ofício 1097/2023/GEACR, página 252 do PSES 132155/2023, em contato com as unidades hospitalares e com a GEPAT, estas informaram a numeração de alguns equipamentos, quanto aos equipamentos sem patrimônio, a maioria se trata de equipamentos antigos que necessitam de inspeção para emissão de NR13 para assim efetuar a patrimonialização.

Atestamos que a empresa _____, Inscrita no



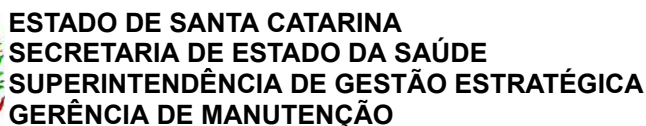


LOTES	Unidade	TIPO	Endereço	Telefone e Email
01	HRHDS (Hospital Regional Hans Dieter Schmidt)	Hospitalar	R. Xavier Arp, s/n - Boa Vista, Joinville - SC	(47) 3461-5500 hrhds@saude.sc.gov.br hrhdsdirecao@gmail.com
02	Maternidade Darcy Vargas (MDV)	Hospitalar	Rua Miguel Couto, s/n Anita Garibaldi - Joinville - SC	(47) 3461-5700 mdv@saude.sc.gov.br
03	HDWC (Hospital Doutor Waldomiro Colautti)	Hospitalar	R. Três de Maio, 998 - Centro, Ibirama - SC, 89140-000	(47) 3357-2555 hdwc@saude.sc.gov.br
04	HRSJ (Hospital Regional de São José Dr. Homero de Miranda Gomes)	Hospitalar	R. Adolfo Donato da Silva, s/n - Praia Comprida, São José - SC, 88103-450	(48) 3664-9700 R. Adolfo Donato da Silva, s/n - Praia Comprida, São José - SC, 88103-450
05	HGMTR (Hospital e Maternidade Tereza Ramos)	Hospitalar	R. Marechal Deodoro, 799, Centro, Lages/SC, CEP: 88501-001	(49) 3251-0000 / 3251-0002 hgmtr@saude.sc.gov.br direcaoht@gmail.com
06	Hospital Governador Celso Ramos (HGR)	Hospitalar	Rua Irmã Benwarda, 297 Centro - Florianópolis - SC	(48) 3251-7000 hcr@saude.sc.gov.br
07	Hospital Infantil Joana de Gusmão (HIJG)	Hospitalar	Rua Rui Barbosa, 152 Agrônômica - Florianópolis - SC	(48) 3251-9000 hijg@saude.sc.gov.br
8	Maternidade Dona Catarina Kuss (MDCK)	Hospitalar	Rua Brasilício Celestino de Oliveira, 209 Centro - Mafra - SC	(47) 3647-0610 mdck@saude.sc.gov.br



Ref: EDITAL nº XX/XXXX

CPF n°



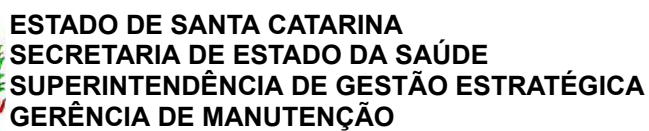
OBS2. Em caso afirmativo ou negativo, assinalar com “X” a ressalva acima.

Ref: EDITAL nº XX/XXXX

A empresa, inscrita no CNPJ sob o n.º, por intermédio de seu representante legal que esta subscreve, o(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade n.º..... e do C.P.F. n.º, DECLARA de que obedecerá na execução e desenvolvimento do seu trabalho a toda a legislação vigente e, em especial, às determinações da Lei Federal nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, regulamentada pela Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho e suas alterações, além das normas e procedimentos internos da contratante, das normas de engenharia de segurança, medicina e meio ambiente do trabalho aplicáveis à execução específica da atividade, apresentando, quando solicitado, cópia dos Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO e de Prevenção dos Riscos Ambientais – PPRA, de acordo com as Normas Regulamentadoras nº. 07 e 09, respectivamente da Portaria nº. 3.214, de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, conforme determina a Lei Federal nº. 6.514, de 22 de dezembro de 1977, e instalando e mantendo os Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SEESMT) e Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, considerando o número total de trabalhadores nos serviços, para o fiel cumprimento da legislação em vigor

Local/Data

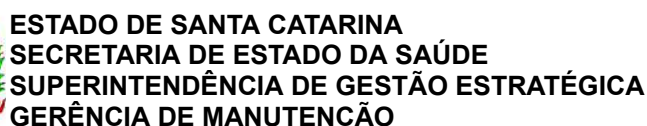
representante legal (com carimbo da empresa)



CPF n° _____

ANEXO X - ROTINA MÍNIMAS DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS

ANEXO X.A - ROTINA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA DA MÍNIMA NO SISTEMA DE AQUECIMENTO DE ÁGUA



Obs.: Conforme item 4.2.5. A palavra “verificar” utilizada neste Edital e nas descrições das rotinas de manutenção deve ser acompanhada das ações que buscam limpar, corrigir, sanar, regular, fixar, adequar, calibrar, testar, lubrificar, substituir, dentre outras ações necessárias para o perfeito funcionamento.

Obs.: Conforme item 4.2.5. A palavra “verificar” utilizada neste Edital e nas descrições das rotinas de manutenção deve ser acompanhada das ações que buscam limpar, corrigir, sanar, regular, fixar, adequar, calibrar, testar, lubrificar, substituir, dentre outras ações necessárias para o perfeito funcionamento.



Código para verificação: **A6X27O5P**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **DAYWSON PAULI KOERICH** (CPF: 003.XXX.659-XX) em 03/10/2023 às 17:33:53
Emitido por: "SGP-e", emitido em 05/07/2019 - 11:15:54 e válido até 05/07/2119 - 11:15:54.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **JOÃO AUGUSTO QUADROS** (CPF: 744.XXX.169-XX) em 03/10/2023 às 17:33:57
Emitido por: "SGP-e", emitido em 04/04/2019 - 11:19:07 e válido até 04/04/2119 - 11:19:07.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **ALDILETE CARDOSO ALVES FANTUCI** (CPF: 035.XXX.189-XX) em 03/10/2023 às 17:37:25
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:13:25 e válido até 13/07/2118 - 13:13:25.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **RUFIOUS ANTONIUS RODRIGUES SCHMITT** (CPF: 850.XXX.869-XX) em 03/10/2023 às 17:42:44
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 15:05:23 e válido até 13/07/2118 - 15:05:23.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **ALEXANDRE RAMOS CAMINHA** (CPF: 589.XXX.569-XX) em 03/10/2023 às 18:02:34
Emitido por: "SGP-e", emitido em 02/04/2019 - 18:48:21 e válido até 02/04/2119 - 18:48:21.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **HELOISA PEREIRA DE JESUS** (CPF: 030.XXX.589-XX) em 03/10/2023 às 18:54:08
Emitido por: "SGP-e", emitido em 08/04/2019 - 13:53:14 e válido até 08/04/2119 - 13:53:14.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **ELTON SCHORK** (CPF: 042.XXX.189-XX) em 04/10/2023 às 07:13:36
Emitido por: "SGP-e", emitido em 05/05/2023 - 10:40:22 e válido até 05/05/2123 - 10:40:22.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **LETÍCIA MECABÔ** (CPF: 039.XXX.979-XX) em 04/10/2023 às 09:52:59
Emitido por: "SGP-e", emitido em 22/03/2019 - 18:03:25 e válido até 22/03/2119 - 18:03:25.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **SCHEILA MEDEIROS FERNANDES** (CPF: 007.XXX.019-XX) em 04/10/2023 às 10:01:04
Emitido por: "SGP-e", emitido em 08/04/2019 - 19:02:09 e válido até 08/04/2119 - 19:02:09.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **INDIOMAR VENTURA GUEDES** (CPF: 745.XXX.169-XX) em 04/10/2023 às 10:29:55
Emitido por: "SGP-e", emitido em 09/04/2019 - 10:41:54 e válido até 09/04/2119 - 10:41:54.
(Assinatura do sistema)



- ✓ **MARIA CRISTINA MAZZETTI SUBTIL** (CPF: 376.XXX.310-XX) em 04/10/2023 às 12:12:48
Emitido por: "SGP-e", emitido em 18/01/2023 - 14:17:09 e válido até 18/01/2123 - 14:17:09.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **MICHEL MAXIMIANO FARACO** (CPF: 032.XXX.279-XX) em 04/10/2023 às 12:26:14
Emitido por: "SGP-e", emitido em 15/02/2023 - 16:11:13 e válido até 15/02/2123 - 16:11:13.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA** (CPF: 032.XXX.819-XX) em 04/10/2023 às 12:37:35
Emitido por: "SGP-e", emitido em 09/11/2021 - 14:26:24 e válido até 09/11/2121 - 14:26:24.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **GABRIELI MARQUES SOARES** (CPF: 097.XXX.309-XX) em 04/10/2023 às 14:29:01
Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/08/2021 - 11:50:53 e válido até 30/08/2121 - 11:50:53.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **LEVY HERMES RAU** (CPF: 802.XXX.669-XX) em 04/10/2023 às 14:34:46
Emitido por: "SGP-e", emitido em 11/09/2019 - 10:58:22 e válido até 11/09/2119 - 10:58:22.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **JEFERSON LOPES** (CPF: 036.XXX.569-XX) em 05/10/2023 às 16:17:31
Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/02/2019 - 13:25:29 e válido até 28/02/2119 - 13:25:29.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **ROMILTO DA LUZ** (CPF: 750.XXX.699-XX) em 19/10/2023 às 15:54:39
Emitido por: "SGP-e", emitido em 04/04/2019 - 11:38:49 e válido até 04/04/2119 - 11:38:49.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VtXzcwNTIfMDAxMzIxNTVfMTMzNTQwXzlwMjNfQTZYMjdPNVA=> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00132155/2023** e o código **A6X27O5P** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº

17 DE
Fevereiro
de 1999

Termo de Contrato de prestação de serviço, celebrado entre o ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e a empresa, através do PSES nº 132155/2023 - Cotação de Preços nº 1519/2023, na modalidade de Dispensa de Licitação.

CONTRATANTE:	Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde – FES
CNPJ:	80.673.411/0001-87
Endereço:	Rua Esteves Júnior, 160 – Ed. Halley – Centro – Florianópolis – SC – CEP 88.015-130
Representada por:	

CONTRATADA:	
CNPJ:	
Endereço:	
Representada por:	

GESTOR:	
Função:	
Unidade:	

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE

1.1. Constitui objeto do presente contrato a solicitação de contratação de empresa especializada em serviço de inspeção de segurança (recuperação, testes, calibração da instrumentação dos equipamentos) e prestação serviços de manutenção (manutenção preventiva mensal, manutenção detectiva, e corretiva com substituição de peças, inclusive as com desgaste temporal), para os geradores de vapor saturado e todas as linhas de distribuição ligados aos geradores que formam o vasos de pressão e prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva com substituição total das peças/componentes (inclusive as de desgaste temporal) visando o perfeito funcionamento dos sistemas de aquecimento de água, assim como, sua assistência técnica, com atendimento 24 horas por dia, com prestação de serviços de operacionalização dos equipamentos (operador de caldeira), para as unidades da SES conforme especificações contidas neste instrumento, no edital de COTAÇÃO DE PREÇOS nº 1519/2023 e seus anexos e da proposta julgada vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 – O compromisso será firmado por meio de Contrato com duração de 12 meses.

2.2 – O regime de execução da prestação dos serviços será de empreitada por preço unitário, no qual fornecimento e prestação de serviço associado: regime de contratação em que, além do fornecimento do objeto, o contratado responsabiliza-se por sua operação, manutenção ou ambas, por tempo determinado;

2.3 – Funcionários da contratada deverão apresentar-se sempre com identificação e/ou credencial na Unidade Solicitante respeitando as normas de cada instituição.

2.4 – O objeto deverá estar de acordo com as especificações do edital e atender a legislação a ele(s) pertinente(s);

2.5 – As quantidades licitadas e informadas são estimativas, podendo a contratante requisitar quantidades maiores ou menores conforme a efetiva necessidade, respeitando-se os limites estabelecidos pela legislação;

2.6 – A execução contratual observará as rotinas abaixo:

2.6.1 – O termo de referência trata-se da atividade de operação, estando inclusa todas as manutenções preventivas e corretivas dos equipamentos do sistema de geração vapor e de água quente existente com total substituição de peças/componentes inclusive as de desgaste temporal. As manutenções do sistema de geração de vapor e fornecimento/geração/armazenamento de água quente, contempla caldeiras, os aquecedores de passagem, boilers, interligação hidráulica, bombas, válvulas, respectivos mecanismos elétricos/eletrônicos comandos, entre outros, cujo o objetivo visa garantir o suprimento de vapor e água quente para consumo nas unidades hospitalares da SES, devendo estar incluso todas as manutenções a fim de garantir o atendimento às especificações das normas ABNT e leis, decretos e recomendações normativas das instituições públicas Municipais, Estaduais e Federais, bem como, as resoluções da diretoria coletiva (RDC's) da Anvisa. Nestas manutenções estão inclusas toda e qualquer substituição de peças e componentes que sejam necessários tais como bombas, motores elétricos, tubulações, válvulas, soldas, pintura e demais componentes que sejam necessários para o perfeito funcionamento do sistema, bem como o fornecimento de laudos, testes e demais documentações necessárias a fim de certificar que os equipamentos/sistemas estão funcionando perfeitamente .

2.6.1.1 – Os critérios das Manutenções Preventivas e Corretivas devem seguir o estabelecido nas normas técnicas vigentes e nas prescrições do fabricante dos equipamentos, de forma a assegurar o fornecimento ininterrupto de vapor e/ou água quente na unidade hospitalar. Para as caldeiras devem ser executadas de acordo com a NR 13 e relação anexa deste Termo de Referência.

2.6.1.1.1 – Na eventualidade de quebra ou manutenção técnica corretiva ou preventiva, não pode haver descontinuidade no fornecimento de vapor e/ou água aquecida para uso na unidade e serviços contratados. A solução deste problema, seja com locação ou fornecimento de equipamento provisório até o conserto definitivo, não terá ônus para a CONTRATANTE, independente da solução adotada pela Contratada.

2.6.1.1.2 – Qualquer procedimento de manutenção não poderá interromper o suprimento de água quente para o consumo, desta forma a CONTRATADA deverá certificar-se das medidas necessárias para evitar interrupções.

2.6.2 – Manutenção Corretiva – os serviços de manutenção corretiva dar-se-ão por solicitação do operador da caldeira, responsável técnico da contratada ou fiscal do contrato visando à eliminação de defeitos elétricos ou mecânicos ocasionais dos equipamentos descritos no ANEXO 1(Especificação do objeto) deste Termo de Referência, devendo tal correção ser efetuada mediante solicitação feita através de telefone/email e para chamada de emergência, disponibilizado pela empresa contratada;

2.6.3 – Manutenção Detectiva – A manutenção detectiva, ou investigativa, é realizada por meio de inspeções e análises de uma equipe especialista que detecta falhas que poderiam ser imperceptíveis em análises tradicionais. A manutenção detectiva pressupõe a análise de modo periódico com um cronograma que determina o intervalo de tempo específico. Esta manutenção busca evitar que os equipamentos parem de vez sem que haja um plano de contingencial e ações e materiais já levantados previamente, ou ainda que não aconteçam falhas que comprometam a segurança das pessoas e do local. Os testes de detecção de falhas são feitos para checar se há algo que não está funcionando.

2.6.4 – Manutenção Corretiva Programada/Planejada – realização de serviço de manutenção para correção de problemas detectados nas inspeções realizadas.

2.6.5 – Substituição de peças, componentes e acessórios. As peças, componentes e acessórios, quando necessário, serão substituídas sempre por outras peças, componentes e acessórios, novos e originais, quando os equipamentos não estiverem na garantia dos fabricantes;

2.6.6 – Calibração dos dispositivos de segurança (manômetros, válvulas, pressostatos, termômetros, transdutores, entre outros) instalados nos equipamentos listados no Quadro 1, com emissão do certificado de conformidade. Fornecimento da etiqueta adesiva indelével com data da próxima calibração;

2.6.7 – Elaboração, Registo, reconstituição dos prontuários, projetos e demais documentos previsto NR13 e demais LEIS, Decretos e recomendações técnicas pertinentes a Caldeira e vasos de Pressão;

2.6.8 – Produzir “As built” das instalações existentes das centrais de geração de vapor e água quente, entende-se como centrais a última conexão de fornecimento antes da rede ser distribuída a unidade que atende os ambientes de consumo;

2.6.9 – A Contratada deverá fornecer semestralmente e sempre que solicitada os registros de segurança dos vasos de pressão disponibilizados nas unidades, contendo o atendimento à NR 13, caso seja imperativo a entrega destes.

2.6.10 – Operação – operação do gerador de vapor (caldeira) deve ser realizado por pessoal capacitado conforme a NR 13, envolvendo o treinamento e a elaboração de manual de operação, conforme item 13.4.3.1 da NR 13 reproduzido abaixo, que ficará disponível junto ao equipamento na Unidade. Fornecer cópia impressa e digitalizada do manual de operação para a SES.

“13.4.3.1 Toda caldeira deve possuir manual de operação atualizado, em língua portuguesa, em local de fácil acesso aos operadores, contendo no mínimo:

- 1. procedimentos de partidas e paradas;*
- 2. procedimentos e parâmetros operacionais de rotina;*
- 3. procedimentos para situações de emergência;*
- 4. procedimentos gerais de segurança, saúde e de preservação do meio ambiente.”*

2.6.11 – DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

2.6.11.1 – Os serviços deverão ser executados nas unidades Hospitalares administradas pela Secretaria do Estado de Santa Catarina que possuem Caldeiras e boilers, ou aquecedores de passagem com reservatório térmico em seu parque fabril (HRSJ, HRHDS, HGCR, HIJG,MDV, HDWC e HGMTR);

2.6.11.2 – A empresa contratada deverá apresentar CREA, CRQ e ART de serviços e produtos como documentações complementares desta contratação, as empresas deverão comparecer

nesta unidade para efetuarem os devidos serviços que deverão ser acompanhados pela FISCALIZAÇÃO/REPRESENTANTE DA SES;

2.6.11.3 – A empresa contratada deverá realizar visitas de vistorias a fim de realizar as manutenções preventivas e detectivas nos equipamentos no mínimo uma vez por semana onde deverá apresentar relatórios individuais de checklist dos equipamentos aos FISCALIS/REPRESENTANTE DA SES;

2.6.11.4 – A empresa contratada deverá realizar serviços de manutenção preventiva e corretiva da rede de distribuição de vapor e geração e fornecimento de água quente, mantendo sem vazamento, com isolamentos intactos e os registros em pleno funcionamento;

2.6.11.4.1 – Manutenção preventiva e corretiva do sistema de geração de vapor e sistema de geração e fornecimento de água quente incluindo seus reservatórios, instrumentação, quadros elétricos e comando e sua interligação hidráulica, de maneira a garantir o fornecimento da demanda pela unidade hospitalar, estando em conformidade com as prescrições das normas e legislações vigentes. Sendo assim, suas especificações técnicas devem estar em explícita conformidade com a qualidade de água para seu consumo, devendo a empresa realizar todas as adequações necessárias para o cumprimento da qualidade, fluxo, controle de operação e pressão exigidos sem qualquer ônus a mais para a SES-SC.

2.6.11.4.2 – Os serviços aqui previstos (manutenções preventiva e corretiva), não devem afetar a capacidade de fornecimento estando inclusas todas os testes elétricos, mecânicos e hidráulicos, revisão, calibragem, verificação das condições operacionais do equipamento, análises de vazamentos, condições de lubrificação de componentes internos, eficiência, consumo elétrico, limpeza dos equipamentos e da área da central, bem como o ponto de captação de água/GN/GLP.

2.6.11.4.3 – A Contratada deve providenciar um mapeamento detalhado dos locais as quais estão instaladas os sistemas de geração e fornecimento de vapor e sistema de geração e fornecimento de água quente, produzindo testes e laudos detalhados das centrais existentes, todos os testes necessários devem ser conduzidas de maneira que não haja interrupção ou diminuição do fornecimento de água quente a todos os pontos da unidade. A contratada deve produzir, a partir do mapeamento do local um Relatório de vistoria técnica inicial, com a descrição das condições que se encontram as estruturas e os equipamentos existentes a fim de apresentar um cronograma de ajustes (manutenção) e adaptações que julgar necessário para fornecimento adequado através das redes existentes nas unidades de maneira a atender as unidades hospitalares. Este cronograma deve ser entregue à SES-SC no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da assinatura do contrato, cujas atividades previstas no cronograma devem ser alinhadas junto aos fiscais das unidades para que todas as adaptações/correções e ajustes necessários sejam concluídos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, com a exceção das intervenções emergenciais, que possam acarretar em risco desabastecimento dos pontos de consumo, para estes casos devem as intervenções devem ser concluídas em 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato a contar da assinatura do contrato. Os custos de instalação/operação serão todos por conta da CONTRATADA não acarretando em nenhum ônus adicional à CONTRATANTE.

2.6.11.4.3.1 – A CONTRATADA deverá finalizar a vistoria técnica inicial em até 20 (vinte) dias após a assinatura do contrato, esse prazo pode ser ampliado desde de que previamente autorizado pelo Gestor do contrato.

2.6.11.4.3.2 – A CONTRATADA deverá gerar um relatório detalhado a partir das informações coletadas na vistoria técnica inicial, que deverá ser entregue para avaliação da CONTRATANTE. O Relatório deve conter no mínimo as seguintes informações:

2.6.11.4.3.3 – Deve ser analisado em que condições técnicas estão operando o sistema de água quente e reservatórios das unidades;

2.6.11.4.3.4 – Devem ser analisadas possíveis vazamentos, em conexões, na tubulação, nas linhas de vapor, vasos de pressão e reservatórios de água quente, na exaustão do gás para o ambiente, se os instrumentos de operação e os aquecedores de passagem estão funcionando corretamente;

2.6.11.4.3.5 – A empresa deve entregar um cronograma de intervenções e melhorias/correções necessárias.

2.6.11.4.3.6 – Uma vez que as redes trabalham sob pressão devem ser providenciadas um relatório conforme as exigências da NR 13 (vasos de pressão, válvulas de segurança, calibração), nos casos em que couber esta exigência, justificada pela empresa CONTRATANTE.

2.6.11.4.4 – A Contratada deve providenciar ajustes nas instalações existentes a fim de adequar, sempre buscando uma melhor eficiência do sistema, contudo a Contratada poderá propor o rearranjo dos equipamentos existentes buscando otimizar o espaço e a produção de água aquecida e seu armazenamento. Todos os custos de rearranjo dos equipamentos existentes e eventuais avarias correrão por conta da Contratada.

2.6.11.4.5 – Ficará a cargo da CONTRATADA fornecer toda a mão de obra, materiais necessários para realização das intervenções necessárias e previstas no Relatório de Avaliação Técnica Inicial, sem qualquer ônus a CONTRATANTE, devendo todas as adaptações estarem concluídas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos da assinatura do contrato. Esse prazo somente poderá ser prorrogado caso exista prévia autorização pela CONTRATANTE.

2.6.11.4.6 – A CONTRATADA deve informar dos possíveis riscos existentes nas adaptações e manutenções necessárias em caso de necessidade de medidas emergenciais em caso de ocorrência de acidentes. Ficando a cargo da CONTRATADA fornecer e instalar as placas de advertência de riscos e de situações de emergência bem como a sinalização, esse serviço não deve acarretar qualquer ônus à contratante.

2.6.11.5 – MANUTENÇÃO CORRETIVA: Os procedimentos de manutenções corretivas tem por objetivo o restabelecimento/reparos ou readequação dos componentes dos equipamentos do sistema às condições ideais de funcionamento, eliminando defeitos mediante a execução de regulagens, ajustes mecânicos e eletrônicos, por meio do diagnóstico do defeito apresentado substituição de peças, componentes e/ou acessórios que se apresentarem danificados, gastos ou defeituosos (inclusive as com desgaste temporal), entre outros procedimentos que se façam necessários, a fim de realizar correção de anormalidades, da realização de testes e calibrações que sejam necessárias para garantir o retorno dos equipamentos/acessórios que compõe o sistema às condições normais de funcionamento. Estes procedimentos deverão ser atestados por meio de laudo técnico específico, assinado pelo fiscal responsável da CONTRATADA, o qual deverá conter a discriminação do defeito.

A) A manutenção corretiva será realizada sempre que necessário e a qualquer tempo, devendo a CONTRATADA comunicar imediatamente os problemas identificados à CONTRATANTE, solicitando autorização para execução dos serviços;

B) A manutenção corretiva incluirá serviços de atendimento a chamados de emergência, que tem como finalidade vistoriar, diagnosticar e solucionar falhas ocorridas nas centrais.

C) Substituição de peças, componentes e acessórios. As peças, componentes e acessórios, quando necessário, serão substituídos sempre por outras peças, componentes e acessórios, novos e originais, quando os equipamentos não estiverem na garantia dos fabricantes.

2.6.11.5.1 – A manutenção corretiva é aquela destinada a solucionar os defeitos apresentados, compreendendo reparação, substituição de peças, restauração dos componentes e de todas as atividades necessárias à garantia do perfeito funcionamento da rede, bem como, da correção de normalidades, da realização de testes e calibração que sejam necessárias para garantir às condições normais de funcionamento. Deverá ainda a equipe técnica da Contratada, ao final dos serviços de manutenção, emitir relatório dos serviços realizados, em conformidade com os manuais e normas técnicas específicas.

2.6.11.5.2 – A manutenção corretiva incluirá serviços de atendimento a chamados de emergência, que tem como finalidade vistoriar, diagnosticar e solucionar falhas ocorridas no equipamento mantido, visando e garantindo o funcionamento dos equipamentos/acessórios que compõem o sistema de geração de vapor e sistema de geração/conservação/distribuição de água quente e seu armazenamento nos padrões estabelecidos. As chamadas corretivas podem ser iniciadas mediante solicitação da CONTRATANTE feita para e-mail dedicado e disponibilizado pela CONTRATADA, tendo no título ou corpo da mensagem informações que foram constatadas o defeito, ou ainda, a CONTRATADA pode dar aviso da necessidade de realização de uma manutenção corretiva.

2.6.11.6 – **MANUTENÇÃO PREVENTIVA:** tem por objetivo evitar a ocorrência de defeitos que reduzam ou limitem a capacidade de fornecimento/geração de vapor e/ou água quente, buscando diminuir as possibilidades de paralisações, de ocorrência sejam elas provenientes de desgastes ou envelhecimento de seus componentes contemplando desta maneira todos os serviços que visem manter os equipamentos, funcionando em condições normais, conservando-os dentro dos padrões de operacionalidade e segurança e em perfeito estado de funcionamento. Primordialmente devem ser seguidas as especificações constantes no manual técnico compreendendo: manutenção do bom estado de conservação, substituição de componentes que comprometam o bom funcionamento, modificações necessárias com objetivo de atualização dos aparelhos, limpeza, regulagem, inspeção, calibração e testes, entre outras ações que garantam a operacionalização dos equipamentos e instalações, devendo ser realizada no mínimo a cada 30 (trinta) dias. Realizar a manutenção técnica preventiva dos equipamentos de propriedade da CONTRATANTE, sem interferir nas atividades. Todas as atividades que buscam prevenir tem a finalidade de conduzir os equipamentos mantidos a uma operação mais próxima possível das condições de projeto, bem como evitar danos e vazamentos que provocam a perda de eficiência do sistema.

2.6.11.6.1 – Neste sentido a manutenção preventiva a ser executada a partir do início da contratação dos serviços se destina a reduzir a possibilidade de ocorrência de defeitos, falhas que promovam a interrupção ou redução do suprimento de vapor e/ou água quente ao longo da linha devido à incapacidade do sistema de geração e fornecimento da vazão necessária para

alimentação dos pontos existentes. Portanto estão englobadas todas as intervenções periódicas nos sistemas, subsistemas, equipamentos e componentes que resultem na conservação e na recuperação do estado operacional para que sejam mantidas as condições de fornecimento de vapor e/ou água quente em termos de pressão, vazão e qualidade da água ao longo das linhas de fornecimento.

2.6.11.6.2 – Os serviços deverão ser executados dentro dos mais altos padrões técnicos, obedecendo às normas técnicas pertinentes, bem como às recomendações dos fabricantes e legislação em vigor.

2.6.11.6.3 – A manutenção preventiva somente será medida pelo fiscal quando for realizada em equipamentos que estejam funcionando adequadamente.

2.6.11.6.4 – Contempla os serviços efetuados para manter os equipamentos funcionando em condições normais, tendo como objetivo diminuir a possibilidades de paralisações, compreendendo a manutenção do bom estado de conservação, substituição de componentes que comprometam o bom funcionamento, modificações necessárias com objetivo de atualização dos aparelhos, limpeza, regulagem, inspeção, calibração de testes, entre outras ações que garantam a operacionalização dos equipamentos que compõe o sistema.

2.6.12 – A empresa contratada deverá realizar serviços de higienização mensal dos equipamentos em questão, mantendo a conservação, o que garantirá uma vida útil dentro da programação conforme recomendações técnicas;

2.6.13 – A empresa deverá realizar a análise da água dentro do mês corrente e apresentar o laudo em no máximo 10 (dez) dias após a coleta da mesma, sendo analisados os parâmetros de acordo com a legislação vigente;

2.6.13.1 – O laudo previsto no item 2.6.13 deverá ser entregue em papel timbrado pela CONTRATADA ou por uma terceira devidamente credenciada, assinados pelos respectivos técnicos.

2.6.13.2 – A empresa contratada deverá realizar visitas de vistorias e coleta de água dos equipamentos (Caldeira) no mínimo uma vez por mês onde deverá apresentar relatório técnico e laudo de análise da água;

2.6.13.3 – A empresa contratada deverá realizar adição dos produtos, verificação e manutenção preventiva do sistema de tratamento e verificação dos circuitos;

2.6.14 – Os técnicos da empresa contratada deverão se adequar às regras das unidades hospitalares/secretaria do estado da Saúde de santa Catarina, bem como se apresentarem para execução dos serviços devidamente habilitados, treinados e com documentos de identificação e uniforme;

2.6.15 – A apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, emitida pelo Conselho Regional de Química – CRQ-SC e Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA – SC, será dentro do prazo máximo de 30 dias corridos, após assinatura do contrato;

2.6.15.1 – Em caso de a CONTRATADA opte por empresa Terceirizar o serviço de análise da Água a contratada de apresentar um contrato que firme o vínculo para execução das análises previstas e que a empresa esteja devidamente registrada Conselho Regional de Química – CRQ-SC e que demonstre ter profissionais registrados aptos a executar tal análise.

2.6.16 – Características do Serviço previstos para execução nos equipamentos:

2.6.16.1 – Abertura, limpeza, inspeção interna, fechamento, realização de todos os testes previstos na Norma Regulamentadora NR-13;

2.6.16.2 – Emissão de laudos, elaboração do prontuário da caldeira, de acordo com o item 13.4.1.7 da NR-13;

2.6.16.3 – Registro de Segurança, conforme item 13.4.1.9 da NR-13;

2.6.16.4 – Emissão de ART – Anotação de Responsabilidade Técnica e relatórios de inspeção, conforme item 13.4.4.14 da NR-13;

2.6.16.5 – Certificações de calibração dos dispositivos de segurança e elaboração do Manual de Operação, conforme item 13.4.3.1 da NR13;

2.6.16.6 – Troca das tubulações de entrada de água e saída de vapor, bem como a substituição das juntas de vedação, anéis de vedação e plugues para válvula de segurança, em virtude da abertura e fechamento da caldeira, peças essas já incluídas no valor total da proposta, que deverão ser fornecidas pelo prestador dos serviços.

2.6.16.7 – Emissão de ART para todos os serviços realizados;

2.6.16.8 – No final dos serviços, a caldeira deverá estar em perfeitas condições de operação e funcionamento, situação que deverá constar em relatório/laudo.

2.6.16.9 – Todos os serviços deverão ser realizados por profissional habilitado, de acordo com o item 13.3.2 da NR-13.

2.6.16.10 – Todos os custos para realização dos serviços serão por conta do contratado, inclusive deslocamento, estadia, alimentação, etc. dos profissionais.

2.6.16.11 – A empresa deve realizar DIARIAMENTE os seguintes serviços

2.6.16.11.1 – A Empresa deve providenciar profissionais legalmente habilitado(s) a fim de operar a(s) caldeira(s), conforme previsto na NR13, e apresentar sua certificação válida.

2.6.16.11.2 – Para atendimento emergência a CONTRATADA disponibilizará de uma equipe formada por profissionais totalmente qualificados no intuito da realização dos serviços de manutenção, para a CONTRATANTE, com prazo máximo de 04 (quatro) horas, após ser comunicada.

2.6.16.11.3 – Realização de troca de peças decorrentes de eventuais manutenções, sejam elas preventivas e corretivas e/ou preditivas.

2.6.16.11.4 – Emissão de relatórios de visita, com descritivo detalhado do serviço executado, informando peças substituídas e especificações das mesmas, caso necessite a realização de aquisição pela contratante.

2.6.16.11.4.1 – A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, ao final de cada ciclo de manutenções preventivas (mensalmente, trimestral, semestral), um relatório de manutenção preventiva no qual conste, no mínimo, a identificação das atividades atendidas no mês, registros de todas as intercorrências, assinatura do(s) técnico(s) responsável(is) pela execução dos serviços e anuência da fiscalização. Estes documentos devem vir em formato digital, de maneira ordeira e paginadas.

2.6.16.11.4.2 – A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE após a conclusão de cada chamado de manutenção corretiva, um relatório com a identificação do equipamento, identificação do problema manifestado, descrição das atividades corretivas, lista de peças substituídas, eventuais intercorrências, data e hora do registro e da conclusão do chamado, assinatura do técnico responsável pela execução do serviço e anuência da fiscalização ou do responsável da unidade que acompanhou a atividade.

2.6.16.11.4.3 – A CONTRATADA deve apresentar ao fiscal os relatórios mensalmente, trimestral, semestral e/ou anual até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, no qual foi realizada a rotina de manutenção.

2.6.16.11.5 – Definições para manutenção corretiva: A manutenção corretiva tem por finalidade

corrigir falhas e defeitos no funcionamento, não tendo periodicidade definida. Deverá ser executado sempre que necessário, mediante solicitação por escrito, por telefone ou e-mail.

2.6.16.11.6 – A empresa contratada deverá realizar os serviços de manutenção corretiva, por meio do envio de profissionais técnicos às dependências das unidades hospitalares da SES-SC que possuem caldeiras, para eliminação de falhas e outras providências, tantas vezes quantas forem necessárias, preenchendo na ocasião Relatório de Manutenção Corretiva, a ser entregue à FISCALIZAÇÃO dos serviços do contrato.

2.6.16.11.7 – Os serviços de manutenção corretiva serão executados sempre quando solicitados pelo CONTRATANTE, em função da ocorrência de quebras, falhas ou da constatação de mau funcionamento dos equipamentos, e consistirão de todos os procedimentos necessários a colocá-los em seu perfeito estado de uso, compreendendo, inclusive, as necessárias substituições de quaisquer peças, ajustes e reparos, em consonância com os manuais e normas técnicas específicas, além das descritas neste Termo.

2.6.16.11.8 – A empresa contratada deverá atender aos chamados para manutenção corretiva independentemente das datas ou periodicidades definidas para manutenção preventiva;

2.6.16.11.9 – Os chamados para realização de manutenção corretiva deverão ser atendidos em até 04 (quatro) horas, após a solicitação do CONTRATANTE, que será formalizada por telefone, correio eletrônico ou outro meio idôneo de comunicação, estando o tempo contado a partir do recebimento da mesma.

2.6.16.11.10 – Os serviços de manutenção corretiva serão executados no local onde os equipamentos encontram-se instalados, exceto nos casos em que em função da natureza do defeito apresentado, haja necessidade de deslocá-lo(s) até a oficina da CONTRATADA, quando será necessária a autorização do CONTRATANTE, em que o deslocamento incorra sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE;

2.6.16.11.11 – Ocorrendo deslocamento de um equipamento defeituoso à oficina da CONTRATADA que ultrapasse 03 (três) dias corridos, esta deverá proceder a sua substituição provisória por outro equivalente e em situação regular de funcionamento, a CONTRATADA deverá realizar a substituição provisória por outro equipamento de sua propriedade, promovendo as ações necessárias ao seu pleno funcionamento.

2.6.16.11.12 – Os equipamentos deslocados para realização de manutenção na oficina da CONTRATADA deverão retornar ao local de origem em perfeitas condições de uso e segurança, A CONTRATADA deverá previamente solicitar à FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE autorização para reinstalação dos equipamentos.

2.6.16.11.13 – Todas e quaisquer peças e componentes fornecidos para reposição serão fornecidos pela CONTRATADA, sem custos a mais para CONTRATANTE;

2.6.16.11.14 – Os serviços de manutenção corretiva somente serão aceitos pelo CONTRATANTE quando os equipamentos atingirem seu funcionamento ideal, após ateste pela FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE.

2.6.16.11.15 – A CONTRATADA deverá elaborar e preencher relatório discriminando, por equipamento, o resultado das aferições e inspeções, apresentando de forma detalhada as peças que foram substituídas e, ser for o caso, aquelas em que o desgaste indique que poderão falhar a qualquer momento para imediato agendamento da manutenção corretiva.

2.6.16.11.16 – Nos serviços incluem mão de obra comum e especializada, supervisão, fornecimento de materiais, peças, instrumentos padrão, ferramentas e utensílios necessários à execução destes serviços

2.6.16.12 – A empresa deve realizar MENSALMENTE os seguintes serviços;

2.6.16.12.1 – Verificação de funcionamento do sistema automático de controle do tempo de programação da combustão;

2.6.16.12.2 – Efetuar a medição de tensões do sistema trifásico dos equipamentos;

2.6.16.12.3 – Verificação dos componentes de segurança do cavalete de gás, do sensor de

chama, pressostatos de modulação e limite, simulação do nível baixo de água e acionamento manual das válvulas de segurança;

2.6.16.12.4 – Retirada dos eletrodos de ignição e sensor de chama, para limpeza e medição do isolamento para terra e colocação dos mesmos, devidamente regulados, quando necessário;

2.6.16.12.5 – Reaperto ou substituição das gaxetas dos conjuntos de bombas das caldeiras, quando necessário;

2.6.16.12.6 – Inspeção visual do rotor / ventilador;

2.6.16.12.7 – Verificação do alinhamento dos eixos das bombas com ajustamento dos parafusos que prendem os conjuntos eletrobombas à base, se necessário;

2.6.16.12.8 – Verificação das condições dos visores e limpeza dos mesmos, existentes nas caldeiras;

2.6.16.12.9 – Limpeza das telas dos diversos filtros; - Regulagem de combustão fazendo análise de gases da chaminé, com porcentagem dos teores de CO₂, O₂, CO (ppm), excesso de ar, rendimento e temperatura com utilização do analisador eletrônico para obtenção de maior eficiência, quando necessário.

2.6.16.12.10 – Visita do engenheiro responsável ou supervisor técnico (profissional habilitado) 01 (uma) vez no mês (mínimo) ou de acordo com as solicitações da contratante.

2.6.16.12.11 – Emissão de relatório mensal de serviços, contendo todos os serviços executados durante o período, junto a todas as Ordens de Serviço, sejam elas corretivas, preventivas ou preditivas;

2.6.16.13 – A empresa deve realizar TRIMESTRALMENTE os seguintes serviços;

2.6.16.13.1 – Inspeção do prontuário;

2.6.16.13.2 – Inspeção visual externa da unidade;

2.6.16.13.3 – Desmontagem do combustor principal e piloto, para limpeza geral;

2.6.16.13.4 – Verificação do funcionamento de todos os equipamentos internos do quadro elétrico;

2.6.16.13.5 – Verificação dos estados dos fios e cabos de comando e força elétrica e componentes externos, para substituição, se necessário;

2.6.16.13.6 – Abertura das tampas dianteiras e traseiras, dos tampões de fundo e da porta de visita (quando existente) para limpeza e inspeção interna;

2.6.16.13.7 – Verificação do estado geral dos refratários;

2.6.16.13.8 – Desmontagem para limpeza e inspeção dos eletrodos de nível da coluna e do corpo;

2.6.16.13.9 – Avaliação da espessura dos espelhos e fornalha através de END por ultrassom;

2.6.16.13.10 – Fechamento dos tampões de fundo e porta de visita com substituição das juntas de vedação;

2.6.16.13.11 – Raqueteamento e realização do teste hidrostático na unidade;

2.6.16.13.12 – Engaxetamento e fechamento das tampas dianteiras e traseiras;

2.6.16.13.13 – Start-up e regulagem de combustão fazendo análise de gases da chaminé, com porcentagem dos teores de CO₂, O₂, CO (ppm), excesso de ar, rendimento e temperatura com utilização do analisador eletrônico para obtenção de maior eficiência, quando necessário;

2.6.16.13.14 – Verificação dos componentes de segurança do cavalete de gás, do sensor de chama, pressostatos de modulação e limite, simulação do nível baixo de água e realização de ensaio de acumulação para confirmar a suficiência e a correta operação das válvulas de segurança;

2.6.16.13.15 – Substituição de componentes da caldeira, tais como, pedras, tijolos refratários, gaxetas, tamponamento de tubos, troca de tubos e chapas, substituição de bombas e correlatos imprescindíveis ao bom funcionamento das caldeiras.

2.6.16.13.16 – Fornecer através de seu Engenheiro, Guia ART, relatório de inspeção de segurança de acordo com a Portaria n.23 de 27/12/1994, e fazer as anotações no livro

competente. Tudo como determina a NR-13 do Ministério do Trabalho;

2.6.16.13.17 – Elaboração de relatório anual de manutenção das caldeiras, a fim de comprovação dos serviços executados pela contratada.

2.6.16.13.18 – Pelo fornecimento de qualquer esclarecimento de origem técnico que a CONTRATANTE julgar conveniente, e que seja solicitada antes, durante e depois da execução dos serviços, objeto deste contrato;

2.6.16.13.19 – Pintura anual em ambas caldeiras (vasos de pressão, tubulações, conexões, válvulas e correlatos).

2.6.16.13.20 – Pelo fornecimento de todo o pessoal necessário à execução dos serviços, objeto deste contrato, recrutando, selecionando e contratando em seu nome e sob sua exclusiva responsabilidade, será considerado para todos os efeitos legais e contratuais, como empregados da CONTRATADA;

2.6.16.13.21 – Se faz necessário a CONTRATADA possuir em seu quadro de funcionários um engenheiro mecânico devidamente registrado no CREA, para efeitos de responsabilidade técnica dos serviços executados (profissional habilitado);

2.6.16.13.22 – Providenciar para que todos os seus empregados se apresentem devidamente identificados, com carteira de Trabalho e Previdência Social em ordem e com crachá de identificação;

2.6.16.13.23 – Garantir que todos os empregados destacados para execução dos serviços cumpram todas as determinações estabelecidas pelo departamento de segurança do trabalho da CONTRATANTE;

2.6.16.13.24 – A CONTRATADA obriga-se a cumprir e a fazer cumprir as medidas de segurança, estabelecidas nas normas Reguladores aprovadas pela Portaria n.3214, de 02 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho e demais dispositivos legais pertinentes à matéria;

2.6.16.13.25 – Qualquer ocorrência de acidentes de trabalho que resultar em lesões pessoais ou danos materiais, a quem quer que seja a CONTRATADA ficará obrigada a comunicar imediatamente a ocorrência ao Departamento de Segurança do Trabalho da CONTRATANTE.

2.6.16.13.26 – Realizar calibração dos instrumentos de medição, assim como válvulas de segurança, com padrões rastreados a rede brasileira de calibração e emissão de certificado de calibração.

2.6.16.13.27 – Realizar teste de estanqueidade e demais testes previstos na NR 13;

2.6.16.14 – A respeito dos serviços e sub-operações previstos nos itens 9.6.16.11., 9.6.16.12. e 9.6.16.13., foram criados Legendas a fim de esclarecer pontos a serem realizados nos tipos de caldeiras presentes na SES-SC, para tanto deve ser entendido que:

G – Geral para ambas as caldeiras e pertences

E – Para caldeiras Elétricas

Q – Para caldeiras à GN e GLP

D – Para caldeiras à Diesel

L – Para caldeiras à Lenha

2.6.16.14.1 – Os serviços e operações decorrentes dos mesmos a serem realizados nos Reservatórios Básico (Casco) devem ser feitos seguindo o seguinte preceito:

2.6.16.14.1.1 – A abertura e limpeza interna -(G)

2.6.16.14.1.2 – A substituição da água (G);

2.6.16.14.1.3 – Pintura completa (G);

2.6.16.14.1.4 – Substituição das juntas das tampas de inspeção (G);

2.6.16.14.1.5 – Limpeza dos tubos de fogo, com escova de aço (Q, D);

2.6.16.14.1.6 – Verificação do material refratário (G), cinzeiros (L) e fornalhas (L);

2.6.16.14.1.7 – Teste de eficiência do isolamento térmico (G);

2.6.16.14.1.8 – Inspeção dos espelhos frontal e superior (G);

2.6.16.14.1.9 – Teste de estanqueidade (G);

- 2.6.16.14.1.10** – Análise das condições do isolamento térmico (G);
- 2.6.16.14.1.11** – Verificação de vazamentos (G);
- 2.6.16.14.1.12** – Substituição de resistências elétricas (E), flanges, borners, e cabos elétricos e correlatos (G).
- 2.6.16.14.2** – Os serviços e operações decorrentes dos mesmos a serem realizados nos Sistema de alimentação/purga de água devem ser feitos seguindo o seguinte preceito:
- 2.6.16.14.2.1** – Dos rolamentos da moto-bomba (G);
- 2.6.16.14.2.2** – Do selo mecânico da moto-bomba (G);
- 2.6.16.14.2.3** – Da válvula de descarga de fundo, conjunto completo de drenagem (G);
- 2.6.16.14.2.4** – Dos reparos dos injetores de água (G);
- 2.6.16.14.2.5** – Das gaxetas (G);
- 2.6.16.14.2.6** – Dos elementos elásticos de acoplamento (G);
- 2.6.16.14.2.7** – Da válvula de retenção (G);
- 2.6.16.14.2.8** – Pintura do conjunto moto-bomba (G);
- 2.6.16.14.2.9** – Reaperto das gaxetas (G);
- 2.6.16.14.2.10** – Lubrificação dos rolamentos (G);
- 2.6.16.14.2.11** – Teste de performance (G);
- 2.6.16.14.2.12** – Verificação de vazamentos (G);
- 2.6.16.14.3** – Os serviços e operações decorrentes dos mesmos a serem realizados nos Sistema de aquecimento e queimadores, devem ser feitos seguindo o seguinte preceito:
- 2.6.16.14.3.1** – Revisão completa nos queimadores a diesel/gás (D, Q);
- 2.6.16.14.3.2** – Troca dos rolamentos do motor elétrico (G);
- 2.6.16.14.3.3** – Teste de eficiência do transformador de ignição (D, Q);
- 2.6.16.14.3.4** – Teste de eficiência da bomba de óleo (D);
- 2.6.16.14.3.5** – Teste de eficiência e regulagem das válvulas de gás incluindo a respectiva instrumentação de monitoramento e controle, como manômetros, etc.(Q);
- 2.6.16.14.3.6** – Testes de funcionamento dos controladores (G);
- 2.6.16.14.3.7** – Troca do filtro da bomba de óleo (D);
- 2.6.16.14.3.8** – Substituição dos bicos de queima de óleo (D);
- 2.6.16.14.3.9** – Troca dos eletrodos de ignição, com cabos (D, Q);
- 2.6.16.14.3.10** – Substituição da fotocélula de controle (D, Q);
- 2.6.16.14.3.11** – Verificação de funcionamento do ventilador (D, Q);
- 2.6.16.14.3.12** – Teste do servo motor (D, Q);
- 2.6.16.14.3.13** – Teste das solenóides de óleo/gás (D, Q);
- 2.6.16.14.3.14** – Regulagem da alimentação de ar (D, Q);
- 2.6.16.14.3.15** – Pintura do conjunto (G);
- 2.6.16.14.3.16** – Revisão completa no painel elétrico (G);
- 2.6.16.14.3.17** – Temperatura dos contatos elétricos – pirômetro (G);
- 2.6.16.14.3.18** – Teste de todas as contadoras e reles (G);
- 2.6.16.14.3.19** – Simulação de operação do sistema (G);
- 2.6.16.14.3.20** – Pintura do painel (G);
- 2.6.16.14.3.21** – Teste de funcionamento dos queimadores a óleo (D);
- 2.6.16.14.3.22** – Verificação da pressão da bomba (D);
- 2.6.16.14.3.23** – Limpeza dos bicos (D);
- 2.6.16.14.3.24** – Regulagem dos eletrodos de ignição (D);
- 2.6.16.14.3.25** – Limpeza dos filtros de óleo diesel da rede e da bomba (D).
- 2.6.16.14.4** – Os serviços e operações decorrentes dos mesmos a serem realizados nos Sistema de controle e segurança ,devem ser feitos seguindo o seguinte preceito:
- 2.6.16.14.4.1** – Teste de funcionamento do sistema (G);
- 2.6.16.14.4.2** – Aferição dos pressostatos (G);

- 2.6.16.14.4.3 – Aferição do manômetro de controle – erro máximo 2,5% (G);
- 2.6.16.14.4.4 – Desmontagem da garrafa de nível (G);
- 2.6.16.14.4.5 – Verificação dos eletrodos e conjunto eletroeletrônico de controle (G);
- 2.6.16.14.4.6 – Troca do vidro de visor, com suas respectivas guarnições (G);
- 2.6.16.14.4.7 – Troca da válvula de descarga (G);
- 2.6.16.14.4.8 – Verificação dos sinais elétricos: liga/desliga/segurança (G);
- 2.6.16.14.4.9 – Teste de funcionamento do alarme sonoro (G);
- 2.6.16.14.4.10 – Simulação de excesso de pressão na cuba (G);
- 2.6.16.14.4.11 – Simulação de falta de água na cuba (G);
- 2.6.16.14.4.12 – Simulação de controle de chamas (D, Q);
- 2.6.16.14.4.13 – Revisão da válvula de segurança (G);
- 2.6.16.14.4.14 – Aferição em bancada de teste (G);
- 2.6.16.14.4.15 – Limpeza dos pressostatos (G);
- 2.6.16.14.4.16 – Aferição em bancada de teste (G);
- 2.6.16.14.4.17 – Teste de funcionamento da garrafa de nível (G);
- 2.6.16.14.4.18 – Teste de funcionamento do alarme sonoro (G);
- 2.6.16.14.4.19 – Teste de funcionamento manual das válvulas de segurança (G).
- 2.6.16.14.5 – Os serviços e operações decorrentes dos mesmos a serem realizados nos Sistema de distribuição de vapor / Barrilete, devem ser feitos seguindo o seguinte preceito:
- 2.6.16.14.5.1 – Desmontagem completa das válvulas de saída de vapor (G);
- 2.6.16.14.5.2 – Troca dos reparos de operação (G);
- 2.6.16.14.5.3 – Troca dos reparos de fechamento (G);
- 2.6.16.14.5.4 – Troca das gaxetas de vedação (G);
- 2.6.16.14.5.5 – Aperto em todas as gaxetas de vedação (G);
- 2.6.16.14.5.6 – Lubrificar sistema de operação com grafite (G);
- 2.6.16.14.5.7 – Operar todas as válvulas (G);
- 2.6.16.14.5.8 – Verificação e limpeza dos purgadores termodinâmicos (G);
- 2.6.16.14.5.9 – Verificação e limpeza dos filtros de linha (G);
- 2.6.16.14.5.10 – Verificar vazamentos de vapor (G);
- 2.6.16.14.6 – Os serviços e operações decorrentes dos mesmos a serem realizados nos Geradores de Água quente, devem ser feitos seguindo o seguinte preceito:
- 2.6.16.14.6.1 – Teste de performance dos sistemas de alimentação (G);
- 2.6.16.14.6.2 – Troca dos rolamentos das moto-bombas de circulação (G);
- 2.6.16.14.6.3 – Pintura das moto-bombas (G);
- 2.6.16.14.6.4 – Teste do sistema elétrico (G);
- 2.6.16.14.6.5 – Contadoras, reles, fusíveis, botoeiras, etc (G);
- 2.6.16.14.6.6 – Troca de reparos de válvulas diversas (G);
- 2.6.16.14.6.7 – Entrada de água fria (G);
- 2.6.16.14.6.8 – Entrada de vapor na serpentina (G);
- 2.6.16.14.6.9 – Saída de água quente (G);
- 2.6.16.14.6.10 – De segurança (G);
- 2.6.16.14.6.11 – De dreno de condensado (G);
- 2.6.16.14.6.12 – Teste de performance do isolamento térmico (G);
- 2.6.16.14.6.13 – Teste hidrostático no sistema (G);
- 2.6.16.14.6.14 – Limpeza interna (G);
- 2.6.16.14.6.15 – Troca das juntas das tampas de inspeção (G);
- 2.6.16.14.6.16 – Teste das condições operacionais da serpentina de vapor (G);
- 2.6.16.14.6.17 – Teste dos termômetros e manômetros (G);
- 2.6.16.14.6.18 – Verificação do conjunto de controle de temperatura (G);
- 2.6.16.14.6.19 – Pintura externa do boiler (G);

2.6.16.14.6.20 – Reaperto geral das válvulas (G);

2.6.16.14.6.21 – Gaxetas, parafusos, corpo. (G);

2.6.16.14.7 – Os serviços e operações decorrentes dos mesmos a serem realizados nas linhas de Retorno de condensado, devem ser feitos seguindo o seguinte preceito:

2.6.16.14.7.1 – Manutenção e recuperação dos reservatórios de retorno de condensado e alimentação das caldeiras (G);

2.6.16.14.7.2 – Manutenção das Bombas de elevação (G);

2.6.16.14.7.3 – Manutenção das tubulações de interligação entre caldeiras e reservatórios de alimentação (G).

2.6.16.14.8 – Os serviços e operações decorrentes dos mesmos a serem realizados na Estação redutora de pressão e pertences, devem ser feitos seguindo o seguinte preceito:

2.6.16.14.8.1 – Recuperação das válvulas redutoras de pressão (G);

2.6.16.14.8.2 – Manutenção e verificação de interligação (G);

2.6.16.14.8.3 – Revestimento térmico (G);

2.6.16.14.8.4 – Verificação de manômetros (G);

2.6.16.14.8.5 – Manutenção de válvulas de segurança (G);

2.6.16.14.8.6 – Revisão dos purgadores de condensado e separadores (G);

2.6.16.14.8.7 – Válvulas de fluxo e conexões pertinentes(G);

2.6.16.14.8.8 –Suportes de ancoragem e pintura (G).

2.6.16.14.9 – Os serviços e operações decorrentes dos mesmos a serem realizados relativos a Operação geral, devem ser feitos seguindo o seguinte preceito:

2.6.16.14.10 – O serviço regulagem/operação de caldeira deve ser realizado por um profissional devidamente qualificado que será responsável pela caldeira, devendo este garantir o bom funcionamento do equipamento e ainda realizar sua manutenção sempre que possível. Devendo estar presentes no local a fim de checar tudo, por vezes, visando evitar riscos aos trabalhadores da unidade, pacientes, a si próprio, aos equipamentos e instalações.

2.6.16.14.11 – As manutenções diárias/ pequenos reparos necessários, o operador de caldeiras, se utilize dos devidos EPI's.

2.6.16.14.12 – Fazem parte das atividades diárias do operador de caldeira:

2.6.16.14.12.1– Operar e controlar o funcionamento das caldeiras

2.6.16.14.12.2 – Zelar pela qualidade da água utilizada no processo de maneira a controlar os parâmetros adequados;

2.6.16.14.12.3 – O operador deve trabalhar seguindo as normas e procedimentos de segurança;

2.6.16.14.12.4 – A dever do profissional garantir o fornecimento de vapor para produção de calor ou energia, conforme demanda da unidade;

2.6.16.14.12.5 – Zelar pela manutenção das tubulações, válvulas, registros, instrumentos e acessórios, limpando-os, lubrificando-os, substituindo partes danificadas.

2.6.16.14.12.6 – Todos os dias, o operador deve colocar a caldeira em funcionamento, acendendo o combustível e ajustando o mecanismo de alimentação para aquecer e vaporizar a água e abastecê-la quando necessário;

2.6.16.14.12.7 – Verificar constantemente as válvulas, bombas, manômetros e outros instrumentos de controle (manômetros e termostatos);

2.6.16.14.12.8 – Fazer os ajustes e conexões necessários e observar possíveis vazamentos para garantir que estejam funcionando corretamente;

2.6.16.14.12.9 – Atuar ocasionalmente na descarga inferior para limpeza interna da caldeira;

2.6.16.14.12.10 – Manter e atualizar documentos de caldeiras, registros de segurança, projetos de instalação, projetos de alteração ou reparo e relatórios de inspeção para controle e inspeções finais;

2.6.16.14.12.11 – Controlar o suprimento enérgico (Fonte Elétrica, GN e GLP, Diesel, Lenha) se existe risco de desabastecimento e comunicar ao fiscal;

2.6.16.14.12.12 – Deve realizar a medição dos níveis de água e vapor para garantir o bom funcionamento e a operação segura do equipamento;

2.6.16.14.12.13 – Solicitar peças de reposição quando perceber a necessidade de evitar o tempo de inatividade do equipamento;

2.6.16.14.12.14 – Garantir a manutenção simples de tubulações, válvulas, registros, instrumentos e acessórios, limpeza, lubrificação e substituição de peças danificadas, solicitando suporte para casos mais complexos por meio de equipes de manutenção;

2.6.16.14.12.15 – Preocupar-se com a segurança individual e coletiva na operação dos equipamentos, seguindo procedimentos específicos adquiridos em treinamentos no uso e segurança dos equipamentos para se proteger de riscos e acidentes de trabalho;

2.6.16.14.12.16 – Prestar atenção à ordem e limpeza do local de trabalho, removendo resíduos, lixo, materiais de descarte, etc;

2.6.16.14.12.17 – Auxiliar na montagem e desmontagem de estruturas, substituição de peças, ajuste e vedação de tubagens e outros;

2.6.16.14.13 – No quadro a seguir são compiladas atividades mínimas, podendo ser realizadas mais atividades e com maior frequência, as atividades não estando descartada as atividades previstas nos itens anteriores, fazendo parte dos serviços de operacionalização dos equipamentos listados no quadro 01, por profissional caldeireiro, devidamente treinado pela Contratada de acordo com a NR 13, por meio de postos de trabalho com a carga horária indicada, para as unidades abaixo:

Diário*	Mensal	Trimestral	Semestral
(1) Verificar Nível de Água	(1) Inspeccionar a operação do queimador	Análise de combustão	(1) Desligamento e despressurização da caldeira
(2) Purga da Cuba de Nível	(2) Verificar vazamento de gases de combustão	Limpeza da bomba e filtro de óleo	(2) (2) Abertura da porta frontal, tampa traseira e portas de inspeção
(3) Purga da Cuba de Nível	(3) Acionamento manual da válvula de segurança	(3) Verificar os tanques de armazenamento de óleo	(3) Limpeza das molas de aço e das superfícies da fornalha
(4) Registrar tratamento de Água de acordo com o estabelecido	(4) Revisão da purga de caldeira	(4) Verificar os reguladores das válvulas pneumáticas	(4) Limpeza das superfícies internas em contato com a água e vapor.
(5) Registrar pressão da caldeira	(5) Verificar todos os elementos filtrantes	(5) Verificar pré - aquecedores de óleo	(5) Limpeza dos eletrodutos de nível (sensor de falta d'água)
(6) Registrar temperatura/pressão da alimentação de água	(6) Verificar sistema de combustível		(6) Verificar o vidro do visor de nível
(7) Registrar temperatura dos gases de combustão	(7) Verificar indicadores luminosos e alarmes		(7) Calibração de instrumentos e válvulas de segurança
(8) Registrar temperatura/pressão do óleo	(8) Verificar controles operacionais e de segurança		(8) Verificar Tanque Blowdown
(9) Registrar pressão do gás	(9) Verificar funcionamento todos os motores		(9) Verificar Sistema de alimentação química
(10) Verificar funcionamento geral da caldeira/queimador			(10) Verificar conexões elétricas
			(11) Revisão do queimador incluindo troca de bicos (quando utilizado óleo) ou eletrodos (quando utilizado gás)

* Itens diários podem ser realizados mais de uma vez por dia.

UNIDADE	POSTOS DE TRABALHO	CARGA HORÁRIA
HDWC	01	10 horas diárias
HGMTR	HGMTR	18 horas 01 (um) semestre (novembro a abril) 24 horas 01 (um) semestre (maio a outubro)
HRDS	01	16 horas de 2ª a 6ª e 12 horas Sab, dom e feriados
HRSJ	01	24 horas diárias

2.6.16.14.14 – Em relação às válvulas de segurança, deve se proceder conforme previsto a NR13, devendo ser seguidas as recomendações realizar a atividades de acordo com as normas e legislação vigentes, em especial as previstas no item 13.4.4.8 da NR 13:A

13.4.4.8. As válvulas de segurança instaladas em caldeiras devem ser inspecionadas periodicamente conforme segue:

2 pelo menos 1 (uma) vez por mês, mediante acionamento manual da alavanca, em operação, para caldeiras das categorias B e C, excluídas as caldeiras que vaporizem fluido térmico e as que trabalhem com água tratada conforme previsto no item 13.4.3.3;

3 as válvulas flangeadas ou roscadas devem ser desmontadas, inspecionadas e testadas em bancada, e, no caso de válvulas soldadas, feito o mesmo no campo, com uma frequência compatível com o histórico operacional das mesmas, sendo estabelecidos como limites máximos para essas atividades os períodos de inspeção estabelecidos nos itens 13.4.4.4 e 13.4.4.5, se aplicável, para caldeiras de categorias A e B.

2.6.17 – LAUDO DE AVALIAÇÃO DO BEM SERVÍVEL/ INSERVÍVEL:

2.6.17.1 – A Contratada deve providenciar um LAUDO (entregue em versão física e digital), acompanhado de ART assinada por Engenheiro Mecânico, uma vez que se trata de equipamento perigoso que trabalha sobre pressão, contendo as seguintes informações:

2.6.17.1.1 – Avaliação Técnica com registro fotográfico e Testes estruturais (espessura de chapa, deterioração entre outros), devendo ser empregados métodos detectivos e ensaios não destrutivos, detalhando danos e avarias, correlacionando a impactos estruturais e de performance do equipamento.

2.6.17.2 – Apresentação de orçamento de mercado (Três fontes de pesquisa distintas) para reativação devendo o mesmo estar readequado para operação do equipamento conforme normas e legislação vigentes.

2.6.17.3 – Apresentação de valor estimado do bem, baseado nos valores de mercado de equipamentos semelhantes, para caso o mesmo esteja em plenas condições de operação, os valores deve ser baseados em cotações com fornecedores, leilões de bens e aquisições privados o mesmo deve ser documentado de acesso e verificação possível com a fonte de sua autenticidade.

2.6.17.3A – Apresentação um planejamento necessário para descaracterização de equipamento conforme NR 12, NR 13 E NR 16 bem como Legislação, Decretos e demais normas vigentes a nível nacional e estadual, deve ser indicado todos dos documentos e licenças necessárias para o mesmo.

2.6.17.3.1 – Apresentação de orçamento de três fontes distintas para execução do serviço de descaracterização necessária do bem.

2.6.17.4 – Apresentação um valor estimado baseado em mercado do material/componente após descaracterizado e vendido como bem inservível.

2.6.17.5 – O nome do LAUDO junto aos serviços previstos no item 2.6.17.1. devem ser citados nas OBSERVAÇÕES DA ART, bem como as atividades devem conter os serviços previstos.

2.6.17.6 – O Laudo deve ser assinado em seu final e rubricada em todas as folhas do documento por parte do Engenheiro responsável, bem em sua versão digital estar assinado eletronicamente.

2.6.17 – Endereços de execução:



UNIDADE	ENDEREÇO	E-MAIL	TELEFONE
Hospital Governador Celso Ramos (HGCR)	Rua Irmã Benwarda, 297 Centro – Florianópolis – SC	hcr@saude.sc.gov.br	(48) 3664-3600
Maternidade Carmela Dutra (MCD)	Rua Irmã Benwarda, 208 Centro – Florianópolis – SC	mcd@saude.sc.gov.br	(48) 3664-3900
Hospital Nereu Ramos (HNR)	Rua Rui Barbosa, 152 Agronômica – Florianópolis – SC	hnr@saude.sc.gov.br	(48) 3665-9401
Hospital Infantil Joana de Gusmão (HIJG)	Rua Rui Barbosa, 152 Agronômica – Florianópolis – SC	hijg@saude.sc.gov.br	(48) 3664-3200
Hospital Hans Dieter Schmidt (HRHDS)	Rua Xavier Arp, s/n – Boa Vista, Joinville – SC	hrrhds@saude.sc.gov.br	(47) 3461-5500
Maternidade Darcy Vargas (MDV)	Rua Miguel Couto, s/n, Anita Garibaldi – Joinville – SC	mdv@saude.sc.gov.br	(47) 3481-1300
Hospital Doutor Waldomiro Colautti (HDWC)	Rua 03 de Maio nº 998, Centro – Ibirama – SC	hdwc@saude.sc.gov.br	(47) 3357-6600
Maternidade dona Catarina Kuss (MDCK)	Rua Brasilício Celestino de Oliveira, 209, Centro – Mafra – SC	mdck@saude.sc.gov.br	(47) 3647-0610
Hospital Geral e Maternidade Tereza Ramos HGMTR	Rua Marechal Deodoro, 799, Centro – Lages – SC	hgmtr@saude.sc.gov.br	(49) 3289-9000
Instituto de Cardiologia (ICSC)	Rua Adolfo Donato da Silva, s/n, Praia Comprida – São José – SC	icsc@saude.sc.gov.br	(48) 3664-3000
Hospital Regional de São José - HRSJ	Rua Adolfo Donato da Silva, s/n, Praia Comprida – São José – SC	hrrsj@saude.sc.gov.br	(48) 3664-9700

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. A CONTRATADA obriga-se a EXECUTAR o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) no quadro abaixo:

Itens	Serviços	Quantidade Mensal	Valor Unitário	Valor Mensal
01			R\$	R\$
02			R\$	R\$
03			R\$	R\$
Valor Total Mensal				R\$
Valor Total				R\$

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é estimado, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos e/ou serviços prestados.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. O SES/FES efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do objeto com a respectiva Nota Fiscal/Fatura, que deverá ser emitida em nome da CONTRATANTE, devendo constar o CNPJ, o número da licitação e do Contrato, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste instrumento.

4.2. O pagamento será liberado, desde que comprovada a regularidade fiscal e trabalhista da Contratada (Lei Estadual nº 17.516, de 27 de abril de 2018), mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (relativos aos Tributos Federais, Dívida Ativa e Seguridade Social/INSS);
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante ou outra equivalente, na forma da lei.;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

4.2.1. A não apresentação dos documentos acima exigidos implica na suspensão do pagamento da fatura até a sua apresentação, não sendo exigível, neste caso, atualização financeira dos valores, por inadimplemento.

4.3. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, bem assim, em razão de dano ou prejuízo causado à CONTRATANTE ou a terceiros, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

4.4. O pagamento da fatura será susado se verificada execução defeituosa do Contrato, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

4.5. Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento pela CONTRATANTE, sem que haja culpa da CONTRATADA, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117, da Constituição Estadual e artigo 40, inciso XIV, alínea “c”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

4.6. O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos realizados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil, conforme art. 9º § 4º do Decreto Estadual 1073/2017;

4.7 – Da aplicação do Decreto n.º 129/SC/2023 I

I – De acordo com o Decreto n.º 129, de 10 de maio de 2023, os órgãos da Administração Pública Estadual Direta, os fundos, as autarquias e as fundações públicas do Estado de Santa Catarina, ao efetuarem pagamento à pessoa jurídica pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, ficam obrigados a proceder à retenção do imposto de renda (IR) com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

II – As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os que forem antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.

III – Não se sujeitam à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados nas hipóteses estabelecidas no art.4ºda Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

IV – Os prestadores de serviço e fornecedores de bens deverão, a partir da data estabelecida no caput do art. 1º deste Decreto, emitir as notas fiscais, as faturas ou os recibos em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

V – Os documentos de cobrança em desacordo com o previsto não serão aceitos para fins de liquidação de despesa.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados a partir da sua publicação.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas referentes à execução deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária	Subação	Natureza da Despesa	Fonte
48091	5429	33.90.39.17	1.500.100.000

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.7. Demais itens identificados no TR

7.6.1. Ao fiscal do contrato, caberá:

- Ter conhecimento prévio de sua competência e atuação;
- Possuir cópia do contrato, do edital da licitação e seus anexos, e da proposta vencedora da licitação;
- Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto da administração contratante quanto da contratada;
- Buscar autonomia, independência fiscalizatória e condições saudáveis para a realização da fiscalização, comunicando o Gestor do Contrato sobre suas necessidades;
- Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada (Art. 118 e suas alterações na Lei nº 14.133/2021) com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato;

- f)** Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Edital da Licitação e seus anexos, planilhas, cronogramas e etc.;
- g)** Comunicar ao Gestor do Contrato a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;
- h)** Recusar serviço ou fornecimento irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado no edital e seus anexos, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;
- i)** Impedir que empresas subcontratadas venham a executar serviços e/ou efetuar a entrega de material quando não expressamente autorizadas para tal, salvo, nos casos em que haja previsão contratual;
- j)** Comunicar por escrito a empresa e o Gestor do Contrato qualquer falta cometida pela empresa;
- k)** Zelar para que os valores a serem pagos nos contratos de prestação de serviços por tarefas não ultrapassem os créditos correspondentes;
- l)** Fiscalizar os pagamentos efetuados. Não pode o fiscal se descuidar dos valores que deverão ser pagos, sem, no entanto, perceber os créditos destinados para tal tarefa;
- m)** Ler atentamente o Termo de Contrato, especialmente as ocorrências relacionadas a sua execução;
- n)** Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;
- o)** Verificar a execução do objeto contratual, proceder à sua medição e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;
- p)** Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);
- q)** Notificar a Contratada em qualquer ocorrência que esteja em descumprimento com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo). Não sendo possível a solução das ocorrências que deram origem as Notificações, o Fiscal deverá encaminhar o caso à DLIC, para providenciar as penalidades cabíveis;
- r)** Anotar, em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, todas as ocorrências no diário de obras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;
- s)** Receber e encaminhar imediatamente as Faturas/Notas Fiscais, devidamente atestadas ao Gestor do Contrato, observando previamente se a fatura apresentada pela Contratada se refere ao objeto que foi efetivamente contratado;
- t)** Fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;
- u)** Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado. A ação do Fiscal, nesses casos, deverá observar o que reza o Termo de Contrato e/ou o ato convocatório da licitação, principalmente em relação ao prazo ali previsto;

v) Receber, em se tratando de obras e serviços de engenharia, provisoriamente o objeto do Contrato, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

w) Procurar auxílio junto as áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas.

x) A forma de comunicação entre fiscal e fornecedor se dará, principalmente, por email e telefone

7.6.2. Demais obrigações do Fiscal:

7.6.2.1. Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

7.6.2.2. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

7.6.3.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

7.6.3.4. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

7.6.3.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

7.6.3.6. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.6.3.7. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.6.3.8. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

7.6.3.9. Fiscal do Contrato:

SOLICITANTE	MATRÍCULA	FISCAL
HRHDS	367537-8-01	Romildo Da Luz
HRSJ/ICSC	243836-01-4	João Augusto de Quadros
HDWC	360193-5-01	Elton Schork
HGMTR	245811-0-01 278316-9-02	Rufius Antonius Rodrigues Schmitt Alexandre Ramos Caminha
HIJG	0286780-0-01	Indiomar Ventura Guedes
HGCR	244.771.1-01	José Carlos da Silva
MDV	618767-6-01	Gabrieli Marques Soares
MDCK	691.180-3-01	Letícia Mecabô

7.6.4. Ao Gestor do contrato, caberá

- a) Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, e encaminhar a solicitação de prorrogação;
- b) Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços foi ou está sendo cumprida integral ou parcialmente;
- c) Atestar as notas fiscais encaminhadas à unidade competente para pagamento;
- d) Comunicar à DLIC, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios determinados por Lei com a contratada;
- e) Acompanhar junto ao Fiscal do Contrato o cumprimento, pela contratada, do cronograma físico-financeiro;
- f) Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à Autoridade Competente ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra, prestação de serviço ou em relação a terceiros;
- g) Encaminhar à Autoridade Competente eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
- h) Comunicar a DPGC a necessidade de abertura de nova licitação à área competente, antes de findo a vigência dos contratos de prestação de serviços com antecedência mínima de 160 (cento e sessenta) dias antes do término;
- i) Comunicar ao setor competente sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual, que tenham implicações na atestação;
- j) Cuidar das alterações de interesse da Contratada, que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação. No caso de pedido de prorrogação de prazo, deverá ser comprovado o fato impeditivo da execução, o qual, por sua vez, deverá corresponder o previsto no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021 e alterações;
- k) Elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral por esta Secretaria de Estado da Saúde;
- l) Alimentar os sistemas informatizados do Governo com as informações pertinentes, responsabilizando-se por tais dados, inclusive sempre quando solicitadas;
- m) Negociar o Contrato sempre que o mercado assim o exigir, nos termos da Lei;
- n) Procurar auxílio junto as áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas;
- o) Deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização à Contratada, com base nos termos Contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da Contratada, acionando as instâncias superiores e/ou os Órgãos Públicos competentes quando o fato exigir;
- p) Disponibilizar toda a infraestrutura necessária, assim como definido no contrato e dentro dos prazos estabelecidos, tais como: área de instalação do canteiro de obras, local para escritório da empresa, outras instalações etc.;
- q) Consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;
- r) Acompanhar o saldo contratual/registro de preços.

7.6.4.1. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.6.4.2. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.6.4.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.6.4.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.6.4.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.6.4.7. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.6.4.8. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.6.4.9. Gestor do Contrato:

Solicitante	Matrícula	Gestor
HRHDS	0342202-0-03	Aldilete Cardoso Alves Fantuci
HRSJ/ICSC	0375618-1-03 0671389-0-02	Daywson Pauli Koerich Paulo Carlos Brentano Junior
HDWC	658682-1-01	Heloisa Pereira de Jesus
HGMTR	255353-8-02	Maria Cristina Mazzetti Subtil
HIJG	360231-01-1	Levy Hermes Rau
HGCR	716.983.3-01	Michel Maximiano Faraco
MDV	0344097-4-02	Scheila Medeiros Fernandes
MDCK	700.928-3-02	Jeferson Lopes

7.6.5. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7.6.5.1. Todas as entregas deverão ser acompanhadas por funcionários das Unidades hospitalares em horário predeterminado pelo gestor do contrato.

7.6.5.2. Os serviços executados pela CONTRATADA serão fiscalizados por um representante da CONTRATANTE, indicado pela unidade hospitalar, servidor da SES/SC a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato;

7.6.5.3. Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA perante a CONTRATANTE ou a terceiros, todos os trabalhos contratados estarão sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização da SES-SC, a qualquer hora, por seus representantes devidamente credenciados;

7.6.5.4. A SES-SC far-se-á representar no local das obras e serviços por seu fiscal credenciado ou, na falta ou impedimento deste, por seu substituto com as mesmas atribuições e poderes;

7.6.5.5. A SES-SC, sem prejuízo das suas atribuições de fiscalização, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, para acompanhamento dos serviços de manutenções nos referidos equipamentos e para o controle qualitativo e quantitativo das peças/componentes instalados;

7.6.5.6. A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos e será exercida no interesse exclusivo da Contratante, com a produção de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços contratados, e não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada por quaisquer irregularidades.

7.6.5.7. À Fiscalização compete: o acompanhamento, o controle e as avaliações dos serviços de manutenção, observadas todas as condições expressas nos documentos que compõem o Contrato;

7.6.5.8. Compete à Fiscalização ter conhecimento da ocorrência operacional das frentes e fases da execução da manutenção, a fim de que seja obtido melhor rendimento, sem prejuízo da boa execução dos trabalhos;

7.6.5.9. A ocorrência de obstáculos e imprevistos durante a execução das manutenções obrigará a CONTRATADA a fazer comunicação escrita dos fatos, cabendo à Fiscalização a decisão sobre os mesmos;

7.6.5.10. Compete à Fiscalização, em conjunto com as demais áreas da SES-SC, resolver as dúvidas e as questões expostas pela CONTRATADA, dando-lhes soluções rápidas e adequadas;

7.6.5.11. A Fiscalização anotará todas as observações dignas de registro para controle dos serviços, devidamente assinado pelo preposto da CONTRATADA;

7.6.5.12. Os serviços serão fiscalizados, a fim de:

7.6.5.13. Verificar se estão sendo cumpridos os termos do contrato e demais requisitos;

7.6.5.14. Certificar a execução do serviço para pagamentos das faturas;

7.6.5.15. Solucionar problemas executivos;

7.6.5.16. Participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços.

7.6.5.17. Todas as trocas de informações e correspondências entre a CONTRATADA e a SES-SC bem como todas as instruções da Fiscalização à CONTRATADA, devem ser por escrito, cabendo o seu registro, no Livro de Ocorrência da Manutenção. Todos os documentos expedidos pela CONTRATADA, após seu registro, serão encaminhados à SES-SC para decisão, acompanhado de parecer da Fiscalização;

7.6.5.18. Os fiscais exercerão a fiscalização permanente sobre a qualidade dos serviços prestados, atentando principalmente para as normas e procedimentos de segurança dos profissionais envolvidos nesta contratação, apontando todas as irregularidades verificadas, sem prejuízo da obrigação da Contratada de gerenciar, através de seu preposto, a execução dos serviços prestados.

7.6.5.19. A Fiscalização, constatando inoperância, desleixo, incapacidade, falta de exaço ou ato desabonador, poderá determinar o afastamento do preposto ou de qualquer empregado da CONTRATADA, bem como, subcontratadas;

7.6.5.20. Ressalvadas as notificações, aqui previstas, serão aplicadas à CONTRATADA, em caso de atraso na execução do objeto, multas contratuais e demais às sanções previstas em lei;

7.6.5.21. A inobservância ou desobediência às instruções e ordens da Fiscalização importará na aplicação das multas contratuais, relacionadas com o andamento dos trabalhos e no desconto das faturas das respectivas despesas a que a CONTRATADA tenha dado causa por ação ou omissão;

7.6.5.22. A Contratada, independentemente da atuação do Fiscal do Contrato, não se eximirá de suas responsabilidades quanto à execução dos serviços, responsabilizando-se pelo fiel cumprimento das obrigações constantes no Termo de Referência.

7.6.5.23. A Fiscalização poderá determinar a paralisação dos trabalhos por razão relevante de ordem técnica, de segurança ou motivo de inobservância e/ou desobediência às suas ordens e instruções, cabendo à CONTRATADA, todos os ônus e encargos decorrentes da paralisação;

7.6.5.24. A determinação da paralisação, citada no item 6.3.23, vigorará enquanto persistirem as razões da decisão, cabendo à SES-SC formalizar a sua suspensão;

7.6.5.25. Entende-se por documentos todo e qualquer nota fiscal de peça ou material que foi empregado em rotinas de manutenção, certificados de qualidades, laudos técnicos e testes realizados, projetos, atas de reunião, ARTs, relatórios, plano de manutenção, cronogramas e qualquer outro comprovante de atividade realizado visando o cumprimento deste edital.

7.6.5.26. Os documentos devem ser armazenados durante todo período de vigência do contrato e por cinco anos posteriores ao seu termino, em caso de descumprimento a CONTRATADA estará sujeita as penalidades legais.

7.6.5.27. Exercer a fiscalização dos serviços por servidor(es) especialmente designados(s), na forma prevista na Lei.

7.6.5.28. Comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

7.6.5.29. Certificar as notas fiscais/faturas referentes aos serviços prestados.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data da entrega das propostas.

8.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA-IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações do Contratante:

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado.

9.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.14 – Obriga-se a Administração/Contratante:

a) Comunicar à Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;

b) Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;

c) Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

d) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;

e) Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

g) Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

9.15 Demais obrigações da Contratante

9.15.1– Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

9.15.2 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.15.3 Proporcionar todas as facilidades possíveis para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das condições estabelecidas neste contrato.

9.15.4 – Designar a área responsável pela fiscalização e gestão do contrato e acompanhamento dos serviços disponibilizando os respectivos telefones de contato à CONTRATADA

9.15.5 – Devolver à CONTRATADA, os referidos equipamentos caso por qualquer razão deixe de utilizá-los;

9.15.6 – Emitir a nota de empenho destinada a suportar a despesa decorrente do contrato e encaminhá-la à CONTRATADA.

9.15.7 – Fiscalizar, durante a vigência deste Contrato, devendo a CONTRATADA fornecer informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

9.15.8 – Se pairar dúvida ou suspeita de inconsistência da execução dos serviços previstos no presente instrumento contratual a contratante deverá solicitar acesso aos documentos que digam respeito ao objeto deste instrumento, ficando a CONTRATADA obrigada a permitir tal acesso à auditoria interna da CONTRATANTE e/ou auditoria externa por ela indicada.

9.15.9 – A SES-SC far-se-á representar no local das obras e serviços por seu fiscal credenciado ou, na falta ou impedimento deste, por seu substituto com as mesmas atribuições e poderes;

9.15.10 – A SES-SC, sem prejuízo das suas atribuições de fiscalização, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, para acompanhamento dos serviços de manutenções nos referidos equipamentos e para o controle qualitativo e quantitativo das peças/componentes instalados;

9.15.11 – Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.15.12 – Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços.

9.15.13 – Efetuar o pagamento devido à Contratada pela execução dos serviços prestados, nos termos e prazos contratualmente previstos, após terem sido devidamente atestados pelo Fiscal do Contrato e visados pelo Gestor do Contrato, de acordo com a norma de contratação.

9.15.14 – Facilitar por todos seus meios o exercício das funções da CONTRATADA, dando-lhes acesso às suas instalações, promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e os empregados da CONTRATADA e cumprindo suas obrigações estabelecidas neste contrato.

9.15.15 – Facilitar por todos seus meios o exercício das funções da CONTRATADA, dando-lhes acesso às suas instalações, promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e os empregados da CONTRATADA e cumprindo suas obrigações estabelecidas neste contrato.

9.15.16 – Prestar aos empregados da CONTRATADA informações e esclarecimentos que, eventualmente, venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham a executar.

9.15.17 – Assegurar o livre acesso dos empregados da contratada, quando devidamente identificados, aos locais em que devem executar suas tarefas.

9.15.18 – A SES designará um ou mais servidores efetivos que atuarão como Gestores do Contrato.

9.15.19 – A SES também designará um ou mais servidores que serão responsáveis pela fiscalização do contrato, sendo vedado o acúmulo da função de Gestor e Fiscal por servidor da Gerência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

10.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

11.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

11.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Cadastro Geral de Fornecedor do Estado de Santa Catarina, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (relativos aos Tributos Federais, Dívida Ativa e Seguridade Social/INSS);

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante ou outra equivalente, na forma da lei.;

d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

10.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local dos serviços.

10.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

10.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

10.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

10.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

10.22. Todas as despesas decorrentes da contratação, os equipamentos necessários à execução dos trabalhos, conforme previstos na proposta da Contratada, bem como encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato ficarão exclusivamente a cargo da Contratada, cabendo-lhe, ainda, a inteira responsabilidade (civil e penal), por quaisquer acidentes de que possam vir a ser vítimas os seus empregados quando

em serviço, bem como por quaisquer danos ou prejuízos porventura causados a terceiros e à Secretaria de Estado da Saúde, pelos mesmos.

10.23 – Obriga-se a empresa:

- a)** Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato, limitada ao quantitativo de cada item;
- b)** Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c)** Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d)** Reparar, corrigir, remover às suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e)** Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f)** Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g)** Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato;
- h)** Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i)** A estender aos contratos objeto, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j)** Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k)** Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l)** Mesmo não sendo a fabricante responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m)** Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;
- n)** Realizar cadastro no Portal Externo do SGP-e (<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/inicio>) para que possa assinar eletronicamente com certificação digital TODOS os documentos firmados com a contratante (como realizar a assinatura digital: https://sgpe.sea.sc.gov.br/capdoc/pergunta_frequente/nova-como-realizar-a-assinatura-digital-via-por-tal-externo/).

10.23.1 – Atender com presteza à solicitação do Gestor/Fiscal do Contrato;

10.23.2 – Acatar as orientações da CONTRATANTE, emanadas pelo fiscal do contrato, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

10.23.3 – Estar em condições de prestar os serviços a partir da data de recebimento da Ordem de Serviços;

10.23.4 – CONTRATADA deverá apresentar plano de manutenção para os equipamentos em até 15 (quinze) dias após a assinatura do Contrato para validação e aprovação pelo fiscal do contrato.

10.23.5 – Após assinatura do contrato, a empresa contratada terá um prazo de até 30 (trinta) dias corridos para apresentar o Procedimento Operacional Padrão de suas rotinas de trabalho, sendo que, caso necessário, tal documento deverá ser revisado conforme orientações da Contratante.

10.23.6 – Após assinatura do contrato, a empresa contratada terá um prazo de até 30 (trinta) dias, para realizar todas as manutenções corretivas necessárias para promover o retorno das condições operacionais da caldeira em seu estado inicial de projeto, sendo que todo procedimento deve ser registrado e documentado, devendo ao final ser sanados todos vazamentos e não conformidades técnicas, operacionais e de segurança, previstas nas legislações, normas e boas práticas encontradas pelo mercado.

10.23.7 – Após assinatura do contrato, a empresa contratada terá um prazo de até 60 (Sessenta) dias corridos para apresentar os Prontuários reconstituídos junto aos seus relatórios de inspeção de segurança periódica, manuais de operação e segurança e procedimentos, bem como entrega de projetos, testes, laudos previstos na NR13, tal documento devem ser entregues e encaminhados a equipe técnica responsável da SES, caso seja necessário a CONTRATADA deverá revisar conforme orientações da Contratante.

10.23.8 – Responder por quaisquer danos pessoais e/ou ao patrimônio, causados diretamente ou indiretamente ao CONTRATANTE, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, dos materiais fornecidos, não excluindo ou reduzindo sua responsabilidade, mesmo que não haja a fiscalização ou o acompanhamento por este Órgão;

10.23.9 – Realizar/ Responsabilizar-se pela execução dos serviços contratados, conforme legislação vigente e conforme especificado integralmente nos termos do presente Termo de Referência independentemente de qualquer contratempo sem nenhum acréscimo de ônus para o CONTRATANTE;

10.23.10 – Manter, durante a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no contrato;

10.23.11 – Quando solicitado, a Contratada deverá acompanhar as visitas de fiscalização dos órgãos reguladores.

10.23.12 – Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho;

10.23.13 – Arcar com todas as despesas diretas e indiretas decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas sem qualquer ônus à CONTRATANTE;

10.23.14 – Cumprir todas as normas regulamentadoras, resoluções, leis vigentes e procedimentos internos de controle e acesso às dependências da CONTRATANTE;

10.23.15 – Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás, junto às repartições competentes, caso necessário, à execução dos serviços objeto do presente Termo de Referência;

10.23.16 – Responsabilizar pelo pagamento de todos os tributos e contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o serviço contratado;

10.23.17 – Assumir a responsabilidade por quaisquer danos que causem prejuízos ao patrimônio da SES-SC quer sejam por seu pessoal, quer sejam em consequência da má execução dos serviços;

10.23.18 – Manter os locais onde o serviço está sendo prestado devidamente organizado e higienizados;

10.23.19 – A CONTRATADA deverá manter número de contato e equipe de plantão para atendimento de emergência sete dias por semana e vinte e quatro horas por dia.

10.23.20 – A CONTRATADA deverá manter registro atualizado, que deverá ser enviado mensalmente junto à nota fiscal, de todos os equipamentos que estiverem fora de operação.

10.23.21 – Após a realização de qualquer manutenção nos equipamentos (quer seja preventiva ou corretiva) deverá ser emitido relatório emitido em papel timbrado da empresa, com assinatura dos responsáveis pela manutenção, devendo ser assinado, devendo conter fotos descrevendo o problema dos equipamentos, insumos necessários para manutenção, bem como a liberação dos mesmos para uso e assinatura do técnico responsável pelo atendimento e do solicitante.

10.23.22 – A utilização de mão de obra e peças na manutenção de equipamentos devem ser expressamente autorizadas pelo fiscal/gestor e devem constar nos registros do prontuário.

10.23.23 – A CONTRATADA entregará à gerência de manutenção predial ordem de serviço das solicitações de manutenção corretiva com as assinaturas do técnico designado para atender ao chamado e da solicitante (fiscal) imediatamente após a conclusão do serviço.

10.23.24 – As manutenções corretivas não terão restrição ao número de chamados, ou seja, a cada defeito apresentado no equipamento, a contratante deverá efetuar um chamado técnico. Em se tratando da abertura do chamado dentro do horário comercial para demandas que não afetem o fluxo do hospital, a contratada terá um prazo máximo de até 04 horas para iniciar o atendimento. Para chamados onde o fluxo do hospital (chamados emergenciais) seja afetado, o atendimento deverá iniciar em até no máximo 60 minutos após a abertura do chamado.

10.23.25 – Caso seja identificada a necessidade de substituição de alguma peça ou realização de algum serviço constante, a empresa contratada deverá emitir relatório descrevendo o nome técnico com foto e as especificações técnicas da peça que deverá ser substituída.

10.23.26 – A CONTRATADA entregará a gerência de manutenção predial ordem de serviço das solicitações de manutenção corretiva com as assinaturas do técnico designado para atender ao chamado e da solicitante imediatamente após a conclusão do serviço.

10.23.27 – Em relação aos chamados emergenciais, o atendimento deverá ser 24 horas, realizando, quando necessário, manutenções aos sábados, domingos e feriados, a qualquer horário (atendimento 24 horas / 07 dias por semana).

10.23.28 – A empresa terá o prazo máximo de 24 horas úteis para fornecer os componentes necessários para o equipamento retornar cobertos pelo contrato de manutenção e executar as intervenções corretivas necessárias.

10.23.29 – Findada a manutenção do equipamento, a CONTRATADA deverá enviar em até 48 horas corridas após a emissão da ordem de serviço relatório ao fiscal/gestor com todas as informações sobre a manutenção contendo a mão de obra e peças utilizadas na manutenção.

10.23.30 – A retirada de qualquer equipamento ou componente do sistema de geração de vapor da unidade hospitalar, ou da unidade de aquecimento de água, só poderá ocorrer mediante documento expedido pelo fiscal/gestor do contrato. Em tempo, caso ocorra algum dano ou sinistro dos itens retirados da unidade hospitalar, a empresa Contratada será responsável por substituí-los.

10.23.31 – As manutenções preventivas deverão ser realizadas mensalmente em cada equipamento, sendo que os serviços deverão ser realizados em dias úteis e em horário comercial (das 08h00min às 18h00min).

10.23.32 – Após a realização da manutenção preventiva, os técnicos da empresa Contratada deverão colher assinatura de um colaborador (fiscal/gestor) da unidade onde o equipamento foi mantido em relatório próprio a ser emitido com foto do que foi mantido, devendo ser armazenado em nuvem e disponível a SES-SC .

10.23.33 – A Contratada será responsável pelo transporte de todo o material e instrumentos necessários à execução das atividades.

10.23.34 – A contratada fica obrigada a manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação.

10.23.35 – Não efetuar despesas e/ou celebrar acordos em nome da Contratante;

10.23.36 – Dirimir, sempre que solicitado pela Contratante, quaisquer dúvidas técnicas ou operacionais, fornecendo suporte via telefone ou correio eletrônico;

10.23.37 – Respeitar as normas de segurança do trabalho, disciplina e demais regulamentos internos da Contratante, adotando processo de identificação indicado pela empresa, quando for o caso.

10.23.38 – Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato.

10.23.39 – Absorção de custos administrativos de alimentação e transporte dos funcionários.

10.23.40 – Designar um profissional que será responsável pela coordenação do serviço;

10.23.41 – Fiscalizar os seus colaboradores quanto ao uso dos equipamentos de proteção individual de acordo com o mapa de risco envolvido;

10.23.42 – Fornecer todo material e equipamento necessário à perfeita execução dos serviços ora contratados, devendo o material ser de primeira qualidade;

10.23.43 – Será vedada a subcontratação total e parcial do objeto do presente contrato, salvo para a análise da qualidade da água assim como já previsto no presente termo de referência;

10.23.44 – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste processo;

10.23.45 – Fornecer mão de obra, capacitada, treinada e com experiência para a execução dos serviços, encaminhando profissionais com formação adequada para o desempenho das atividades, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;

10.23.46 – Ferramentas, equipamentos, materiais e mão de obra para a execução dos procedimentos:

10.23.47 – Todas as ferramentas, equipamentos, escadas, andaimes, plataformas elevatórias, materiais e mão de obra especializada, utilizados para a realização do serviço previsto neste termo de referência, serão de responsabilidade da contratada;

10.23.48 – Todos os equipamentos de trabalho deverão estar em perfeito estado de conservação e uso, não podendo ser removido nenhum dispositivo de segurança previsto no mesmo;

10.23.49 – As ferramentas, inclusive as de uso em rede elétrica, deverão estar com seu material isolante em perfeito estado;

10.23.50 – Quando o serviço incluir trabalhadores que, direta ou indiretamente, interajam em instalações elétricas e serviços com eletricidade será necessário observar, rigorosamente, as obrigações da NR 10 – segurança em instalações e serviços em eletricidade e seus anexos, da Portaria nº 3.214/78.

10.23.51 – A contratada deverá apresentar equipamentos de bloqueios e advertências, conforme previsto pela NR nº 10 /MTE; É de responsabilidade da contratada fornecer os uniformes e equipamentos de proteção individual – EPI, sem custos para a contratante, e adequados aos riscos ambientais onde seus empregados estiverem exercendo suas atividades;

10.23.52 – Todo e qualquer curso e treinamento, obrigatório por lei, relacionado à segurança e saúde no trabalho correrá por conta da contratada com supervisão da divisão de Segurança do Trabalho da contratante.

10.23.53 – A contratada é obrigada a obedecer a legislação trabalhista (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT) - decreto-lei n.º 5.452, de 1º de Maio de 1943 e a Legislação Previdenciária - Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e Decreto nº 3.048, de 06 de Maio de 1999 e suas alterações posteriores;

10.23.54 – Quanto às normas de saúde e segurança do trabalho, mesmo que já incluídas nas obrigações legais citadas no parágrafo acima, reforçamos a obrigação indiscutível de obedecer aos artigos 154 a 201 da CLT e às complementações contidas nas 35 normas de segurança e saúde do trabalho, vinculadas à portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978, incluindo suas alterações posteriores;

10.23.55 – No início das atividades, a contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar os atestados de saúde ocupacional – ASO de cada empregado, dentro do período de validade, conforme estabelecido na legislação trabalhista e entregar a listagem de todos os equipamentos de proteção individual – EPI que serão utilizados, com os respectivos certificados de aprovação – CA, para avaliação e aprovação da contratante;

10.23.56 – Todos estes documentos deverão ser entregues ao fiscal/gestor do contrato para avaliação e validação, pelo setor competente da SES;

10.23.57 – Caso existam funcionários que exerçam funções específicas que exijam qualificação ou registro na área, deverão comprovar o curso de formação através da cópia dos respectivos diplomas;

10.23.58 – A equipe técnica deverá ser qualificada para execução do trabalho;

10.23.59 – Emitir relatórios conforme proposto neste documento;

10.23.60 – A contratada deverá utilizar procedimentos internos e instrumentos calibrados dentro dos prazos estipulados por entidade certificadora para execução dos testes;

10.23.61 – Se os funcionários realizarem atividades em espaço confinado deverá possuir treinamento, conforme a Norma Regulamentadora nº 33 - Espaço Confinado do MTE;

10.23.62 – Para esclarecimentos de eventuais dúvidas, consultarem a NR-33, assim como as recomendações de trabalho em espaço confinado da FUNDACENTRO (Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança de Medicina do Trabalho);

10.23.63 – A contratada deverá obedecer às normas técnicas da associação brasileira de normas técnicas (ABNT) e também às normas internacionais;

10.23.64 – Disponibilizar empregados em quantidades necessárias para a realização dos serviços. Os mesmos deverão estar devidamente uniformizados e portando crachá com foto recente;

10.23.65 – Responsabilização pelo fiel pagamento dos salários, demais benefícios trabalhistas, encargos sociais e tributos, consoante a legislação vigente;

10.23.66 – Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados ou representantes, dolosa ou culposamente, à contratante ou a terceiros;

10.23.67 – Instruir seus empregados a manterem sigilo a respeito das informações e quaisquer outros assuntos ligados a documentos e seus conteúdos, que porventura cheguem ao seu conhecimento por força da execução dos serviços;

10.23.68 – Levar, imediatamente, ao conhecimento do fiscal do contrato, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis;

10.23.69 – Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus colaboradores, por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados, quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas (encargos trabalhistas) e previdenciárias, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, lhes assegurem e pelas demais exigências legais para o exercício das atividades conforme exigência legal, sendo obrigatória a exibição dos comprovantes de cumprimento desses encargos, com autenticação bancária que comprove seu recolhimento;

10.23.70 – Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus colaboradores acidentados ou com mal súbito; sempre comunicando a área competente da unidade dos eventuais acidentes ocorridos;

10.23.71 – Responsabilizar-se pelo deslocamento e traslado das suas equipes até o local de prestação de serviços independente se dia útil ou não e de horário;

10.23.72 – Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando em ocorrência da espécie, for vítimas os seus colaboradores, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificados em dependências do hospital;

10.23.73 – Manter disciplina de seus colaboradores no local de trabalho retirando imediatamente, após notificação, qualquer colaborador considerado com conduta inconveniente pela CONTRATANTE;

10.23.74 – Manter todos os profissionais devidamente identificados com crachá, com fotografia recente e uniformizados;

10.23.75 – Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal e as normas internas de segurança e medicina do trabalho;

10.23.76 – Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo, de qualquer natureza, causados à CONTRATANTE, usuários e/ou a terceiros por sua culpa/dolo, em consequência de erro, negligência

ou imperícia, própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade na execução dos serviços contratados;

10.23.77 – Seguir todas as diretrizes e normatizações dos órgãos certificadores (Ex.: Organização Nacional de Acreditação – ONA, ACSA e outros), bem como da Comissão de Controle da Infecção Hospitalar da unidade– local e demais Comissões cujas atividades da CONTRATADA estejam subordinadas;

10.23.78 – Respeitar e cumprir todos os preceitos trabalhistas em vigor e demais ordens correlatas e orientações emanadas das autoridades de setores competentes para o fiel desempenho das atividades especificadas;

10.23.79 – Seguir as normas de higienização e segurança, estabelecidas pelo SESMT e pelo setor competente da SES-SC, bem como as orientações da NR32, RDC 06, rotinas e normas internas da CONTRATANTE;

10.23.80 – Não permitir a utilização do trabalho do menor;

10.23.81 – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados conforme a Lei Federal Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 ;

10.23.82 – Os relatórios e planilhas de medição serão conforme o padrão de formatação da contratada, caso seja solicitado alteração no padrão das planilhas esta ocorrerá sem ônus para a contratante;

10.23.83 – Fornecer todos os dados para os indicadores, que envolvam a manutenção dos equipamentos; além de todo indicador necessário para a Acreditação Hospitalar em todos os seus níveis;

10.23.84 – A CONTRATADA deve apresentar ao executor do contrato, um relatório técnico mensal com imagens e em arquivo digital da execução da manutenção preventiva e corretiva, de acordo com a periodicidade estabelecida no Plano de Manutenção, previamente aprovado pela CONTRATANTE;

10.23.85 – Caso haja necessidade de troca de peças danificadas, para a substituição a CONTRATADA deverá apresentar o relatório exigido tanto na manutenção preventiva quanto na corretiva, apresentando a relação das peças que deverão ser substituídas, discriminadas por aparelho, para autorização por parte da CONTRATANTE, mesmo que estas peças estejam incluídas no contrato.

10.23.86 – As peças que serão substituídas devem ser solicitadas a autorização para o fiscal/gestor de maneira formal, devendo a solicitação ser encaminhada acompanhada de laudo técnico e devendo ser realizada a ação somente após a autorização do Gestor/fiscal do contrato.

10.23.87 – Relatório final, com os resultados, classificação e recomendações técnicas, ao término dos serviços;

10.23.88 – Todos os testes deverão ser efetuados conforme a especificação das normas adotadas pela fiscalização/gestão/ ou equipe técnica da SES-SC;

10.23.89 – Deverão ser apresentados os certificados de calibração de todos os instrumentos poderão ser utilizados durante a execução das atividades;

10.23.90 – A contratada deverá utilizar procedimentos internos e instrumentos calibrados dentro dos prazos estipulados por entidade certificadora para execução dos testes;

10.23.91 – O sistema deverá estar de acordo com a norma RDC nº 17 de abril de 2010 (ANVISA);

10.23.92 – Profissional certificado na norma NR-10, equipado com ferramentas apropriadas, equipamentos de proteção individual e fardamento completo com identificação.

10.23.93 – Manutenções preventivas programadas. O cliente solicitará a visita programada com antecedência mínima de 72 horas para melhor programação dos serviços;

10.23.94 – Prévia visita técnica ao local dos serviços, a fim de conhecer as particularidades da instalação, os seus acessos aos diversos tipos de locais, às suas demandas específicas e as suas interfaces com o objeto do contrato, as possíveis interferências e dificuldades técnicas e físicas para a manutenção dos equipamentos e as condições de trabalho, onde também será dada a declaração de visita pela Coordenadoria de Engenharia.

10.23.95 – Tal vistoria “in loco” poderá ser feita em dia útil, a partir da publicação do edital, no horário das 08:00 às 12:00 horas, em até 72 horas antes da data de apresentação das propostas, devendo para tanto ser agendado junto à Coordenadoria de Manutenção da unidade.

10.23.96 – Ainda com respeito à visita, esta deverá ser feita preferencialmente pelo(s) responsável(eis) técnico(s) da empresa detentora da certidão de acervo técnico que comprove aptidão para este tipo de serviço, uma vez que esta tem caráter eminentemente técnico.

10.23.97 – Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações obriga-se atender prontamente.

10.23.98 – Solicitar prévia autorização da CONTRATANTE para executar serviços que impliquem paralisação de equipamento por período de tempo superior a 01 (uma) hora.

10.23.99 – Desmontar, transportar e remontar equipamentos reparados dentro ou fora das dependências da CONTRATANTE que dependam de serviços de terceiros, assumindo total responsabilidade pela qualidade, custos e cumprimento dos prazos de execução dos serviços.

10.23.100 – Oferecer garantia de, no mínimo, 03 (três) meses para os serviços executados e a mesma garantia oferecida pelo fabricante para peças e componentes substituídos, devendo, neste caso, ser de no mínimo 06 (seis) meses e demais legislações correlatas, prevalecendo o prazo maior.

10.23.101 – Comunicar imediatamente à fiscalização do Contrato qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, que atente contra o adequado cumprimento deste contrato, para que sejam adotadas as providências necessárias;

10.23.102 – Assumir despesas referentes a transporte, carga, descarga e movimentação de materiais, segurança e suas respectivas perdas e estocagem, dentro e fora dos locais de execução dos serviços;

10.23.103 – Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à unidade ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização efetiva ou o acompanhamento pela contratante;

10.23.104 – Não obstante a CONTRATADA ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços previstos no presente certame, ao CONTRATANTE é reservado o direito de FISCALIZAR, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade da fiel execução objeto.

10.23.105 – A ocorrência de obstáculos e imprevistos durante a execução das manutenções obrigará a CONTRATADA a fazer comunicação escrita dos fatos, cabendo à Fiscalização a decisão sobre os mesmos;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

12.1. Proceder-se-á a alteração do Contrato, quando couber, na forma e condições estabelecidas no artigo 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

12.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da CONTRATANTE, sem que a Contratada caiba qualquer indenização, ou, reclamação, nos seguintes casos:

13.2. Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição dos serviços prestados;

13.3. Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada;

13.4. Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas;

13.5. Em caso de contratação decorrente de procedimento licitatório.

13.6. A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, prevista no art. 104, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.2 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.3 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.3.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.4.3 Indenizações e multas.

14.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

15.2. O presente Contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial do Estado, após sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES E SANÇÕES

16.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

16.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

16.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

16.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

16.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

16.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

16.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

16.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

16.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

16.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

16.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

16.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

16.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem **16.1.1** deste Aviso de Dispensa Eletrônica, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 5 % (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens **16.1.1 a 16.1.12**;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens **16.1.2 a 16.1.7** deste Aviso de Dispensa Eletrônica, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens **16.1.8 a 16.1.12**, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

16.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

16.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

16.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

16.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

16.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

16.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Dispensa Eletrônica, em hipótese alguma, excluem a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

16.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

16.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo, necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

16.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública, resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

16.11. As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro de Penalidades Administrativas aplicadas a fornecedores por órgãos e entidades pertencentes ao Poder Executivo do Estado de Santa Catarina – CADPEN/SC;

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO ATENDIMENTO A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

17.1. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, a CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

17.2. A CONTRATADA declara que designou Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, nos termos do § 1º do art. 41 da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), e se compromete a informar os dados de identidade e informações de contato deste encarregado na ocasião da assinatura deste contrato. A CONTRATADA também se compromete a manter o CONTRATANTE informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído;

17.3. A CONTRATADA somente poderá tratar dados pessoais dos usuários dos serviços contratados, nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais para nenhuma outra finalidade.

17.4. A CONTRATADA se certificará de que seus empregados, representantes, e prepostos agirão de acordo com o presente contrato e com as leis de proteção de dados e eventuais instruções transmitidas pela CONTRATANTE sobre a presente cláusula, comprometendo-se a manter o sigilo e a confidencialidade dos dados pessoais e dos dados pessoais sensíveis

repassados em decorrência da execução do objeto contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), certificando-se a CONTRATADA de que seus empregados, representantes, e prepostos assumam compromisso de confidencialidade ou estejam sujeitos a obrigações legais de confidencialidade.

17.5. Se o titular dos dados ou terceiros solicitarem informações à CONTRATADA relativas ao tratamento de dados pessoais que detiver em decorrência do presente contrato, a CONTRATADA submeterá esse pedido à apreciação da CONTRATANTE, não podendo, sem instruções prévias da CONTRATANTE, transferir, compartilhar e/ou garantir acesso aos dados pessoais que detenha por força do presente contrato, sendo, em regra, vedada a transferência das informações a outras pessoas físicas ou jurídicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do próprio contrato; se a solicitação for realizada por autoridade de proteção de dados, a CONTRATADA informará imediatamente à CONTRATANTE sobre tal pedido e suas decorrências.

17.6. A CONTRATADA prestará assistência à CONTRATANTE no cumprimento das obrigações previstas nas leis de proteção de dados, quando relacionadas ao objeto contratual, especialmente nos casos em que for necessária a assistência da CONTRATADA para que a CONTRATANTE cumpra suas obrigações, incluindo aquelas relativas à segurança do tratamento, violações de dados pessoais, avaliação de impacto de proteção de dados, e consulta prévia a autoridades de proteção de dados, incluindo pedidos de acesso, retificação, bloqueio, restrição, apagamento, portabilidade de dados, ou o exercício de quaisquer outros direitos dos titulares de dados com base nas Leis Aplicáveis à Proteção de Dados.

17.7. Quando solicitada, a CONTRATADA fornecerá à CONTRATANTE, no prazo de 2 (dois) dias úteis, todas as informações necessárias para comprovar a conformidade das obrigações da CONTRATADA previstas neste contrato com as leis de proteção de dados, inclusive para fins de elaboração de relatórios de impacto de proteção e riscos de uso de dados pessoais.

17.8. A CONTRATADA prestará assistência à CONTRATANTE no cumprimento de suas outras obrigações de acordo com as leis de proteção de dados nos casos em que estiver implícita a assistência da CONTRATADA e/ou nos casos em que for necessária a assistência da CONTRATADA para que a CONTRATANTE cumpra suas obrigações, incluindo aquelas relativas à segurança do tratamento, violações de dados pessoais, avaliação de impacto de proteção de dados, e consulta prévia a autoridades de proteção de dados.

17.9. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar à CONTRATANTE, por escrito, em até 2 (dois) dias úteis a contar do momento em que tomou ciência da violação, ou em menor prazo, se assim vier a recomendar ou determinar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

17.10. A CONTRATADA indenizará a CONTRATANTE, em razão do não cumprimento por parte da CONTRATADA das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face da CONTRATANTE a esse título

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

18.1. A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente o objeto do contrato a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da Contratante sob pena da imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis.

18.2. No caso de recusa ou demora no atendimento a qualquer reclamação independente das sanções cabíveis, a CONTRATANTE poderá confiar a outrem a execução do contrato, descontando o seu custo de uma só vez, no primeiro pagamento a ser feito, sem que a em presa vencedora possa impugnar o seu valor.

18.4. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de ver exigido, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

18.5. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Décima;

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

19.1. Este instrumento está vinculado ao **Edital de Cotação Eletrônica nº 1519/2023**, contante no processo **SES 132155/2023**, do qual é parte integrante, bem como seus anexos e a proposta da empresa vencedora.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

20.1. Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e das disposições de direito privados

20.1.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA OBRIGAÇÃO DE MANTER AS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA CONTRATAÇÃO

21.1. A CONTRATADA obriga-se a manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA ANTICORRUPÇÃO CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA CGE/SEA nº 01/2020

22.1. As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores;

22.1.1. Declaram que tem conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais as Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis.

22.1.2. Comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no item anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados.

22.1.3. Comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato.

22.1.4. Declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa Conjunta CGE/SEA nº 001/2020, além de outras, é causa para rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO ATENDIMENTO A LEI 17.983 DE 19 DE AGOSTO DE 2020

23.1. Fica obrigada a publicação do nome do proprietário ou de todos os sócios-proprietários integrantes de pessoas jurídicas contratadas para fornecer serviços e produtos, aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como aos demais órgãos da Administração Direta e Indireta, independente da forma de contratação.

23.1.1. A publicação deverá ser no Portal da Transparência do órgão contratante, em local de fácil acesso, devendo constar:

I – relação dos sócios-proprietários com o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF);

II – endereço da sede da empresa contratada, em conformidade com contrato social;

III – foto da fachada da sede da empresa; e

IV – extrato da minuta do contrato firmado entre Administração Pública e a empresa contratada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO

24.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Contratante

Contratada

Testemunhas:

1. _____

2. _____



Assinaturas do documento



Código para verificação: **N99W0FK2**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MAGALI RODRIGUES (CPF: 507.XXX.719-XX) em 07/11/2023 às 17:47:08

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:36:39 e válido até 13/07/2118 - 14:36:39.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAxMzIxNTVfMTMzNTQwXzlwMjNfTjk5VzBGSzl=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00132155/2023** e o código **N99W0FK2** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.